

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL**

**O ACONTECIMENTO DEMOCRACIA CORINTHIANA:
*cartografando estratégias de resistência ao modo de
subjetivação capitalístico através do plano das práticas
esportivas***

VITOR MARTINS REGIS

**PORTO ALEGRE
2004**

O ACONTECIMENTO DEMOCRACIA CORINTHIANA: *cartografando estratégias de resistência ao modo de subjetivação capitalístico através do plano das práticas esportivas*

Vitor Martins Regis

Dissertação apresentada com requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Tania Mara Galli Fonseca

Porto Alegre, maio de 2004.

ORIENTADORA:

PROFA. DRA. TÂNIA MARA GALLI FONSECA

BANCA EXAMINADORA:

PROF. DR. ALEXANDRE FERNANDEZ VAZ (UFSC)

PROFA. DRA. MARIA ELIZABETH B. DE BARROS (UFES)

PROFA. DRA. ROSANE A. NEVES DA SILVA (UFRGS)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos cidadãos que, através dos trabalhos que empreendem, criam possibilidades da vida poder ser afirmada em toda a sua potência, sejam jogadores de futebol, sejam psicólogos ou quem forem.

Também aos meus mais antigos e afeiçoados amigos, Beth, Sergio, Lita e Cezar. Muitas das teses aqui desenvolvidas são frutos da nossa convivência, dentre elas, a de que não devemos ser indignos com as surpresas que a vida nos apresenta.

AGRADECIMENTOS

Sergio foi quem me acompanhou até o aeroporto e, dentro do abraço, tranqüilamente, disse que eu viesse e realizasse o meu sonho. Qual fosse o sonho, o vivenciei. Afirmar convicções políticas, morar longe de casa e viver mais sob a minha própria responsabilidade, apurar a capacidade reflexiva, melhorar as perspectivas de empregabilidade, fazer mais amigos: para continuar sonhando, bem vivo.

A Beth, Sergio, Cezar e Lita, por não medirem esforços em me permitir ser o mais potente que posso vida adentro. Mesmo a distância física não os impediu de participar intensivamente em mais uma etapa.

A Tania, que faz do nosso grupo de pesquisa e do meu trabalho, particularmente, um desejo de abertura à diferença. Trabalhar sob sua supervisão me fez entender que importa muito mais a virtude ético-política além academia que um trabalho suscita que a sua delimitação técnica. Corremos juntos o risco de errar ao não repetir, dada a singularidade da temática: o que não é nada mau. Ela também teve um papel inestimável frente ao sofrimento que é não saber muito bem o que fazer com o que se tem que fazer. Fazer, ela nunca disse, tampouco deixou de sorrir.

A Rosane Neves e Claudia Perrone, professoras que, por meio de seus trabalhos e suas aulas destacáveis, da disponibilidade que sempre demonstraram, e da amizade desenvolvida conosco, os alunos, contribuíram amplamente para que as dissertações contemham a maior riqueza crítica e estética possível. A Claudia Perrone, também por examinar o Projeto de Qualificação que se desdobrou neste trabalho. A Rosane Neves, também por aceitar o convite para fazer parte da banca examinadora desta dissertação.

A Beth Barros, Soninha, Robinho, Aninha, Beth Aragão, Cristina, Leila, Angela, Helerina e Nelson, por fazerem do curso de Psicologia da UFES um dispositivo crítico que realiza a vontade por encontros éticos com a vida. O cuidado em descaracterizar a pretensão de verdade que os saberes comportam, mesmo os que gostamos tanto, e a tarefa de fazer os nossos trabalhos e intervenções transbordarem da Universidade, procurei roubar de vocês. A Beth Barros, também por aceitar o convite para fazer parte da banca examinadora desta dissertação.

A Alexandre Vaz, Valter Bracht e Marco Paulo Stigger, pela atenção e pela gentileza em me guiar na procura pelos estudos que analisam o fenômeno esportivo. A Valter Bracht, também pelo material sobre a Democracia Corinthiana. A Marco Paulo Stigger, também pela leitura do Projeto de Qualificação. A Alexandre Vaz, também por aceitar o convite para fazer parte da banca examinadora desta dissertação.

Aos amigos da turma do mestrado, pelas rodas de chimarrão de tardinha e pela vontade de indignação.

Aos amigos do grupo de pesquisa “Modos de Trabalhar, Modos de Subjetivar”, pela generosidade afetiva e intelectual.

Aos alunos para quem ajudei a ministrar a disciplina Psicologia Social I, por acolherem a inexperiência e a vontade de dar aulas.

A Toninho, figura fundamental na minha deseducação, grande historiador e excelente companheiro para as noites de festa. Quem, junto com as receitas capixabas que ousei empreender e disseminar em Porto Alegre, sempre soprou pelo telefone o vento cheiroso da nossa querida praia de Manguinhos.

A Luis Augusto, que além de me receber, gentilmente, na sua casa em São Paulo quando da coleta de dados para a dissertação, é cada vez mais um companheiro para todas as horas. Foi quem trouxe de avião, um exemplar legítimo da Torta Capixaba, junto com as lembranças de Teresa, Robson e Tetê.

A Pablo, Cris, Palmena, Eliacir, Pierre, Gi, Alba, Chico, Gianfranco, Patrick, Beu, Juliano, Ricardo e Salésia, que em uma passagem rápida por Guriri, fizeram-me lembrar e viver de novo um tempo em que só há espaço para o sol e a alegria. Época de “dorme-se” e “acorda-se”. Quase todas aquelas histórias, que dizem só poder ser contadas para os netos, sem falar das cicatrizes do corpo, são uma dádiva em que eles tiveram participação direta. Considero-os também a minha família.

À moçada de Porto Alegre, que impediu que a minha vinda para a cidade só tivesse caráter instrumental. Danichi, Artur, Marcelo Noah, Mateus e Pedro Lunarís – também pela chinelagem e pela presença amiga e cotidiana; Luciano Loguercio – também por me passar as primeiras coordenadas sobre o nosso programa de pós-graduação; Rafa e Adriana – também por me levarem ao mar; Juliana – também pelo cuidado com a minha chegada; Rafaela e Rafael – também pela cama; Raquel – também pelo fogão; Rico e Aline – também por dançarmos; Bruno – também pelo favor em traduzir do francês na última hora.

Aos amigos de Vitória, Fabio, Andreia, Léo, Gian, Renata e Gustavo Moraes por lá onde somos sempre a molecada da Chafic Murad. Chris, Camila, Roger, Nielson, Dudu, Juliana, Gustavo, Lu, Val, Ana Paula Cunha, Ana Paula Macedo, por lá onde somos sempre a galera da Psico, sentada na Rua da Lama. Contaram muito os livros, as ligações e os mails.

À galera que frequenta o Diretório Acadêmico autogestivo da Psicologia da UFRGS, por tocarem o barco e pelos acontecimentos de eletricidade nas quintas, às 20:30h.

Aos destemidos Pedro Robertt, Edwin e Marcelo Seráfico, pela amizade, pela preocupação de irmãos mais velhos e pelos embates filosóficos. Lembranças para Aline, Marta, Marcia e as filhas. Ainda faz vontade conhecer o Uruguai, o Peru e o Amazonas.

A Rudyard, por me ajudar a desatar uns nós.

À família da Tati, por me receber em sua casa de Porto Alegre desde 98, com tanto carinho. A Nestor pelo aluguel barato.

A Vivian, que junto com ela me apresentou a cidade. Também me segurou quando das barras mais pesadas dos ventos cinzentos e chuvosos do primeiro inverno em Porto Alegre.

A Angeli e Michele, responsáveis pelo bom funcionamento da Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Cuidadasas com tudo que diz respeito aos nossos direitos e deveres; gente muito fina.

A Alexandre “Tio” Raupp, com quem dividi a primeira moradia em Porto Alegre. Ressaltou a importância de se ter sempre à manga algum “velho truque cheyenne”. Um beijo para a Ane e outro para a Maria Fernanda.

A Charlotte, João Marcos, Normanda e Alberth, pelas graças, receitas, idéias e conflitos divididos no apartamento da Marcílio Dias. Todos também dissertaram ou dissertarão, cada um o seu problema. Charlotte deixou a televisão, o vídeo, um pouco da disciplina alemã e saudades. Normanda fez a melhor lasanha no meu aniversário e me ouviu muito nos últimos loucos dias de escrita. João, suave e ágil diante das intempéries da vida, caiu poucas vezes. E Alberth, com quem rimos muito, apesar de nunca ter sido visto lavando ou limpando.

Aos que fazem parte da Democracia Corinthiana, pela disponibilidade em me receber, pela alegria e pela atitude diante da vida. É uma honra escrever sobre vocês.

Para você que lê, um abraço e o desejo de que haja qualquer prazer nela, mesmo o da fogueira.

SUMÁRIO

RESUMO.....	09
ABSTRACT.....	10
I – LANCES DE ACESSO.....	11
II – ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES.....	23
2.1. O Oito Gigante.....	24
2.1.1. Sobre a subjetivação.....	24
2.2. Saiu Zico, entrou o Lubrax.....	25
2.2.1. Sobre a subjetivação capitalística.....	26
2.3. Jogando com a Vida.....	32
2.3.1. Sobre os processos de singularização.....	33
2.4. Psicólogo do Esporte.....	35
2.4.1. Sobre um experimento transdisciplinar.....	36
III – DISCUTINDO AS ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO.....	41
3.1. Instrumentos?.....	56
IV – A PSICOLOGIA DO ESPORTE COMO ESPECIALISMO TÉCNICO- CIENTÍFICO.....	58
4.1. A constituição da Psicologia.....	58
4.2. O processo de institucionalização do Esporte.....	66
4.3. Os pontos de atração entre a Psicologia e o Esporte.....	77
V – O ACONTECIMENTO DEMOCRACIA CORINTHIANA.....	102
VI – ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES.....	136
VII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	138

RESUMO

Desde uma perspectiva cartográfica, este trabalho pretende analisar os processos de subjetivação no campo dos esportes orientados para o alto rendimento. Em primeiro lugar, escolhemos criticar a psicologia do esporte, propondo que esta disciplina, ao invés de privilegiar a expansão da vida, multiplica uma série de valores capitalísticos como a competitividade, a produtividade, a homogeneidade e o recorde. Em seguida, nós apresentamos a Democracia Corinthiana como um acontecimento que demonstra uma real experiência de democracia plena dentro de um dos maiores clubes de futebol do Brasil. Finalmente, consideramos que a emergência da Democracia Corinthiana promoveu um movimento de resistência à subjetividade capitalística a partir do âmbito das práticas esportivas de alto rendimento.

Palavras-chave: processos de subjetivação; psicologia do esporte; Democracia Corinthiana.

ABSTRACT

From a cartographic perspective, this work intends to analyze the processes of subjectivation on the field of the high performance sports. At first, we chose to criticize the sports Psychology, suggesting that this discipline, instead of producing life expansion, develops capitalistic values such as competitiveness, productivity, homogeneity and record. After that, we introduce the “Democracia Corinthiana” as a happening which demonstrates a real experience of full democracy with in one of de biggest soccer clubs in Brazil. And finally, we consider that the emergence of the “Democracia Corinthiana” promoted a movement of resistance to the capitalistic subjectivity started on the field of high performance sporting practices.

Key-words: processes of subjectivation; sport psychology; “Democracia Corinthiana”.

I - LANCES DE ACESSO

“[...]Os senadores não legislam mais? / É que os bárbaros chegam hoje. / Que leis hão de fazer os senadores? / Os bárbaros que chegam as farão[...]”
(KAVÁFIS, Konstantinos, 1982)

Por que escrever uma dissertação, ou melhor, por que escrever esta dissertação se tudo que dizem da maioria delas é que são uma chatice e nunca saem das prateleiras empoeiradas das bibliotecas? Por que escolher tal meio de dialogar se o alcance da conversa parece ser inócuo? Por que, quando muito, o debate fica estagnado entre os pares? Não é também para ouvir e alimentar as vozes dos ímpares que pesquisamos-intervimos? E afinal de contas, quem é par de quem e quem é ímpar de quem?

Sentimos que antes de introduzir o problema de pesquisa, ou seja, o tema central do trabalho, é importante trazer indícios de como encaramos a tarefa de escrever. Porque não é só a questão que uma dissertação pretende problematizar¹ que deve ser comentada, mas também a maneira como ela será visada, qual concepção de vida decorre da abordagem que será produzida e utilizada. Esta preocupação aponta para a maneira como andamos pensando a educação e a construção do conhecimento. Porque, ao contrário do que se possa crer, há jeitos muito distintos de estabelecer e encaminhar os problemas de pesquisa. E eles devem poder ser abusados de muitas maneiras.

Serão os que opinam a esterilidade e enfastio produzidos pelos trabalhos acadêmicos maus alunos ou serão maus alunos os que os escrevem? Como analistas portadores de uma escuta privilegiada, pararemos para ouvir ou continuaremos rechaçando e repetindo e repetindo sem parar, do alto da nossa sabedoria, em busca da resolução de nossas vaidades intelectualóides?

Talvez o descrédito e a impaciência apontados passem não só pelas temáticas escolhidas para trabalhar, mas, por exemplo, também pela forma como as Universidades, especialmente as Instituições Federais de Ensino do país, vêm sendo tratadas atualmente. Mesmo por um governo que se elegeu como oposição, ressaltando o compromisso antigo de atenuar as desigualdades sociais no Brasil, mas que privilegia ainda e em última análise a performance macroeconômica controlada por organismos

¹ "Problematização não quer dizer representação de um objeto preexistente, nem criação pelo discurso de um objeto que não existe. É o conjunto de práticas discursivas e não-discursivas que fazem alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e a constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma de reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política, etc.)" (Carlos Henrique Escobar, 1984, p. 76, Foucault em entrevista a F. Ewald).

internacionais e a subtração de direitos adquiridos sobre setores já aviltados da população.

Essa é a análise produzida por cerca de vinte intelectuais – muitos deles petistas – membros do Fórum de Políticas Públicas, acolhido no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP). O grupo, conforme artigo assinado por Rafael Cariello² encaminhará em fevereiro de 2004 uma proposta de reforma universitária proclamadamente em desacordo às teses do Banco Mundial – que dirigem as visões do Ministério da Fazenda sobre o tema – e à maneira como o próprio governo Luiz Inácio Lula da Silva tem debatido a questão.

De acordo com Marilena Chaui, o projeto salientará a necessidade de autonomia quase total para cada Universidade, diminuindo o poder de decisão e orientação sobre o ensino e a pesquisa controlados pelo Ministério da Educação e pelas agências de fomento de pesquisa como única “maneira de resgatar o poder acadêmico” das instituições, atualmente em crise. Ela aponta que o principal responsável pelo debate que considera equivocado não é o Ministério da Educação, mas o da Fazenda. "Eles se inspiram nesse malfadado relatório do Banco Mundial, que foi o que inspirou a política do Paulo Renato. É o objeto profundo da nossa crítica. Esse relatório enfatiza a privatização."

Marilena Chaui afirma que hoje são "as agências que determinam prazos e prioridades", a partir "de critérios de fluxo de caixa e do que interessa ao mercado", o que seria um dos motivos da crise da universidade e de sua "perda de iniciativa com relação à pesquisa".

Este é um analisador específico que exemplifica como, em um nível mais generalizado, o Partido dos Trabalhadores (PT) tem forçado o afogamento do debate de idéias, alienando seus participantes da possibilidade de combater o pensamento único. Foi isso que culminou com a expulsão de militantes orgânicos – os deputados federais Babá, João Fontes e Luciana Genro, além da senadora Heloísa Helena – e o auto-descredenciamento de intelectuais importantes dentro do partido – como Carlos Nelson Coutinho, Milton Temer, Leandro Konder, Francisco de Oliveira, entre outros – precisamente, por não se refutarem a abjurar de posturas e práticas que denotam, na opinião deles, a descaracterização de algumas das lutas que o PT sempre empreendeu.

² Matéria intitulada “Grupo de Chaui quer alternativa à reforma”, publicada no Caderno Cotidiano do Jornal Folha de São Paulo em 12 de janeiro de 2004.

César Benjamin, um dos fundadores e dirigentes do partido até 1995, quando pediu seu desligamento, em entrevista realizada por Flávia Marreiro³, afirma que:

“Estamos assistindo ao fim de um ciclo de existência da esquerda brasileira, cuja crise é profundíssima. É uma crise de prática, pois a esquerda rompeu seus laços de convivência e solidariedade com o povo; é de valores, pois ela respira hoje a cultura do pragmatismo, do oportunismo e do individualismo; é de pensamento, pois nesse contexto perdem-se de vista os verdadeiros problemas e potencialidades da sociedade brasileira. Não se resolve isso pela criação de uma nova sigla, mas pela construção de novas práticas, valores e pensamentos, o que é um processo incomparavelmente mais difícil.”

Francisco de Oliveira, seguindo a linha de raciocínio de César Benjamin, em artigo⁴ que consumou publicamente a sua saída do PT, aponta que o governo conduz:

“[...] uma política econômica desastrosa, uma reforma da Previdência anti-trabalhador e pró-sistema financeiro, uma reforma tributária mofina e oligarquizada, uma campanha de descrédito e desmoralização do funcionalismo público, uma inversão de valores republicanos em benefício do ideal liberal do êxito a qualquer preço – ‘o triunfo da razão cínica’, no dizer de César Benjamin -, uma política de alianças descaracterizadora, uma ‘caça às bruxas’ anacrônica e ressuscitadora das piores práticas stalinistas, um conjunto de políticas que fingem ser sociais quando são apenas funcionalização da pobreza - enfim, para não me alongar mais, um governo que é o terceiro mandato de FHC.”

Tudo isto para margear uma questão decorrente dessas análises. Perguntamos se não estará sendo, também, o próprio conhecimento, produzido majoritariamente a partir de um modelo utilitarista e especialista? A educação no Brasil, inclusive a de nível superior, mantém-se centrada na obediência ou no pensamento livre? Nós, alunos e professores, temos trabalhado para vivenciar a experiência de ultrapassagem dos limites dos nossos corpos e do nosso pensamento que brota do desejo pelo impensado? Ou temos asfixiado nossas relações e produções, colocando-as sob a égide de um linearismo conservador que teme as inquietações inseparáveis do viver?

³ Matéria intitulada “Ex-petista vê Lula como um FHC sem o real”, publicada na Folha de São Paulo em 28 de dezembro de 2003.

⁴ Artigo intitulado “Tudo que é sólido se desmancha em... cargos”, publicado na coluna No Divã, da Folha de São Paulo, em 14 de dezembro de 2003.

Parece estar clara, de novo, a dificuldade momentânea de viabilização de uma opção política, econômica e também educacional brasileira para o próprio país em um nível macropolítico, ou seja, insinua-se um quadro hegemônico que nos mantém subalternos às demandas internacionais. Assim sendo, a solidão de nossos trabalhos e as nossas próprias enquanto pesquisadores não dirão respeito a nos submetemos, nós próprios, reféns de regramentos, leis que nos fazem coniventes ao que achamos que queremos analisar?

Será que essa infertilidade político-científica não será produto decorrente também de estarmos nos furtando ao nosso papel enquanto intelectuais, o de críticos, de cidadãos que devem trabalhar coletivamente num nível mais micropolítico, erodindo o quadro geral atual?

Para tanto, decidimos nos instalar numa zona de indiscernibilidade, de hibridismo entre a regra e a invenção, entre o modo presumível e a arte, para assim, forçarmos o descarrilamento do trem das prerrogativas racionalistas de constituição do conhecimento. O que não quer dizer que deixaremos de ser rigorosos nesta empreitada. É que tratar-se-á de uma outra preocupação, não com os matematismos – regras, gráficos, amostragens, porcentagens, equações lineares e resultados verdadeiros – tradicionais em um segmento das Ciências Naturais que preza o modelo global de racionalidade científica que teimamos em usar, solapando a variabilidade imanente aos modos de ser, mas aí sim, seremos inabaláveis com o que se refere à afirmação do *devir*.

Por agora, ainda sem muito detalhamento, diremos que o modelo racionalista moderno de constituição do conhecimento e a necessidade que nos impomos de afirmar o *devir* são incompatíveis porque o primeiro movimento busca explicar os fenômenos através de leis estampadas naquilo que se repete, nas regularidades subtraídas dos fenômenos sociais, e o segundo, a seu modo, procura expor o que mina tais regularidades, o que é irreduzível às leis de controle, devolvendo às Ciências Sociais a capacidade de analisar os fenômenos em sua complexidade e historicidade.

Afirmar o *devir* é um de nossos propósitos porque ele diz respeito às forças que, no que se refere à economia do desejo, vão produzir disrupções nos nós de totalização que amarram sistematizações existenciais dominantes. O *devir* faz referência a processos, processos transversais, vias de comunicação inconsciente que perturbam categorizações hegemônicas como as idéias de corpo, de identidade, de ciência, etc. Ele passa “entre”, aloja-se “no meio”, age no nível micropolítico e atravessa as estratificações subjetivas soberanas.

O pesquisador, por exemplo, pode imbuir-se, entremear-se a um devir-mar nos momentos de paralisação do pensamento para, a certa altura, mergulhar nas questões a serem desdobradas, saboreá-las, deixá-las atravessar o corpo, ou, dito de outro modo, permitir que o pensamento distraia a consciência embalando o corpo e lavando as idéias. Ou habitar um devir-criança e aproveitar o estilo de investigação próprio da infância, arredio à linguagem representacional, mas sempre espantado com a heterogeneidade de elementos e infinidade de fenômenos que são imanentes à existência.

Como apontam Gilles Deleuze (1997), Claudia Neves e Silvia Josephson (2001), o devir é o que cobra da estrutura sua imobilidade, é uma passagem de vida que atravessa o vivível e o vivido. Esta pode ser uma saída que subverta, também, o imobilismo e o repetitismo que acompanham grande parte dos adestrados trabalhos científicos.

E se a Academia parece, ainda, não ratificar a possibilidade de inversão do modelo de encadeamento das dissertações e das teses, cobrando o início dos trabalhos pela Introdução e o fim pela Conclusão, faremos a seu modo, de outra maneira.

É comum e ao mesmo tempo silenciosa a prática de escrever a Introdução da pesquisa-intervenção após concluídas todas as outras etapas. Encaixam-na no início do trabalho e demonstram uma falsa – diria até vaidosa – correspondência entre o que se pensava ao começá-la e o que se pensa ao terminá-la. Ou faz-se dela, a Introdução, um balanço conclusivo do processo, mais apurado até que o da própria Conclusão. Quase sempre num tom: “Viu como eu tinha razão!”

Sendo demandada a forma explicativa de exposição do conteúdo científico, esta rançosa e tediosa herança positivista que nos tenta impedir de tratar a experimentação da produção científica como um texto de ficção, uma obra de arte, seguiremos os pré-conceitos acadêmicos sem, sorratamente, enganá-los. Ao contrário, nossa intenção é a de, justamente pela obediência inviolável da métrica positivista, explodir o seu modelo, faze-lo ruir. Insinuar a dimensão processual do experimento, muitas vezes camuflada, mas nunca redutível ao “produto final”.

Mostraremos a inviabilidade de tal proposta ao seguí-la, com a *verve* dos trabalhadores fabris que impõem a greve, justamente, ao realizarem o trabalho prescrito pelos patrões. Exporemos a diretividade esterilizante do “modo geral” de fazer ciência, isto é, o ponto cego das suas prerrogativas de linearidade, ao tentar obedecê-las. O intuito, desse jeito, será o de acolher no processo de escrita do trabalho a sua própria dissimilitude, seu caráter de simulacro, ao invés de desviá-lo de si próprio em busca de

uma ressonância com o tal “modo certo” de guiar um trabalho científico. É pela porosidade, pela rugosidade, mesmo pela esquisitice e pela vacilação, que o nosso desejo por percorrer insiste e põe-se a estabelecer o convite para o acompanhamento.

Queremos explicitar a consonância filosófica deste trabalho com aquilo que Renato Cohen (1998) caracteriza como *work in process* quando analisa meios específicos de criação, encenação e recepção na arte da cena contemporânea. O conceito *work in process*, traduzido por *trabalho em processo*, procura estabelecer uma linguagem que incorpore, ao mesmo tempo, as noções de trabalho e de processo, marcando distinção em relação às condutas técnicas balizadas por formalizações apriorísticas, por variáveis cristalizadas ou por sistemas sem dinamicidade.

Portanto, afirmamos que o trabalho final que será entregue e qualificado como dissertação de mestrado é indissociável de um processo claudicante marcado pelas especificidades do percurso, obviamente, elas próprias, matéria fundamental para a escrita. E mais ainda, a finalização da dissertação não pode, em hipótese alguma, querer significar a resolução das questões levantadas ou o esgotamento das temáticas pesquisadas. Ela consistirá apenas em uma visada – entre infinitas possíveis – necessariamente extrapolada pela temporalidade e pela multiplicidade efervescente de fenômenos no plano de pesquisa e intervenção. É por isso que ansiamos pelo maior número de interferentes⁵.

A tarefa de escrever uma dissertação se dá menos por uma decisão consciente que pela necessidade, pela inquietação produzida por uma pergunta que nos atravessa e arrasta ao imponderável. A curiosidade arrebatava o pensamento e o faz mover-se nas adjacências situadas entre o que vemos e o que precisamos falar. O movimento do pensamento ocorre debatendo-se nesse plano de cruzamentos e disputas que reparte e entrelaça o enunciado e a visibilidade, articulando-os na sua diferença. (PELBART, Peter Pal, 1989).

Caminhar entre o sabido e o não-sabido, ora com os pés firmados, ora com eles não se sabe onde, é uma viagem movida pelo desejo que nos desaloja de nós mesmos e nos impele à posição de *outrem*, um estado de implicação do envolvido, e de sua própria heterogeneidade em relação àquilo que o envolve. Pensar outramente é estabelecer a condição de possibilidade de passar de um mundo a outro. (DELEUZE, 1988; 1992a).

⁵ Endereço domiciliar: Rua Chafic Murad, 54, apt.201, Bento Ferreira, Vitória, E.S.. CEP: 29050-660. Endereço virtual: <vitorregis@hotmail.com>.

O exercício da escrita registrará o processo de acolhimento e problematização do que se coloca como questão de pesquisa, ou seja, lidará com as instabilidades impostas pela criação de uma pergunta colocada a partir da desestabilização dos regimes de verdade instituídos. Tratar-se-á de produzir um híbrido que demarque algumas interferências e desdobramentos produzidos no contato com a alteridade⁶. Um empreendimento que visará a invenção de mundos, em ato.

Começando por um começo-expectativa para chegar a um fim conclusivo, inevitavelmente, seremos deslocados dos propósitos pelo não sabemos o quê, até podermos dizer que desde o início tratou-se de mistura, do perspectivismo, de rizomas, até o fim que, por sua vez, não conclui, mas afirma novas perguntas, outras bifurcações, inumeráveis possibilidades.

Isto posto, e antes de discorrermos mais explicitamente sobre a proposta de conteúdo e encadeamento da dissertação, é importante explicar que a nossa preferência é pela utilização da primeira pessoa do plural, “nós”, mas também poderei, como agora, utilizar a primeira pessoa do singular, “eu”. O fundamental a essa altura é não perdermos de vista o motivo que – me – faz dizer que digo por mais de mim, apesar da autoria desta dissertação ser conferida a Vitor Martins Regis. Não se assuste ao encontrar frases suas durante a leitura e não pense que se trata de plágio.

Não trabalharemos com a idéia de originalidade, de genialidade, ou seja, da oportunidade do pensamento ser engendrado alheio às circunstâncias histórico-sociais de existencialização humana. Como se as noções que traremos aqui pudessem ser concebidas a partir de uma essência individual pensante desconectada de certas condições de possibilidade, a matéria heterogênea inseparável da própria produção das idéias e das práticas. Esta maneira de entender o pensamento, e a própria constituição dos sujeitos, instaura “[...] uma intimização das formas de viver, onde o indivíduo é ponto de chegada e ponto de partida, reafirmando, assim, as clássicas dicotomias entre individual/social, externo/interno, desejo/política [...]” (NEVES e JOSEPHSON, 2001, p. 103).

Portanto, apresentaremos, ainda nesta parte inicial, além do conceito de *devir*, outro que julgamos de importância fundamental, o de *agenciamento coletivo de*

⁶ Conforme Leila Machado (1999), a vivência da alteridade não pressupõe apropriações de espécie alguma, nem de si nem do outro, pois seria a experiência de produção de diferenças, tanto em relação a si mesmo como nas relações com o mundo. O outro não deve ser entendido como uma unidade separada e exterior a uma outra unidade-eu. A idéia de alteridade não está fundada nas polarizações interior e exterior ou sujeito e objeto.

enunciação. O agenciamento é um complexo em convergência - habitado também por linhas divergentes -, substâncias formalizadas e fluxos de intensidades desuniformes que interferem desestabilizando-estabilizando a construção dos territórios subjetivos. A concepção de agenciamento não se harmoniza à dos domínios infra-psíquicos propostos por Sigmund Freud. Como apontam Felix Guattari e Suely Rolnik (1999, p. 317), “[...] um agenciamento comporta componentes heterogêneos, tanto de ordem biológica, quanto social, maquina, gnosiológica, imaginária.”

Neste sentido, o agenciamento coletivo de enunciação corresponde a uma das faces do duplo que compõem a *máquina abstrata*, conjugado ao *agenciamento maquina* ou *agenciamento de corpo*. Em sua relação com a linguagem, o agenciamento coletivo de enunciação é uma de suas condições. E o que nos importa em sua definição é o estabelecimento de “[...] uma distinção entre ações/paixões que se dá entre os corpos e os atos que são incorpóreos [...]” (BARROS, Maria Elizabeth Barros de & LIMA, Robinson Rômulo Gemino, 2001, p. 112). Levando isto em consideração, no caso da escrita, oportunizamos fazê-la atingir uma potência que é própria da impessoalidade, desindividualizando as questões a serem trabalhadas aqui, as tratando como tensão pertinentes tanto, e, ao mesmo tempo, a pessoas, como a modos de viver. Desabonamos a pretensão de conferir ao “Eu” rigidez, prognosticabilidade.

Dito isto, passaremos à apresentação da hipótese de pesquisa que experimentaremos, para, em seguida, traçar a proposta inicial de encadeamento do trabalho que norteará nossos estudos e permitirá a construção do problema que investigaremos. Talvez seja importante grifar que a organização da dissertação respeita um estilo e não uma regra. Isto significa que trazer a hipótese antes de ensaiar temas mais específicos rigorosamente e, finalmente, colocar a questão, não é uma atitude obrigatória. Não é obrigatória porque todos os três movimentos não possuem relação hierárquica, de outro modo, são indissociáveis, fazem referência a constituição de um plano contíguo de pressuposição recíproca que permite ajustar o engendramento de uma pergunta. Assim, perguntas produzem problematizações e problematizações permitem outras perguntas.

A hipótese de trabalho levantada inicialmente, para a posterior colocação do problema de pesquisa, é a de que campos do conhecimento científico, inclusive a Psicologia, quando se conectam ao campo das práticas desportivas orientadas para a alta

performance, baseiam-se, muitas vezes, em especialismos tecnicistas⁷ que passam ao largo do debate crítico. Tais práticas, ao que nos parece, abastecidas e abastecendo os meios de viver subservientes à lógica de funcionamento capitalista, organizam-se tentando capturar os impulsos revolucionários do corpo e a da produção de subjetividade, fundando um modo-de-existir-atleta muito específico. O modo-de-existir-atleta, por sua vez, dada a sua previsibilidade e traduzibilidade, tem a função de deglutir e disseminar valores que avalizem a expansão internacional do capitalismo. As singularidades imanentes às diferentes formas de existir são afuniladas em um mesmo e único quadro de referência identificável.

Entendam que estamos afirmando que o capitalismo funciona para além de um domínio de regulação econômica, simplesmente. Como expusemos em um trabalho anterior⁸, além de toda a infra-estrutura milionária e dos variados apetrechos necessários para a prática competitiva, estão disponíveis modelos de conduta individualizantes para desportistas, técnicos, pais e espectadores.

O que passa a estar em pauta então é o comprometimento, a subjugação da expansão da vida, ou seja, da capacidade de, na medida que se faz necessário, inventar, criar novas coordenadas existenciais, diferir. Os "lances de acesso" podem dizer respeito à interrogação: "O que fazer?"

Escreveremos a dissertação dividindo três grandes blocos principais que, por sua vez, poderão subdividir-se em pontos mais específicos dentro do contexto de cada um deles. Eles denotarão o primeiro esforço de inflexão, de produção de intercessões entre temáticas abrangentes e complexas como a do corpo, a da psicologia, a do esporte, dentre outras, até agora pouco relacionadas, sobretudo, em associação a algo que as atravessa e constitui, a saber, o capitalismo. Buscaremos investigar quais as condições que possibilitam o surgimento de determinados pontos de aderência entre tais regimes

⁷ Aqui, o termo especialismo tecnicista faz referência a determinadas práticas, inclusive no campo da Psicologia do esporte, que são desdobramentos da divisão social do trabalho e produzem alienação e submissão, tanto nos peritos como no objeto de utilização das suas competências. Em linhas gerais, os especialistas são portadores de um conhecimento científico pretensamente verdadeiro, deslocado da realidade de intervenção. Calçados nesse saber que se propõe superior hierarquicamente, agem em diversos campos das práticas sociais, repartindo, confundindo e desqualificando estilos de vida, empurrando-os a referirem-se diretamente aos modelos de comportamento espelhados pelos valores do capitalismo.

⁸ REGIS V. et al. Novas possibilidades para a psicologia do esporte. Em: JACÓ-VILELA, A., CEREZZO, A. & RODRIGUES, H. (org). *Clio-Psyché paradigmas: historiografia, psicologia, subjetividades*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2003.

de verdade. Situaremos o trajeto, principalmente, entre campos de saber e de práticas entre a Psicologia, a Filosofia, a História e as Ciências do Esporte.

No primeiro bloco trataremos, além da apresentação do trabalho, análises das motivações que nos levam a escolher determinadas temáticas e não outras para explorar, ou seja, as implicações do pesquisador para com o plano de pesquisa e, por fim, discutiremos sobre as estratégias de pesquisa a serem utilizadas.

A conjugação destes três pontos em um bloco inicial tem o objetivo de familiarizar o leitor com uma certa ótica de produção do conhecimento, esta, inseparável dos movimentos do desejo. Através das três seções exporemos, nesta ordem: a temática de pesquisa; os motivos que nos fazem querer trabalhá-la; e quais estratégias usaremos para atingi-la, entendendo que a produção do conhecimento possui uma função que lhe é subjacente, a de produzir a expansão da vida.

Seguindo as notas de apresentação, trabalharemos com quatro imagens, crônicas que denotam a maneira como o tema do trabalho me atravessou e atravessa, exigindo que seja ele o escolhido e nenhum outro. O tom literário das cenas servirá para afastar o entendimento de que se trata de uma leitura psicológica, essencialista, privatizada da realidade. Ao contrário, seguindo cada uma delas, haverá uma nota de (des)orientação teórica que privilegiará a discussão sobre os modos de subjetivação. Uma tentativa de evitar polarizações como a de indivíduo e sociedade, isto através da compreensão que a subjetividade é processada socialmente. Trataremos do conceito de subjetivação em suas versões capitalísticas e singularizadoras. Além disso, após a última das cenas, citaremos um experimento transdisciplinar anterior, ponto de referência para o trabalho atual. Queremos tocar a pergunta: “Por que fazer?”

Como antecipamos, na terceira seção do primeiro bloco agruparemos a discussão sobre as estratégias de produção do conhecimento, pensando a *práxis* metodológica a partir, principalmente, de algumas nuances assinaladas por Gilles Deleuze (1998a) na forma como Michel Foucault a concebe. Discutindo este livro⁹, Rosane da Silva (2001) percebe a existência e a importância de uma tática cartográfica que permeia os movimentos da genealogia foucaultiana. Deleuze (1998a, p. 33-34) ressalta a bossa cartográfica:

“Foucault sempre soube pintar quadros maravilhosos como fundo de suas análises. Aqui [a respeito do livro *Vigiar e Punir* (1997)], a análise torna-se cada vez mais microfísica e os quadros cada vez mais

⁹ DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998.

físicos, exprimindo os efeitos da análise, não no sentido causal, mas no sentido óptico, luminoso, de cor: do vermelho sobre vermelho dos suplícios ao cinza sobre cinza das prisões. A análise e o quadro caminham juntos; microfísica do poder e investimento político do corpo. Quadros coloridos sobre um mapa milimétrico.”

Estamos ressaltando, dessa forma, uma disposição estratégica em escarafunchar, desnaturalizar os matizes, os vestígios eleitos pelo senso comum para estabilizar certos regimes de verdade, exprimindo assim as circunstâncias transitórias que possibilitaram suas efetuações. A atitude de percorrer a história abjurando a utilização de coordenadas costumeiras, viciadas, buscando novos intercessores¹⁰, é fundamental para a criação do campo de problematização e de novas perguntas.

Veremos em seguida, mais atentamente, que cartografar é fazer uso de uma caixa de ferramentas conceituais que nos permitirá registrar os trajetos das intensidades que buscam canais de expressão. Ao contrário de funcionar afastando o anômalo, o simulacro, na busca racional pela conformação de um quadro teórico equilibrado, cuida de produzir mapas que acolham e afirmem as composições e disrupções produzidas pelo desejo, permitam a consolidação de novos territórios existenciais. Isto para atingir outra questão: "Como fazer?"

O segundo bloco, como o pensamos agora, terá como alvo principal a criação de um mapa das maneiras como o corpo vem sendo concebido e construído, especialmente desde a modernidade até a contemporaneidade, através do campo das práticas desportivas orientadas para a alta performance. Neste âmbito, a Psicologia do Esporte surge a nossos olhos como terreno relevante de análise. Perscrutaremos avaliar o surgimento desta disciplina, primeiro problematizando os movimentos históricos de organização dos saberes e das práticas psicológicas e, depois, realizando a mesma tarefa em relação à fundação da esfera de regimes de verdade e domínios de atividades vinculados ao campo específico do desporto de alta performance.

Acreditamos que a análise dos pontos de aderência entre as duas disciplinas nos permitirá entender melhor que tipo de homem decorre desse viés de existencialização. Suspeitamos, como já dissemos, que a conformação destes corpos está soldada a um

¹⁰ Deleuze (1992b) afirma que os intercessores são essenciais porque combatem as ficções pré-estabelecidas que remetem sempre ao discurso do colonizador. É através deles que as minorias instauram discursos de resistência. Os intercessores comportam as potências do falso que vão produzir o verdadeiro. Eles devem ser fabricados, podendo ser pessoas, mas também coisas, plantas e até animais. Fictícios ou reais, animados ou inanimados. Ele aponta: “Se não formamos uma série, mesmo que completamente imaginária, estamos perdidos. Eu preciso de meus intercessores par me exprimir, e eles jamais se exprimiriam sem mim: sempre se trabalha em vários, mesmo quando isso não se vê. E mais ainda quando é visível: Felix Guattari e eu somos intercessores um do outro.” (1992b, p.156)

modo de produzir a subjetividade próprio do capitalismo. A proposta subjacente aos nossos estudos históricos preliminares é a de que junto com o nascimento e consolidação do capitalismo como modelo de produção, o esporte, enquanto fenômeno social, sofre transformações radicais que o empurrarão a ser vivenciado como hoje o vivenciamos.

Depois de cartografadas, no capítulo precedente, as estratégias de enredamento produzidas pelo modo de subjetivação capitalístico que domesticam e aprisionam os corpos e a subjetividade dos atletas que buscam o alto rendimento, o terceiro bloco tem a pretensão de demonstrar através de um exemplo real, o da Democracia Corinthiana, a possibilidade de ultrapassagem deste possível diagnóstico sombrio e até, poderíamos dizer, fatalista.

Estaremos interessados em demonstrar que, no plano micropolítico, toda sorte de lampejos de resistência e invenção pedem passagem. É desde lá que poderemos romper com uma visão do corpo como objeto e alvo do poder, para explorar outra perspectiva, a do corpo pensado, ética e esteticamente, como artífice de sua própria existência. O corpo articulando-se, ele próprio, força perturbadora dos arranjos de poder. Os resistentes da Democracia Corinthiana nos auxiliarão a inquirir sobre a possibilidade de fomentar tais processos, conferindo-lhes meios de estabilização.

Partindo, então, da hipótese de que o plano das práticas esportivas é atravessado por linhas de captura capitalísticas que procuram disciplinarizar e controlar os corpos, como pensar as estratégias de resistência, ainda além, como participar da viabilização de tais estratégias?

Pois bem, acionemos a geringonça.

II - ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES

“Cabe a cada um de nós apreciar em que medida – por menor que seja – podemos contribuir para a criação de máquinas revolucionárias políticas, teóricas, libidinais, estéticas, capazes de acelerar a cristalização de um modo de organização social menos absurdo do que o atual.” (GUATTARI, Felix, 1987, p. 225)

Desde muito pequeno, entre as minhas primeiras lembranças, estão as vinculadas ao esporte. Possivelmente, as que trago aqui, ao contrário do que se possa esperar de um trabalho científico pautado pelo paradigma racionalista, não têm justa linearidade, fidedignidade cronológica. Não têm porque não podem ter. Trago a vocês, e é assim que vai ser, a construção de cenas que resultam de experiências sobrepostas, de colorido muito vivo, emaranhadas¹¹.

O aproveitamento dessas vivências, que dizem respeito à minha ontologia, assinala a inseparabilidade e a co-interferência do pesquisador com o plano de sua pesquisa, e, mais adiante, a ruptura com uma certa atitude filosófica que, a partir do século XVIII, pensa a produção do conhecimento como aspiração ao alcance de verdades finais. Boaventura de Sousa Santos (1997) é um dos autores que afirmam a relevância do conhecimento desdobrado a partir da experiência prática e não em sentido inverso. A importância da ciência ser decorrente e imanente aos saberes criados pelo senso comum e não tentar impor-se pela sua desqualificação. O autor (1997, p. 44-45) aponta:

“Já mencionei a analogia textual e julgo que tanto a analogia lúdica como a analogia dramática, como ainda a analogia biográfica, figurarão entre as categorias matriciais do paradigma emergente: o mundo, que hoje é natural ou social e amanhã será ambos, visto como um texto, como um jogo, como um palco ou ainda como uma autobiografia.”

A discussão conceitual que se seguirá à cada uma das cenas, além de dizer como, a partir das minhas experiências, coloco-me como pesquisador, abre espaço, para desde fatos, esmiuçarmos o desejo de problematizar os modos de subjetivação que

¹¹ Participamos do entendimento que o tempo não existe enquanto modalidade geral apreendida de forma uniforme. Vivemos a temporalidade através de experimentações particulares e variáveis. Experimentar o tempo como seta, sucessão linear do passado ao presente para o futuro consiste apenas em uma das formas de vivência possíveis, esta, decorrente do projeto da modernidade que é forjado a partir da idéia de progresso.

permeiam a vida de crianças e adolescentes orientados para a alta performance esportiva.

2.1 – O Oito Gigante

Nos domingos de manhã, desde antes de ter um metro de altura, quinzenalmente, acompanhava meu avô Cezar às regatas que ainda acontecem nas raias em frente ao Porto de Vitória. Ficávamos de binóculos, das oito da manhã até o meio-dia, assistindo todos os páreos. As bandeiras vermelho e brancas eram do Clube Saldanha da Gama. As maiores e mais bonitas eram as preto e brancas, do meu clube, o Clube de Natação e Regatas Álvares Cabral. O último páreo trazia para a raia, oito remadores e um timoneiro em cada barco. Era a hora do meu avô largar a garrafinha de água e proteger a careca do sol a pino.

Quanto a mim, esquecia de chupar o picolé e do medo de cair dentro d'água, sentado no patamar, com as pernas penduradas. Os remadores do Álvares vinham voando, no Oito Gigante Edmundo Martins, nome do meu bisavô, que além de remador, fora lateral direito e um dos fundadores do Rio Branco Futebol Clube, o time de maior torcida no Espírito Santo. Depois de vencida a regata, majestosos, brilhando sob o sol flamejante, vinham eles, cumprimentar a torcida ao som dos fogos de artifício.

2.1.1 – Sobre a subjetivação

Essa pequena crônica nos leva a pensar que o gosto pelo esporte é algo produzido socialmente, portanto, não se tratará de, no transcorrer da dissertação, valorar, de forma canhestra, a prática desportiva orientada para a alta performance como boa ou ruim, mas de esmiuçar o que devém de sua realização, ou seja, que tipo de relações sociais o desporto cria, atualiza ou reproduz.

Para tanto, o conceito *subjetivação* nos será bastante útil. De acordo com Deleuze (1992b, p. 123), os processos de subjetivação dizem respeito a “um modo intensivo e não um sujeito pessoal”.

Numa perspectiva semelhante, Rosane da Silva (2001, p. 30) aponta que um processo de subjetivação expressa “o modo singular pelo qual se produz a flexão ou a curvatura de um certo tipo de relação de forças”. Tal processo aponta para uma forma de estabilização da subjetividade, para a maneira como, mediante a relação consigo e com o mundo, criamos um território existencial, nos fazemos sujeitos.

Estaremos tratando, portanto, das maneiras pelas quais, em um dado momento histórico, emergem relações específicas entre elementos heterogêneos que determinam necessidades e desejos, jeitos mais que de ser, de querer.

Parece-nos que uma das principais características presentes na discussão acerca dos modos de subjetivação é a radicalização da recusa à pressuposição do conceito de sujeito ao de identidade. Pesquisar-intervir sobre tais processos remete ao entendimento de que não estamos ligando à constituição da subjetividade qualquer noção que remeta tal movimento a uma simplificada conjunção de subjetividades privadas, redomas protetoras de uma essência humana particularizada, infrapsíquica.

O poeta Walt Whitman define o nosso propósito, declarando: “*I celebrate myself, and sing myself, And what I assume you shall assume, For every atom belonging to me as good belongs to you.*”¹² Da mesma forma como o compositor Vitor Ramil, escrevendo: “É bom saber. / Que és parte de mim. / Assim como és. / Parte das manhãs.”¹³

Desse modo, transporemos o paradoxo que está colocado se, ao contrário, considerarmos essa subjetividade apreendida como individuadora, o resultado de um entrecruzamento específico de determinações de várias espécies, não só sociais, mas econômicas, tecnológicas, de mídia, etc. Os processos de subjetivação antes de se referirem à pessoas, denotam a relação de forças em um campo elétrico ou magnético que produz uma individuação operando por intensidades. Campos individuados e não pessoas ou identidades. (GUATTARI & ROLNIK, 1999) (DELEUZE, 1992b)

A partir das próximas cenas, tentaremos dar conta, na discussão conceitual, de duas formas específicas que a subjetividade pode assumir, através dos processos de subjetivação individualizantes ou singularizadores.

2.2 – Saiu Zico, entrou o Lubrax

Nas tardes de domingo, sentado entre meu pai, mãe, avô e avó, tornei-me, como eles, flamenguista. A vó Lita era Fluminense, mas nada que um pedido do único neto não resolvesse.

No início dos anos 80 éramos o *crème de la crème*. Raul, Leandro, Marinho,

¹² Cfe Walt Whitman (2000, p.6) em um fragmento do poema *Song of myself* destacado por nós. André Cardoso o traduz por “Eu celebro a mim mesmo, e canto a mim mesmo, E o que eu pensar também vais pensar, Pois cada átomo que pertence a mim igualmente pertence a ti.”

¹³ Cfe Vitor Ramil na música “Estrela, Estrela” do disco “Tambong”, gravado entre fevereiro e abril de 2000.

Figueiredo, Júnior, Andrade, Adílio, Tita, Lico, Nunes e o Zico infernizavam os gramados espalhados pelo país, numa época em que os jogadores não costumavam mudar de time como fazem hoje. Eles não me conheciam, mas eu os conhecia e conhecia também o que, entre quase todos, nos unia. Ou se era flamenguista ou não se era.

As emoções com as vitórias e derrotas duravam, como duraram por anos, os nomes dos mesmos jogadores do Flamengo, impressos no meu time de futebol de botão.

Deixei de entender o futebol quando o nosso Zico foi comprado pelo Udinese da Itália. Como assim o Galinho vai pra Itália? Mas ele não é flamenguista? Quanto vale o Zico? Foram as perguntas que se seguiram a uma derrota diferente, para um inimigo, foi assim que senti, invisível, intocável, imbatível. Comprou-se o Zico – sujeito indeterminado.

Dias depois, feliz porque estava aprendendo a ler, soltei uma daquelas frases de criança que nos acompanham por toda a vida nos encontros familiares. Disse: Pai, o Zico foi embora, mas esse LUBRAX deve ser craque. Pintaram o nome dele na camisa.

Depois, vieram outros que disseram ser flamenguistas, mas foram para o Vasco e disseram que eram vascaínos. Virou tudo um vai e vem. Alguns, entra ano, sai ano, juram amor e beijam escudos de times diferentes. Aí todo jogador deixou de poder torcer para um time porque todos tornaram-se profissionais. E profissional hoje em dia, sabem como é, continua vestindo a camisa, de quem paga mais.

Eu, n'outro caminho, também já abandono o Flamengo em algumas ocasiões. Em favor da alegria e da arte no futebol, se elas faltarem ao rubro-negro. Já foi o São Paulo do Telê Santana e agora é o Santos dos “Meninos da Vila”.

2.2.1 Sobre a subjetivação capitalística

O Zico não foi o primeiro nem o último atleta a deixar o país de origem em busca de melhor remuneração e mais prestígio. Estamos falando de um movimento que vem se intensificado paulatinamente, a ponto de, hoje, jogadores de futebol muito jovens, com doze, treze anos, já estarem vinculados a procuradores e terem seus passes fixados em dólar. Os clubes europeus compram esses jogadores muito cedo, na expectativa de que estejam fazendo um ótimo negócio, importando um atleta por um valor relativamente baixo, vislumbrando a possibilidade de que ele lhes renda milhões de dólares. Há jogadores de futebol brasileiros na Europa, fazendo muito sucesso, dos quais nunca ouvimos falar.

Todas as equipes grandes do Brasil desenvolvem projetos semelhantes, mas internamente. Os *olheiros* caçam meninos promissores nas peladas de várzea e em pequenos times, oferecendo-lhes, além da chance de jogar num time respeitado, colégio, alojamento, alimentação e ajuda de custo.

Junto com essa desterritorialização mais geográfica em que os jogadores movimentam-se continuamente em busca dos melhores dividendos, há uma desterritorialização dos valores, uma mudança no ethos desportivo, ao que nos parece, ambas promovidas na esteira do que Guattari (1987) denominou *Modos de Subjetivação Capitalísticos*¹⁴. O sentimento de fixação, de pertença a um grupo ou clã estabilizado por laços afetivos se dilui, cedendo lugar a necessidade de ser profissional, de sobrepujar tais sentimentos em favor de um ideal de produtividade e lucratividade. Ao que parece, este movimento não se restringe ao campo das atividades desportivas, mas faz parte de uma forma de funcionamento social geral, fundada a partir da Idade Moderna e ascensão do capitalismo.

A forma de funcionamento social capitalística desdobra-se até a contemporaneidade forjando a supressão, a cada momento em mais larga escala, das mais variadas formas de adesão comuns às eras pré-capitalistas, sejam elas, étnicas, religiosas, ideológicas ou mesmo econômicas, confundindo a sensação de pertencer a grupos e partilhar valores. Isto porque, se nas eras pré-capitalistas os fluxos desejantes eram capturados por mecanismos de codificação, o capitalismo foi engendrado através de um trabalho incessante de descodificação dos fluxos, realinhando-os através de sua vinculação às quantidades abstratas representadas pelo dinheiro.

Guattari (1987, p. 205) entende que:

“O capitalismo mundial está comprometido numa incontável e vertiginosa aceleração. Ele tem que apelar para tudo e não pode mais se dar ao luxo de respeitar tradições nacionais, textos e instituições legislativas ou judiciárias, que limitariam no que quer que fosse sua liberdade de manobra.”

A inovação do pensamento de Guattari (1987), quando trata o capitalismo, está em considerá-lo para além de, apenas, uma instância de regulação econômica. O capital

¹⁴ Cfe. Silva (2001), o termo “capitalístico” foi forjado por Félix Guattari durante os anos setenta para designar um modo de subjetivação que não se acha apenas ligado às sociedades ditas capitalistas, mas que caracteriza também as sociedades, até aquele momento, ditas socialistas, bem como as dos países do Terceiro Mundo, já que todas elas vivem numa espécie de dependência e contra-dependência do modelo capitalista. Por isso, do ponto de vista de uma economia subjetiva, não há diferença entre essas sociedades, pois elas reproduzem um mesmo tipo de investimento do desejo no campo social.

é um operador semiótico que age no registro coletivo de formação e socialização. O Capitalismo Mundial Integrado (CMI) tem uma configuração diagramática. Ele integra o que passamos a depreender da política do próprio capital. Sua política passa a ser o político, o social, o ideológico, o afetivo, o sexual, o científico, etc., todos em intensa articulação. É importante esclarecer que:

“[...] o exercício do poder por meio das semióticas do capital tem como particularidade proceder concorrentemente, a partir de um controle de cúpula dos segmentos sociais, e pela sujeição de todos os instantes de cada indivíduo. Se bem que sua enunciação seja individuada, nada menos individual que a subjetividade capitalista. A sobrecodificação, pelo capital, das atividades, dos pensamentos, dos sentimentos humanos, acarreta a equivalência e a ressonância de todos os modos particulares de subjetivação.” (GUATTARI, 1987, p. 201)

A lógica capitalista funciona com desterritorializações e reterritorializações contínuas, onde a comunicação e a própria socialização precisam se dar por meio de equivalentes gerais em todos os âmbitos da vida, isto é, o desejo é forçado a submeter-se a regras que isomorfizam a multiplicidade de possibilidades de existência. A tendência é que atitudes e características que rompam com a “tábua” de comportamentos pertinentes e sobrecodificáveis sejam considerados bizarros, errados, reprováveis, anormais, etc. Toda série de dispositivos se agrupa nesse processo de descaracterização da heterogeneidade, injetando modelos de conduta que levam as pessoas a reconhecerem-se responsáveis por seu quinhão de produção e compromisso com funções sociais: creches, escolas, exército, televisão, família, time, todos veiculando ideais de comportamento normalizados, e alguns examinando, penalizando e corrigindo.

Todos dispositivos semióticos, por toda parte, piscando, gritando, cheirando, pegando, toda hora, invadindo e aparelhando os sujeitos, de forma que a produção de subjetividade capitalística acaba, também, equipando a própria máquina humana para decodificar apenas seus estímulos. Estamos falando de máquinas de expressão extrapessoais e infra-pessoais atuando em consonância para a pasteurização dos processos subjetivos. O achatamento da diferença é fundamental para que o CMI seja deglutido internacionalmente e mantenha-se como língua universal, elemento conectivo ante o que poderia parecer irrelacionável, sem equivalência.

O sentimento de impotência frente a isso que surge como subqualificação da produção desejante, acontece justamente pela nossa incapacidade de problematizar a

axiomática capitalística, entender que a subjetivação capturada pela individualização não é a ordem do mundo, ordem que não pode ser desestabilizada sem que se comprometa a idéia de vida social organizada. Tal axiomática, como estamos tentando pensá-la, guarda tendência fundamental no processo de expandir seus próprios limites, limites marcadamente esquizofrênicos.

Não é à toa que Deleuze e Guattari (1995a) usaram os termos *Capitalismo e Esquizofrenia* como subtítulo do livro *O Anti-Édipo*. Se problematizarmos o filme *Dogville*¹⁵ ou a última invasão anglo-americana no Iraque talvez atinjamos conclusões semelhantes sobre os modos de subjetivação capitalísticos.

Dogville é uma fábula que conta a história de Grace (Nicole Kidman), uma mulher em fuga que procura esconder-se de mafiosos e policiais em uma cidadela americana imaginária, com menos de duas dezenas de moradores, assolada pela crise dos anos trinta. A vila é imaginária, justamente, porque o diretor abre mão dos cenários e locações suntuosas para marcar com giz no chão a planta das casas, das ruas, dos jardins e até a localização de um cachorro, que late, apesar de ser apenas um desenho.

Com a ajuda de Tom (Paul Bettany), a bonita e indefesa Grace parece procurar instalar-se na cidade e garantir sua sobrevivência e anonimato, lutando para fazer merecer a confiança dos poucos moradores através de sua bondade e disposição em servir a todos. Num primeiro momento os moradores da vila não vêem necessidade da ajuda de Grace, todos acostumados a cuidar de seus afazeres. Mas orientados e convencidos por Tom, passam a aceitar seus préstimos em troca do silêncio, do acolhimento e de pouquíssimo dinheiro.

Com o passar do tempo Grace vê-se enredada por uma carga de trabalho cada vez maior e mais degenerescente, incluindo serviços sexuais não consentidos. Todos os moradores, sem exceção, passam a agir de forma desumana com ela, aproveitando a fragilidade de sua situação e controlando todos os seus passos. A certa altura, o grupo a acorrenta a um peso e prende uma sineta em seu pescoço. O que no início aparentava ser tolerância e compreensão com os problemas alheios, transforma-se em interesse e aproveitamento. Para complicar, qualquer tentativa dela para sair da cidade significaria provavelmente, encontrar seus captores se voltasse pela estrada, ou enfrentar um caminho sem chances de sobrevivência através de uma perigosa montanha.

¹⁵ Filme de origem dinamarquesa e sueca, dirigido por Lars von Trier, lançado em 2003 e distribuído por Imovision.

O desfecho do filme é surpreendente. Grace decide encarar o temido mafioso (James Kann) e seu séquito de capangas, chamados pelos próprios moradores, incluindo Tom, para buscá-la. O que sucede é descobrir que aquele homem do qual ela fugia é o seu pai, que continuava querendo oferecer a ela todo o seu poder, poder do qual ela havia abdicado.

No movimento final ela abjura da retidão e da bondade que a fizeram afastar-se do pai e solicita que ele ordene a queima de todas as casas e a morte de todos os habitantes do lugar como único remédio para o seu sofrimento, a revanche. Ela própria, com o revólver do pai, assassina Tom.

Trata-se de uma obra que absorve elementos teatrais e literários. A simplicidade visual e a ausência de limites arquitetônicos na exposição do filme são inovadores. De um lado porque cobra do espectador a participação ativa, já que ele precisa preencher os espaços propositadamente vagos da obra, como quando lemos um livro. Do outro, através de *takes* abertos, promove a possibilidade dos espectadores visibilizarem o invisível, ou seja, a vivência da complexidade geral das relações entre aquelas pessoas, na medida em que é possível assistir as atividades e conversas de vários personagens ao mesmo tempo, haja visto que faltam paredes, portas e janelas. Em uma dessas cenas, a impressão é a de os cidadãos autorizam o estupro de Grace, mesmo sem observá-lo. As paredes também não são visíveis para os personagens, mas eles se comportam como se elas existissem normalmente.

A opção de formalização cinematográfica e o próprio roteiro servem para uma crítica incontestável dos modos de vida atuais, usando como exemplo, a sociedade americana. O filme pode ser considerado como portador de um peso por demais fatalista, culpabilizante, sem alternativas para a construção de um mundo diferente que afirme valores que não os do cinismo, da chantagem, da violência física e subjetiva, da hipocrisia e da escravidão. Mas se presta à análise dos modos de subjetivação capitalísticos.

E o que dizer da última guerra capitaneada pelos Estados Unidos da América (EUA) de George W. Bush no Iraque?

Não há dúvidas de que vimos algo muito semelhante ao que produziu-se na América Latina há cinco séculos pelo colonialismo português e espanhol, a saber, o extermínio de povos e a expropriação de riquezas. Talvez com um verniz retocado pelas justificativas de estarem protegendo seu povo e o povo iraquiano do terrorismo e das armas de destruição em massa, foram os americanos quem assassinaram massivamente.

As armas químicas de destruição em massa, principal justificativa para a invasão, nunca foram achadas. Elas tornaram-se o meio, a mentira que envernizou, que humanizou o último contra-golpe capitalístico liderado pelos EUA.

É importante saber que o Iraque, desde 2000, trocou suas reservas monetárias internacionais de dólares para euros. Junto com o Iraque, o Irã converteu, em 2002, mais da metade de seu fundo de reservas de dólares para euros. No mesmo ano, a China e a Rússia agiram de forma semelhante, diversificando suas reservas monetárias no mesmo sentido.

Esta teoria propõe que a guerra aconteceu porque os EUA estavam com medo de que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) definisse a mudança de sua moeda oficial de transação do dólar para o euro, enfraquecendo o poder de troca da moeda americana. Este fato poderia acarretar o rompimento com um fenômeno conhecido como Hegemonia do Dólar, a medida que os *commodities*, notadamente o petróleo, são comercializados em dólar.

Com a mudança de moeda, os EUA estariam em apuros porque o comércio globalizado, até então organizado para fortificar a moeda americana, haja visto que os demais países competem em exportações para absorver e acumular dólares necessários para sustentar o valor de troca das moedas domésticas, passaria à trabalhar com o euro, provocando sérios prejuízos ao país.

Portanto, tratou-se de uma guerra de proteção ao dólar, de obtenção de novos suprimentos, já que os EUA estão cada vez mais dependentes de petróleo importado. Há indícios de que a tramóia tenha sido tão bem desenhada que os EUA chegaram a oferecer à China, à França e à Rússia, muito antes da invasão, a possibilidade de partilhar o beneficiamento das reservas iraquianas no pós-guerra em troca do voto favorável à invasão no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Forçar o aumento da produção de petróleo no Iraque abaixará o preço do barril, diminuindo a pressão sobre países importadores, como os EUA.

A invasão do Iraque em busca do petróleo, portanto, abre o precedente para que aguardemos outras invasões. Não é improvável que o poderio bélico americano possa ser acionado na Amazônia, por exemplo, caso as reservas de água potável americana tornem-se escassas. Sob a justificativa de controlar a produção e o tráfico de cocaína – mesmo que os americanos sejam os maiores consumidores do mundo – as reservas minerais e biológicas da América do Sul ficarão a mercê da usurpação.

Retomando o motivo da exposição dos dois exemplos, o do filme *Dogville* e o da

invasão liderada pelos EUA e pela Grã-Bretanha que destituiu a soberania do povo iraquiano sobre seu território, queremos desenvolver a idéia de que o capitalismo se amplia e se intensifica por meio de movimentos esquizofrênicos que permeiam toda a tessitura social. A esquizofrenia é indissociável ao capitalismo, apesar deles não se confundirem, sendo a primeira o desvio do segundo. Como demonstram Deleuze e Guattari (1995a, p. 256), a esquizofrenia é:

“[...] o limite exterior do próprio capitalismo, o termo de sua tendência mais profunda, mas que o capitalismo só funciona se a inibir ou se repelir e deslocar esse limite substituindo-o pelos seus próprios limites relativos imanentes que reproduz numa escala cada vez maior. O que ele descodifica com uma mão, axiomatiza com a outra”.

Podemos pensar que os dois exemplos trazidos nos afastam da discussão mais direta sobre o desporto de alta performance, mas acontece que eles traçam um quadro com elementos ricos para expressar uma característica fundamental da axiomática capitalística, a saber, o cinismo travestido em piedade. Tanto Tom e o restante dos habitantes de *Dogville*, como Bush e Blair, usam, cinicamente, justificativas piedosas para alcançar seus objetivos particulares ou corporativos através da abjeta extorsão do sobre-trabalho no caso de *Dogville*, ou usando o capital como capital-Deus no caso da invasão no Iraque. Sempre visando poder e lucro pela subjugação de outras pessoas ou outros povos.

2.3 – Jogando com a Vida

Havíamos corrido dez quilômetros por dia durante a semana que antecedeu a viagem para Belo Horizonte. Na quadra, treinávamos das duas da tarde às oito da noite. Filmavam todos os movimentos que envolviam o jogo, e depois nos víamos em câmera lenta. Era a tentativa do técnico de “consertar a biomecânica dos golpes”.

Eu ainda me divertia jogando tênis, mas já, o que me fazia competir era a possibilidade de viajar. A oportunidade de percorrer estradas e cidades desconhecidas, com tudo que há de inesperado nesse exercício, sempre me fascinou. Sotaques, climas, geografia e história estranhas às minhas conhecidas, que passavam a me carregar e eu, elas.

Era a minha primeira etapa de Campeonato Brasileiro. Estávamos em 1992, e na quadra 14, a do lado da minha, jogava um catarinense conhecido entre a gente, mas não entre o grande público: Gustavo Kuerten.

Olhava para ele e achava que era só comigo aquela confluência veloz de imagens e sentimentos, bem na hora de só dever pensar em jogar: jogos passados; treinamentos físicos, técnicos e táticos; a voz do técnico; as provas de reposição por fazer; a torcida; o próximo jogo se ganhar esse; a menina linda do Paraná, se perdesse. Descobri que às vezes a melhor opção é “se perder”.

2.3.1 – Sobre os processos de singularização

Ser atleta, filho, aluno, etc., implica, geralmente, a necessidade de nos portarmos de acordo com o que moralmente espera-se de um “bom atleta” - vencer, de um “bom filho” - obedecer, de um “bom aluno” – produzir segundo os prazos. A necessidade de ser sempre bom, educado, compreensivo, não necessariamente de acordo com a nossa perspectiva, nos empurra ao embuste que é viver a subjetividade segundo as prerrogativas da individualidade capitalística, frustrando a atualização de territórios-diferença.

Contra toda essa merda vigilante, pacificadora e vazia de sentido que nos empurra ao que não queremos ser, é preciso que desenvolvamos a sensibilidade e afirmemos os devires que nos atravessam, engendrando, a partir deles, territórios existenciais que aumentem a potência do corpo, ultrapassando jeitos de ser fundados a partir de clichês.

Construir um território existencial alinhado ao desejo depende de sensibilidade porque implica subverter operações comuns à subjetividade do ocidente moderno. Precisamos conquistar uma intimidade com o corpo como superfície vibrátil que detecte as ondas antes mesmo de eclodirem, aprender a pegar a onda, arranjar zonas de familiaridade no próprio movimento – ou seja, “navegar é preciso”, senão o destino será muito provavelmente o naufrágio. Um “em casa” feito de totalidades parciais, singulares, provisórias, flutuantes, em devir, que cada um - indivíduo ou grupo - constrói a partir dos fluxos que tocam o corpo e sua filtragem seletiva operada pelo desejo. (ROLNIK, mimeo)

A segunda virtude que nos permitirá resistir a fixidez e empobrecimento forjados pelos modos de subjetivação capitalísticos implica a afirmação do devir, ou seja, a transvaloração das posturas viciadas que desativam a potência do corpo, a possibilidade de devir outro, de apropriarmo-nos de nossos próprios desejos. Como adiantamos, o devir nos remete “ao entre”, ao contato com uma zona de vizinhança com vibrações e movimento diverso do nosso, que desestabiliza as relações de forças até

então vigentes e nos arrasta à *ourem*. Uma zona de indiferenciação promotora de agenciamentos¹⁶, uma zona vertiginosa que abre de novo o campo de possibilidades de existir segundo nossas próprias regras construídas a medida que faz-se necessário pensar sobre elas.

Guattari e Rolnik (1999) denominam essa capacidade de resistir aos movimentos de individualização capitalísticos de *processos de singularização*. Tais processos não devem ser entendidos como rupturas totais em relação aos modos de modelização, mas antes disso, um entrecruzamento contínuo por fazer. A singularização nos remete ao que detém os dispositivos que plantam os valores capitalísticos, mais que isso, acolhem o risco que subsiste à atualização de uma ética inventiva e particular que concorrerá, entrará em embate com os valores hegemônicos.

Uma capacidade menos vertical, com referência à iluminação da profundidade, que horizontal, relativa à exploração da superfície, daquilo que passa ao largo e pode ser agregado ou subvertido nesse movimento de explosão da representação e produção da diferença. O necessário é isso, criar a possibilidade de que:

“[...] cada um se afirme na posição singular que ocupa; que a faça viver, que a articule com outros processos de singularização, e que resista a todos os empreendimentos de nivelamento da subjetividade. Pois esses empreendimentos são responsáveis pelo fato de o imperialismo se afirmar hoje através da manipulação da subjetividade coletiva, no mínimo, tanto quanto através da dominação econômica. Em qualquer escala que essas lutas se expressem ou se agenciem, elas têm um alcance político, pois tendem a questionar esse sistema de produção de subjetividade.” (GUATTARI & ROLNIK, 1999, p. 50)

O próprio Gustavo Kuerten, recentemente, forçou-nos a analisar um acontecimento importante em relação aos processos de singularização alavancados desde o campo do desporto orientado para a alta performance. Em março de 2004 emplacou-se uma discussão importante através do esporte nacional, mais diretamente vinculada à *Confederação Brasileira de Tênis (CBT)*. O tenista brasileiro decidiu não participar do confronto da *Copa Davis* representando o Brasil contra o Paraguai.

O que disparou tal decisão, a gota d'água, segundo ele, foi a demissão de Ricardo Acyoli, ex-tenista, técnico e capitão da equipe brasileira. O também ex-tenista, Jaime Oncins, foi designado para o posto pelo atual presidente da CBT.

¹⁶ Guattari considera a noção de agenciamento mais ampla que as de estrutura, sistema, forma, etc. Um agenciamento comporta componentes heterogêneos, tanto de ordem biológica, quanto social, maquínica, gnosiológica, imaginária. (Guattari e Rolnik, 1999, p.317).

Para Guga, o fato dos jogadores não terem sido consultados em relação à mudança de técnico foi inaceitável. Depois dele, outros jogadores brasileiros como Flávio Saretta e André Sá disseram que não aceitariam a convocação para o certame em concordância com a postura de Guga. O próprio Jaime Oncins, depois de conversar com os três jogadores, juntou-se ao grupo e demitiu-se do cargo.

A posição do atual presidente da CBT, Nelson Jaime Nastás, é a de que não houve motivo para tal atitude porque a troca de técnico, segundo o próprio, resumiu-se a uma decisão burocrática. Como se a mudança de técnico arbitrária não influenciasse no comportamento e desempenho dos atletas, mais além, se o saber sobre o jogo que os atletas portam não tivesse como qualificar as decisões e modificações dentro da CBT.

A ação conjunta dos jogadores, corroborada por Jaime Oncins, coincidiu com uma diligência policial que executou o mandado de busca e apreensão na sede da CBT. A Justiça respeitou a solicitação do delegado João Renato Weselowski que, em fevereiro de 2004, instaurou um inquérito por falsidade ideológica e formação de quadrilha contra o atual presidente da Confederação. A luta pela destituição de Nastás, que já dura dois anos, foi emplacada pelo Movimento Tênis Brasil, composto oficialmente por seis federações estaduais e apoiado por várias outras.

Foi interessante como a discussão desdobrou-se do campo esportivo espetacularizado e fez deslocar parte da opinião pública da mera participação como torcedores do tênis como são convidados a ser, rumo a cobrança ética sobre as velhas denúncias de apropriação indébita que o presidente sofre. Ao que diz respeito à atitude dos atletas, eles poderiam se revestir do velho discurso de que suas responsabilidades são apenas as ligadas à prática desportiva em si e que não se meteriam nos assuntos que fazem referência a organização da CBT, mas não, eles assumiram a responsabilidade sobre todo o processo que envolve o tênis, apesar de não serem administradores, cobraram o respeito que merecem e afirmaram o desejo de que o tênis brasileiro sofra uma transformação ética.

2.4 – Psicólogo do Esporte

Ginásio do Fluminense, Rio de Janeiro. O estagiário de psicologia no esporte, sentado ao lado dos técnicos, assistia o primeiro de três jogos da final do Campeonato Carioca Infante-Juvenil de Voleibol Masculino. O time que era do Espírito Santo, fora convidado e acabou chegando às finais. Saíram às seis da manhã em um ônibus de linha emprestado pela prefeitura.

De noite, lá estavam, em quadra:

- O Fabio, que não gostava de duas coisas: uma, xixi na tampa da privada, e outra, dedurar o Leo que era quem o fazia (multa de 10 reais, a mais alta, para quem não delatasse o companheiro que fizesse coisas proibidas);

- O Pablo, que queria namorar a Fabiana - levantadora do time feminino -, mas não podia porque era proibido, apesar da mãe dela saber e consentir (uma atleta grávida na pequena cidade poderia significar o fim do apoio financeiro e logístico da prefeitura);

- O Gian, que não entendia porque tinham que tirar notas mais altas que a média da escola, já que ficavam quinze dias viajando e quinze dias estudando (o dirigente do clube que também era o diretor da escola deliberou que todos os atletas só passariam de ano se tivessem média oito);

- O Pepê, que morria de saudades da mãe e do pai em João Molevade (a maioria dos atletas era de outras cidades, jogavam porque gostavam e pela bolsa de estudos);

- O Leo, que não sabia se jogava porque era bom ou porque era filho do dono do restaurante que fornecia alimentação diária, com desconto, para os atletas (talvez pelos dois motivos e porque era o dono das melhores piadas);

- E o Paim, que ainda chorava quando o técnico os chamava, no “pedido de tempo”, e lhes dava tapas na nuca e dedadas nas costelas (para virarem homens, mas tudo escondido do juiz, covardemente).

E lá estava ele, o estagiário, vibrando com aquela vitória, em cinco *sets*, que também julgava sua. Ainda adorava vencer, como os meninos, os técnicos e os torcedores. Mas o sublime era ter feito parte de discussões, deliberações e ações que denunciavam a saúde, a indisciplina, o voluntarismo e a inteligência daqueles rapazes. Algumas vezes quiseram mandar o estagiário embora, “confundia mais que ajudava”, mas o time não deixou. Cobraram junto ao diretor o repasse da gasolina, única benesse concedida ao rapaz. Pagaram e continuaram pagando. Mas, chegou um dia que precisou mudar de endereço. Despediu-se de todos e se foi. Falaram que mora em Porto Alegre e de vez em quando, sempre que o Flamengo viaja para lá, vai ao estádio. Ele diz que é para estudar o capitalismo.

2.4.1 Sobre um experimento transdisciplinar

O trabalho do psicólogo ou de qualquer profissional que se interessa pela análise e intervenção sobre os fenômenos humanos, achamos, não deve sustentar-se em uma postura reacionária, isto é, submeter-se aos ditames de perspectivas técnico-científicas

que, pretensamente, tentam filtrar e isolar a variedade de papéis sociais imanentes à vida em segmentos comunicáveis. Como se os assuntos que dizem respeito a uma equipe esportiva fossem só os atléticos. É neste sentido que, quando nos instalamos diretamente na produção de subjetividade de qualquer grupo, não podemos compactuar com o tipo de prática que, ao invés de situar-se nos nós de cristalização e tentar fazê-los soltar, produz solidificação, estagnam e empobrecem o movimento da vida.

Foi pensando a vida e a saúde como potência e capacidade de transformação que se dá a partir de encontros que, no ano de 2000, criamos o Projeto de Extensão Universitária *Jogando com as Redes: intervenção junto a equipes de voleibol em uma perspectiva transdisciplinar*¹⁷. O desafio foi o de, no campo da prática desportiva orientada para o alto rendimento, usar a intervenção psicológica como lugar para o questionamento de maneiras de perceber e agir sobre o mundo que se apresentavam como atividades naturais. Colocar no espaço determinado para discussões técnicas acerca do rendimento, um coeficiente de indeterminação que fazia ruir as fronteiras e expunha a inseparabilidade dos planos onde se desenvolvem as vidas dos atletas-filhos-alunos-namorados-adolescentes, etc.

Tentamos trabalhar de acordo com uma perspectiva autogestiva, refutando, por exemplo, a indicação dos técnicos para atendimentos individuais, entendendo que se alguém tinha uma questão e estávamos falando de uma equipe, os fatos deveriam surgir no debate coletivo, se assim fosse a vontade das pessoas. Nossos objetivos se aproximaram disto que Regina de Barros e Eduardo Passos (2000) denominam *Clínica Transdisciplinar*: um comprometimento com a viabilização de interferências, atravessamentos desestabilizadores nos domínios escolar, familiar, desportivo, afetivo, etc., criando caminhos que nos levaram para muitos lugares.

Tínhamos encontros semanais com o grupo de atletas e técnicos. Ficávamos uma hora e meia com a equipe feminina e outra hora e meia com a masculina. Não havia diretividade da nossa parte nas discussões. Ora largávamos já com a proposta de discussão sobre assuntos determinados como a comunicação entre eles, a necessidade de coletivização das questões que os afligiam, sobre como lidar com a cobrança excessiva que os técnicos os impunham, e etc; ora usávamos dinâmicas de grupo como dispositivo disparador para as análises que eles quisessem fazer; em vários momentos também

¹⁷ Este Projeto de Extensão esteve vinculado ao Núcleo de Estudo e Pesquisa em Subjetividade e Políticas do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, com duração de um ano. Ele foi orientado pelos professores Sonia Pinto de Oliveira e Robinson Romulo Gemino Lima.

falamos do que eles quiseram falar, dos namoros, das saudades de casa, da dificuldade que era manter as notas e conseqüentemente as bolsas de estudos a medida que treinavam e viajavam tanto para jogar. A vivência daquele cotidiano foi bastante intensa para nós porque acompanhávamos as equipes durante os treinamentos e nas viagens para competir.

Dois exemplos podem ser bastante esclarecedores dessa tarefa que nos impusemos a realizar, inspirados também em Guattari (1996), o trabalho de auxiliá-los na metamodelização das pragmáticas de modelização em diversos domínios de suas vidas. Das nossas também porque começávamos a ensaiar uma maneira de praticar a Psicologia que não comporta idéias pré-concebidas, generalizações. Uma forma de trabalhar que se esforça para intervir a partir dos analisadores que eclodem e não de criar analisadores a partir de teorias esquemáticas. Para a gente, metamodelizar guarda relação com a experimentação, não com a possibilidade de determinada técnica dar certo ou errado. Uma prática que diz respeito a posturas éticas e não moralistas. Como o próprio Guattari (1996, p. 48) demarca:

“O que se torna essencial é um deslocamento do assento analítico consistindo em fazer derivar sistemas de enunciado e estruturas subjetivas pré-formadas na direção de agenciamentos de enunciação capazes de forjar novas coordenadas de leitura e de ‘colocar em existência’ representações inéditas.”

O primeiro exemplo vem de um encontro ocorrido logo após uma derrota de um dos times femininos para outra equipe uma categoria mais velha. O técnico pediu a palavra e começou a analisar a partida e cobrar uma a uma as atletas pelo desempenho, dizendo que elas tinham amarelado e que era esse o motivo da derrota. Ele falou sem parar, por bastante tempo, até que uma das atletas o interrompeu, dizendo:

“Professor, como você deve saber, este é o espaço que temos com os psicólogos para discutirmos os assuntos que quisermos. Amanhã é dia de treino, aí você conversa com a gente sobre o jogo. Não é meninas?”

O outro exemplo diz respeito a uma reunião promovida por eles próprios para correrem em nosso socorro e da manutenção dos encontros. Como o tempo foi passando e eles foram se sentindo cada vez mais seguros para questionar e cobrar modificações no controle rigoroso que sofriam, o diretor da equipe nos avisou que os encontros passariam a ser realizados apenas uma vez por mês ao invés de quatro porque a verba da gasolina seria diminuída.

De início, as meninas e rapazes nos propuseram uma “vaquinha”, mas dissemos que aquela não era uma opção aceitável, que desejávamos continuar trabalhando, mas que não aceitávamos que o dinheiro saísse do bolso deles. Entendemos que a verba não foi totalmente suprimida porque, de alguma maneira, contar com psicólogos na comissão técnica dava à escola certo *status*.

O que interessa é que houve a reunião, com maioria dos atletas, dos de dez aos de dezessete anos. Eles reservaram o auditório, haja visto que a sala que usávamos normalmente não receberia todos ao mesmo tempo. Fomos convidados para participar e debater. Tirou-se a deliberação de que os capitães de todas as equipes conversariam com o diretor da escola e cobrariam a reposição da verba porque o tal espaço para as discussões era importante para eles. Foi quando percebemos que eles, talvez, já não precisassem tanto dele, porque efetivavam já, fora dali, o que quase sempre ficava entre nós. O repasse da gasolina nos foi concedido e continuamos a trabalhar.

O que podemos depreender desses eventos?

Que eles caminharam de uma postura mais marcadamente de grupo sujeitado para a de grupo sujeito. É claro que seria impossível dizer que “todos foram felizes para sempre”, como nas Histórias da Carochinha, ou seja, que se é um ou se é outro. Posturas de assujeitamento e movimentos revolucionários sempre concorrem, estão em embate constante, o que faz a análise desse processo demandar a utilização de dois outros conceitos: molar, que faz referência às regras a que eles estiveram submetidos, e molecular, uma regra anti-regra que cobrou deles a corriqueira problematização do que aparecia como evento ou ação naturalizada.

A análise dos encontros grupais, das observações dos treinos e das competições nos permitiu constatar que os atletas, coletivamente, alavancaram um processo de autonomização, implementando processos inovadores que questionaram e reverteram práticas tutelares, individualizantes, culpabilizantes e excludentes, transformando-as, muitas vezes em formas mais solidárias e potencializadoras de encarar a prática desportiva.

O que estamos tentando demonstrar é que implantou-se um procedimento em que rompeu-se uma lógica funcionalista nas relações com o esporte, até então, experienciado no nível dos grandes conjuntos especificados como o da equipe competitiva cuja única tarefa é a de aniquilar os adversários. Eles passaram a viver as contradições entre o funcionamento e a produção desejante ao mesmo tempo. Se o desejo consegue arrombar a redoma dos comportamentos expectados e se insinuar em

busca de estabilização, as aventuras moleculares atingem as totalidades molares e as subvertem.

Deleuze e Guattari (1995a, p. 300) vão mais além ao escrever:

“Só o que não se produz da mesma maneira como funciona é que tem um sentido, um fim, e uma intenção. As máquinas desejanças, pelo contrário, não representam nada, não significam nada, não querem dizer nada e são exatamente o que se faz delas, aquilo que se faz com elas, o que elas fazem em si mesmas.”

III - DISCUTINDO AS ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

"Sou um técnico, mas tenho técnica só dentro da técnica. Fora disso sou doido com todo direito a sê-lo. Com todo direito a sê-lo, ouviram?" (PESSOA, Fernando, 1998)

Os artifícios para a construção do conhecimento, descritos nesta seção da dissertação, decorrem de uma concepção principal: nosso compromisso é com a expansão da vida¹⁸, com o aumento da sua potência de diferir. Portanto, ao primeiro sinal de que o desenvolvimento das atividades passa a não cumprir este objetivo, o pesquisador, os instrumentos e os modos de ação devem ser problematizados com mais atenção e reinventados.

É respeitando esse compromisso fundamental que optamos por, ao contrário de falar em metodologia, usar o conceito *estratégia* para discorrer sobre a maneira como procederemos em relação à produção do conhecimento. Esta modificação afirma a inoperância que sentimos revestir a ciência régia frente ao desejo de viabilizar a expansão da vida.

O nosso pessimismo decorre do tratamento programático que quase sempre é utilizado para constituir os saberes, e conseqüentemente, calçar as intervenções realizadas no plano das Ciências Humanas. Conseqüentemente porque, para um modo de fazer ciência alimentado pela tradição de pensamento platônico-racionalista, fica demarcada uma compreensão linear - em termos de sucessividade - e, ao mesmo tempo, rachada - em termos de causa e efeito - das relações entre conhecer e fazer ciência. Quando na realidade, é inegável uma articulação complexa, de retroalimentação inseparável, entre os dois movimentos.

Se entendemos que os movimentos da vida muitas vezes são singulares e sempre são históricos, portanto, impassíveis de captura em leis e regras generalizadoras estabelecidas a priori, ao invés de trabalharmos segundo uma programática que embute a variabilidade de acontecimentos em modelos pré-estabelecidos que negam a temporalidade, faremos uso de estrategismos de ação para pesquisar-viver as incertezas imanentes à própria vida.

¹⁸ Conforme Machado (1999), a expansão da vida tem relação com o desmanchar de formas dadas, do que se tornou instituído e permanece movendo processos burocratizantes com relação aos valores, às regras, ao trabalho, ao amor, à amizade, etc.

Edgar Morin (1996, p. 284) define a opção pelas estratégias de pensamento em detrimento dos programas de pensamento:

"Um programa é uma seqüência de atos decididos *a priori* e que devem começar e funcionar um após o outro, sem variar. Certamente, um programa funciona muito bem quando as condições circundantes não se modificam e, sobretudo, quando não são perturbadas. A estratégia é um cenário de ação que se pode modificar em função das informações, dos acontecimentos, dos imprevistos que sobrevenham no curso da ação. Dito de outro modo: a estratégia é a arte de trabalhar com a incerteza. A estratégia de pensamento é a arte de pensar com a incerteza. A estratégia de ação é a arte de atuar na incerteza."

Chamaremos o conjunto dessas estratégias de exercício cartográfico, já que nosso intuito é avaliar os deslocamentos, registrar os vestígios de encontros que sinalizem para as formações do desejo no plano social (ROLNIK, 1989). Neste sentido, não se trata de uma preocupação com origens ou fins, mas de dar passagem às intensidades que, por todos os lados, buscam meios de expressão e estabilização.

As cartografias são sempre resultados parciais, lances de uma viagem em terras sempre estrangeiras. É essa a potência que o cartógrafo quer alcançar, de sentir-se estrangeiro dentro da própria morada, ele que de porto em porto se vê em um tempo outro, que empurra, traveste, ora rasga e ora costura o mesmo e o faz diferir.

A figura do cartógrafo que estamos construindo aproxima-se da metáfora do *flâneur*, trabalhada por Walter Benjamin, no livro *Parigi capitale del XIX secolo* (1986), por exemplo. O *flâneur* é um personagem urbano que sai de casa por sair, e assim, nesse trânsito sem destino traçado, atenta para cidade e vê além da uniformidade aparente. Como o *flâneur*, o cartógrafo desenvolve uma capacidade de estranhamento que o desenraizará tanto da percepção do habitualmente reconhecível, como do utilitarismo herdado da sociedade capitalista moderna no que se refere à produção científica. Seus movimentos compreendem um misto de espontaneidade – porque sua atividade, como a do caçador, tem afinidade com o ócio – e autonomia – porque como o artista, sua liberdade não pode estar disjunta das exigências da sua arte. (Ortiz, 2000).

O fazer metodológico nessa perspectiva - porque sempre partimos de uma perspectiva de intervenção - quer registrar os movimentos, vejam bem, encontros e desencontros e não a observação de objetos em suspensão.

“Sujeito e objeto não são mais realidades previamente dadas, mas se produzem por efeitos de práticas. Romper com as dicotomias sujeito-objeto, indivíduo-sociedade, natureza-cultura implicaria a constituição

de planos onde, ao mesmo tempo, sujeitos-objetos adviriam. Neste caso, o que vem primeiro é a relação, esta sim constituidora dos termos.” (BARROS & PASSOS, 2000 p. 74)

Cartografar implica produzir uma diferença de natureza na forma como entendemos o fazer metodológico, realocando-o para uma posição de mobilização, maquinismo que lida com trajetos e devires e não mais com pessoas e objetos.

Assim cumpriremos o objetivo de produzir conhecimento, mas afastando-nos de uma certa tendência filosófica - neste trabalho representada pelo espólio platônico-racionalista - calcada na *analítica da verdade*. Foucault (1994) evoca como analítica da verdade uma questão filosófica, presente desde o século XVIII, que reflete uma postura frente à construção do conhecimento preocupada em como criar as bases para o alcance da verdade.

Para tanto, depois de questionarmos os postulados fundadores da analítica da verdade em Platão e Descartes, assumiremos, em contrapartida, uma conduta engendrada a partir de um outro traço filosófico da complexa Modernidade. Somamos aos que julgam preponderante não a procura pelo significado verdadeiro de um acontecimento, mas pensam a criação do conhecimento através do exercício crítico de avaliação desse acontecimento em sua atualidade. Considerar a produção de uma *ontologia do presente* da qual Foucault (1994) trata, passaria por levantar algumas questões como: Posto isto que acontece, qual plano de possibilidades podemos vislumbrar? Este acontecimento assinala conjunções lineares ou inaugura rupturas? Que signos e valores o acontecimento dispara agora em direção à humanidade?

Seguiremos, a partir deste momento, levantando questões relativas às motivações que subjazem ao pensamento de Platão e Descartes, autores influentes na constituição da analítica da verdade, tentando esclarecer alguns porquês dessa necessidade que encampamos, a de traçar uma derivação radical do seu legado.

Platão propõe a criação de um mundo separado em dois, seccionando, através do *método da divisão*, as Idéias e as Cópias. O primeiro campo – das Idéias – diria respeito à localização das matrizes verdadeiras, dos fundamentos divinos que permaneceriam eternos e imutáveis, podendo somente ser acessado pelo pensamento. O outro campo – das Cópias – consistiria na região de abrigo dos corpos sensíveis, um domínio inferior, maculado pelos devires humanos inconstantes dos quais deveríamos nos afastar. Na melhor das hipóteses, as cópias se organizariam buscando similitude com o mundo superior das Idéias para tornarem-se cópias bem fundadas. Estamos, a essa altura, diante

da primeira motivação do platonismo, a que cinde pensamento e corpo, idéia e imagem, essência e aparência, original e cópia, modelo e simulacro, inteligível e sensível.

Isto posto, passamos a analisar a operação do pensamento platonista que mais nos interessará, sua segunda motivação. Ela marca, já no interior do mundo das cópias, uma divergência cabal entre cópias e simulacros. Propondo esta divisão insuspeita, de um lado são valorizadas as boas imagens, isto é, as cópias alinhadas aos modelos, e de outro, as imagens anômalas, ou seja, os simulacros, os falsos pretendentes ou pretendentes sem pretensão são desqualificados.

De acordo com Maria Cristina Lavrador (1999), a dialética platonista, construída a partir do modelo da representação, não funciona por meio da colocação de contradições, mas através do estabelecimento de rivalizações. Lavrador (1999, p. 19) afirma que a opção do platonismo é a de:

“[...] assegurar o triunfo das cópias-ícones sobre os simulacros-fantasma, impedindo-os de se insinuar por toda parte, procurando excluí-los e exorcizá-los. O platonismo funda o domínio da representação, que é constituído pelas cópias-ícones e definido numa relação intrínseca ao modelo ou fundamento. O modelo é o Mesmo, por exemplo, ‘a Justiça não é nada além de justa’. Isto é, a Justiça (o fundamento abstrato) possui a qualidade de justo (o objeto da pretensão), mas lhe dá aos justos (o bom pretendente). O bom pretendente tem a qualidade de justo quando se funda sobre a essência – a Justiça. A cópia é o Semelhante, é a similitude exemplar de um original idêntico.”

É importante frisar que o platonismo, ao eleger as cópias com semelhança em lugar dos simulacros, processa um sistema ditador de valoração onde as primeiras são identificadas por uma positividade e os últimos selados negativamente. Esse julgamento de valor, engendrado pelo pensamento da representação, força a pressuposição das formas sensíveis a ideais pré-conceitualizados, limitando de maneira autocrática a possibilidade de viver ao acaso, de devir outro segundo as forças e os fluxos que nos atravessam. São, justamente, os simulacros que comportam a potência de diferir que alimenta a expansão da vida.

Na Grécia Antiga, antes da hegemonização das idéias de Platão, o que nunca significou que todos pensassem como ele em qualquer tempo, a idéia de consciência de si não se configurava como algo do domínio privado, pois tal consciência implicava sempre relação com algo do domínio público. Dessa forma, não se tratava de refletir personalisticamente, uma vez que a subjetividade era forjada no encontro com o outro.

Se, por exemplo, levamos o desejo em consideração, entre os pré-socráticos ele era pensado pelo uso que se fazia dele e dos prazeres. A conduta precisava ser dirigida pela temperança, a qualidade de governar a tensão entre as emoções e a prudência. Através da temperança, característica da conduta que não estava ligada nem ao individual nem ao social, mas ao atravessamento disso tudo, os homens chegariam à saúde e a virtude social e política. A invenção platonista subtrai a importância da conduta, retirando o exercício da liberdade do convívio coletivo e propondo a existência de uma verdade ou natureza do desejo.

Assim, se o desejo visar outros corpos, ele passará a ser referido ao corpo caracterizado como impuro e deslocado da divindade da alma. Luiz Antonio Fuganti (1990) observa que aí está colocado um corte entre desejo e pensamento. Fuganti (1990, p.25) escreve:

“É que, para Platão, se os corpos e o desejo dos corpos pertencem ao mundo efêmero do devir, o pensamento, ao contrário, é propriedade da parte racional e permanente de nossa alma, com origem divina e portanto imortal. O desejo mundano tem por objeto os corpos corruptíveis, mas o objeto do pensamento, aquilo que o pensamento deseja, é a Idéia eterna e verdadeiramente real. É por isso que Platão buscará o ser do amor ou o verdadeiro desejo que, precisamente por ser verdadeiro, está colado à parte racional da alma, constituindo a condição para ele conhecer seu verdadeiro objeto. Estabelecer-se-á assim uma ligação inédita entre desejo e pensamento pela relação que ambos devem ter com a verdade.”

Dessa forma, é interessante observar que o estatuto do pensamento em Platão é disjuncto da criação da novidade, haja visto que o caminho para o alcance da verdade é permitido a conhecimentos que mimetizam a invariabilidade da Idéia. O pensamento fica assim restrito à contemplação e à representação de uma verdade distante que só será reconhecida mediante a purificação do corpo submetido à obediência da alma racional.

É por isso que uma das nossas atividades precisa ser a de reverter o platonismo através da exposição dos simulacros, do acolhimento da vertigem por eles insinuada, uma atividade de desobstrução que permita a efetuação da vida segundo suas próprias prerrogativas de pensamento. Uma forma de pensamento aliada e não alienada do desejo que, no que se refere mais especificamente à produção e utilização do conhecimento, queira-se problematização e não resposta, multiplicidade aberta e provisória porque é fruto de uma trajetória histórica, e não vontade de verdade finalista.

Na esteira do pensamento de Platão, Descartes, no século XVII, sem sombra de dúvida, foi um dos autores que construiu o esteio filosófico daquilo que veio a se

configurar como um estilo metodológico de produção de conhecimento que aspira à verdade. Isto, apesar da matriz racional que orienta tal modo de conceber a ciência tenha se organizado no século XVI, substancialmente, na esfera das Ciências Naturais. É somente no século XIX que este padrão de racionalidade é absorvido pelas Ciências Sociais nascentes.

O pensamento cartesiano reatualiza o platonismo porque continua seguindo das idéias para as coisas, mantendo a metafísica como o porto seguro da ciência. Só que, por sua conta, ele vê na matemática algo a fundamentar a metafísica. Desta observação decorrem dois requisitos principais. Um, conhecer passa a significar quantificar e, dois, o método científico é organizado para reduzir a complexidade dos fenômenos que estuda e, em seguida, determinar encadeamentos ordenados ante o que foi dividido.

O método cartesiano da *dúvida metódica* catapultava e localiza a razão como plano superior do pensamento, restringindo a produção de subjetividade ao plano da consciência como lugar de acesso ao conhecimento e à verdade. Descartes entende que a razão – inata, imutável e universal – estaria alocada na mente e, secundariamente, o corpo comportaria os desejos e afetos. A proposta de Descartes acaba estabelecendo a consciência como um invariante histórico emblemático, o de sujeito da verdade.

Trata-se de uma perspectiva científica que se organiza por meio de saberes produzidos através de noções causais que procuram prever as possibilidades de acontecimentos futuros se darem ou não. Isto, criando leis para mensurar e categorizar o que é regular e o que não costuma se repetir. Estamos falando de teorias que são marcadas, geralmente, pela utilização de noções de normalidade onde os fenômenos que se repetem são enumerados. As manifestações desviantes da regra, anomalias¹⁹, por sua vez, são exorcizadas, anuladas pela teoria, justamente, porque assinalam a iminente criação de uma nova forma de existir. A negação da anomalia respeita a função imanente aos sistemas teóricos, essa de conservação, de modelização dos fenômenos subjetivos. Os sistemas teóricos e as anomalias são inconciliáveis, afinal os primeiros são sempre colocados em xeque pelas últimas, quando elas recusam o processo de normalização próprio das teorias.

O que depreendemos daí é que a analítica da verdade deseja um mundo perene em organização e em estabilidade. A instância temporal, motor dos processos de subjetivação, torna-se refém de uma tentativa de inviabilização.

¹⁹ O conceito *anomalia* é trabalhado por Georges Canguilhem (1990) no livro *O normal e o patológico*.

Santos (1997, p. 17) utiliza a mecânica newtoniana como um exemplo entre outros possíveis, para esclarecer a operação do pensamento cartesiano:

“Segundo a mecânica newtoniana, o mundo da matéria é uma máquina cujas operações se podem determinar exactamente por meio de leis físicas e matemáticas, um mundo estático e eterno a flutuar num espaço vazio, um mundo que o racionalismo cartesiano torna cognoscível por via de sua decomposição nos elementos que o constituem. Esta idéia do mundo-máquina é de tal modo poderosa que se vai transformar na grande hipótese universal da época moderna, o mecanicismo.”

Desautorizamos a operação que propõe o cerceamento da multiplicidade através da padronização matemática do desejo. A analítica da verdade encurrala a vida quando a valora impura e imperfeita, destituindo sua capacidade de conhecer.

É improvável concordar com a idéia de que só equipado pelo método, visto como único instrumento passível de filtrar a verdade, o fator deformação humana seria neutralizado. De acordo com Angélica Giacomel *et al* (2003), o racionalismo considera o sujeito em uso do método sempre igual a si e a todos, pois, enquanto modo de apreensão do que é geral e estático, o método propõe-se a excluir do homem toda diferença e movimento, tudo que é imprevisto e contingente.

Já que discordamos radicalmente da racionalidade moderna como única forma ou modo propício de geração do conhecimento naquilo que já expusemos e compreendemos dever ser a sua finalidade, propiciar meios éticos, estéticos e políticos de que a vida se manifeste e se estabilize em acordo com os devires que dela brotam, quais alternativas divergentes estão em andamento e pedem passagem? De onde podemos partir, isto é, quais os aliados que podemos tomar para fazer da cartografia, efetivamente, um conjunto de estratégias que dêem vazão à voluptuosidade da vida?

Gostaríamos de, a partir de agora, percorrer algumas das condições de possibilidade para o engendramento da cartografia como exercício de criação do conhecimento. Para tanto, passaremos entre possíveis influências referentes aos planos, primeiro da filosofia, e em seguida, das ciências naturais. Um movimento de produção de análises convergentes que portam, a despeito da variedade de campos em que foram e têm sido produzidas, o caráter transdisciplinar²⁰ que reflete a necessidade de superação imposta pelo pensamento contemporâneo à ciência.

²⁰ A atitude transdisciplinar visa produzir interferências desestabilizadoras entre quaisquer domínios compartimentados – sejam filosóficos, teóricos, políticos, artísticos, etc. Este investimento

No que se refere ao plano da filosofia, autores como Espinosa, Nietzsche, Bergson, Foucault e Deleuze, reconhecidos como pensadores que se esforçaram para romper com a tradição platonista e racionalista de constituição da ciência e, conseqüentemente, brigadores da proposta pela construção de outras formas de estar no mundo além-moralismos, têm como influência marcante uma escola de pensamento da Grécia Antiga. Portanto, nesta parte do trabalho, nos ateremos às contribuições da filosofia pré-socrática.

Segundo Fuganti²¹, ao analisar a obra de Nietzsche, no século VI a.C. a conjunção entre o pensamento e a vida é festejada. Ele considera esta época a alvorada da filosofia grega. É inegável que idéias como a de que o corpo deve ser encarado como potência de afetar e potência de ser afetado, lançada por Espinosa no século XVII, ou a de que para que um corpo exista é fundamental uma conjugação que reúna força ativa e força reativa, criada por Nietzsche no século XIX, estão marcadas pelas concepções filosóficas dos pensadores pré-socráticos.

Compreendemos ser importante trazer à baila os sofistas, os cínicos, os megáricos, os estóicos e os epicuristas porque estas escolas formaram um grupo de pensadores que conjurou a idéia de indivisibilidade do exercício de pensar à construção de um corpo ativo e amante da natureza. De cara, esta primeira noção, mostra uma via filosófica completamente diversa da proposta platonista. Se, para eles, filosofar fora do corpo constituía-se algo impossível, ou seja, se a sua idéia é a de que nada se faz, nada pode existir em separado dos elementos naturais, a divisão platônico-racionalista entre corpo e mente não pode existir. Ao contrário, a concepção de vida dos pré-socráticos impõe justa relação entre um corpo que ativa o pensamento e o pensamento que afirma o corpo.

Os pré-socráticos consideravam uma grande doença, justamente, a separação entre o corpo e o pensamento. Enquanto nos séculos V e IV a.C. as tradições de pensamento socrático-platônica e pré-socrática concorrem paralelamente, a primeira espelhava a figura da razão sedentária e a segunda defendia o pensamento nômade. Fuganti (1990, p. 45-46) afirma que os pré-socráticos:

“[...] não se deixarão capturar pelas prescrições totalizadoras das cidades-Estado, nem tampouco pela moral individual do cidadão e pelos códigos que organizarão a família. Eles vão procurar, ao

desestabilizador mina as fronteiras dos campos e permite o engendramento de novos saberes e novas práticas por hibridizações.

²¹ Nossas análises sobre as contribuições filosóficas do pensamento pré-socrático são embasadas pelo artigo *Saúde, desejo e pensamento*, publicado por Luiz Antonio Fuganti no ano de 1990.

contrário, inventar novos modos de subjetivação e de domínio de si. Construirão uma ética com base nas potências singulares da vida e do pensamento. Pensarão a natureza como multiplicidade de forças liberta das leis humanas e indiferentes a elas, e o homem como uma natureza ligada à profundidade dos elementos, livre das ordens transcendentais e absolutas das alturas.”

Para complexificar a dissonância em relação à herança socrático-platônica que havia, até então, proposto esse grande não às alturas, os sofistas e os cínicos passam a considerar a multiplicidade de perspectivas. Eles destituem completamente a regra que impunha a existência de pontos pacíficos. Para eles, tudo surge e é atualizado segundo a variabilidade de pontos de vista e transmutação dos pré-requisitos filosóficos.

Já os estóicos, são os precursores daquilo que Deleuze conceituou como *dobra*, posteriormente. Com a noção de *superfície*, ao invés de deixar de lado a idéia de *profundidade*, dobrarão uma sobre a outra. Esta inovação concede aos sujeitos duas faces liberadas, mas em relação intrínseca. A profundidade representada pela existência dos corpos, e a superfície pela realidade virtual, pela insistência dos acontecimentos incorporais através da linguagem. Este é mais um elemento a detonar o entendimento que coloca o ser submetido à redoma do “Eu” indiviso, tido como portador de uma identidade deslocada da realidade social da qual não pode se separar porque está sempre imerso nela.

Outra noção dos estóicos que explode as concepções platonistas e aristotélicas é não utilizar a matemática e a mecânica para pensar a filosofia e a vida, e sim, noções vitais. Fuganti (1990, p. 49) esclarece o pensamento estóico:

“A essência de um corpo é definida como uma potência, uma tensão; ou, servindo-se do exemplo biológico da semente ou do ovo, ela é definida como um germe. Ora, todo germe quer germinar, expandir-se, efetuar-se, produzir frutos (seres) no devir. O limite do corpo é sempre exterior a ele, mas como efeito móvel ou flutuante de uma potência produtiva interna que se quer cada vez mais longe do seu começo. O que essa potência quer é sempre agir nas fronteiras, ultrapassar seus próprios limites, suas próprias formas, inventando novas multiplicidades, novas maneiras de ser numa superfície em devir, distendendo sempre mais o arco tenso do passado-futuro.”

Para os estóicos, a natureza não possui fundamentos morais, isto é, não é possível governá-la por qualquer tipo de lei externa. Seu funcionamento, se o pensarmos por meio de leis, só pode ser remetido às leis da própria natureza. Os estóicos entendem que só o que subsiste na natureza são os corpos, estes em mistura contínua, produzindo encontros por afetação.

Em relação às análises produzidas no plano das ciências naturais, consoante Santos (1997), escolhemos enumerar quatro acontecimentos que combatem a racionalidade moderna e insinuam uma outra perspectiva emergente para o fazer científico.

Einstein, ao pensar a relatividade da simultaneidade, criou o primeiro buraco no modelo científico movido pela analítica da verdade. Em linhas gerais, o que Einstein demonstrou foi que a simultaneidade de acontecimentos distantes não pode ser verificada, pode apenas ser definida. Até ele, não poderia haver contradições nos resultados das medições porque a simultaneidade era introduzida por definição como variável arbitrária no próprio sistema de medição. Einstein detona essa axiomática, e junto dela, os ideais de espaço e tempo universais newtonianos, até então, uma das certezas da racionalidade moderna.

Enquanto Einstein problematizou as leis de Newton no domínio da astrofísica, a mecânica quântica as estudou no âmbito da microfísica e constituiu a segunda condição teórica de estabilização da ontologia do presente como postura diante da constituição dos saberes. Pensadores como Heisenberg e Bohr chegaram à conclusão de que é impossível observar ou medir um objeto sem o modificar. De acordo com o princípio da incerteza de Heisenberg (1971 e 1980) apud Santos (1997, p. 26) não se podem reduzir simultaneamente os erros da medição da velocidade e da posição das partículas; o que for feito para reduzir o erro de uma das medições aumenta o erro da outra. Assim, a intervenção do pesquisador é uma ação que “contamina” o objeto de pesquisa e o faz diferente do que era antes de iniciado o processo.

A partir do precedente que a mecânica quântica abriu ao conseguir expor o problema da rigorosidade das medições, o terceiro rombo na concepção científica baseada na analítica da verdade advirá da dúvida sobre o rigor da matemática, o veículo formal de demonstração das mesmas medições. Gödel, com o teorema da incompletude e os teoremas sobre a impossibilidade, demonstrou que, em determinados casos, mesmo seguindo as normas da lógica matemática, proposições indecidíveis podem ser criadas. Uma dessas proposições que não podem ser comprovadas ou contestadas é, exatamente, a que define o caráter não-contraditório do sistema²².

²² De acordo com Santos (1997, p.27), o impacto dos teoremas de Gödel na filosofia da ciência tem sido diversamente avaliado. Cfr., por exemplo, J. Ladrière (1967); R. Jones (1982); J. Parain-Vial (1983); R. Thom (1985); J. Briggs & F. D. Peat (1985).

A quarta condição de crise da racionalidade moderna é emplacada por novidades trazidas nas esferas da microfísica, da química e da biologia. Santos (1997, p. 27-28), a título de exemplo, menciona a teoria das estruturas dissipativas do químico Ilya Prigogine. Segundo a teoria das estruturas dissipativas, em sistemas que funcionam nas margens da estabilidade, a evolução explica-se por flutuações de energia que em momentos específicos, impassíveis de inteira previsão, produzem reações que através de mecanismos não-lineares, pressionam o sistema para além de um limite máximo de instabilidade e o conduzem a um novo estado macroscópico. Com as análises de Prigogine sobre a irreversibilidade nos sistemas abertos, passamos a compreender que tais sistemas devem ser entendidos como produto da sua história²³. Santos (1997, p. 28) afirma que a teoria de Prigogine, não é um fenômeno isolado, mas que faz parte de um movimento contemporâneo que instaura uma:

“[...] nova concepção da matéria e da natureza que propõe, uma concepção dificilmente compaginável com a que herdamos da física clássica. Em vez da eternidade, a história; em vez do determinismo, a imprevisibilidade; em vez do mecanicismo, a interpenetração, a espontaneidade e a auto-organização; em vez da reversibilidade, a irreversibilidade e a evolução; em vez da ordem, a desordem; em vez da necessidade, a criatividade e o acidente.”

Seguindo essa dinâmica do pensamento contemporâneo, em detrimento da matriz cartesiana, propomos a cartografia como um tipo de conhecimento gerado, e só assim, em consonância construtiva com a heterogeneidade imanente ao viver, isto é, pautado por uma ética, uma estética e uma política que, além de favorecer o desprendimento das rotas repetidas, apure nosso cuidado com o outro através do respeito pela própria vida e sua vocação expansiva. Pensamos a ética, a estética e a política como ferramentas de subversão do que aparece como verdade natural e aprisiona a produção da diferença.

A cartografia deve conformar estratégias de produção de saberes que extravasem a busca pelo conhecimento verdadeiro, em direção ao conhecimento que funcione para atualizar as intensidades minoritárias, aquelas que corajosamente nos produzem um mal-estar, justamente, porque nos arrancam do que éramos até elas. A força do desejo quando tem possibilitada sua conexão à realidade, atinge o poder de romper com todas as generalizações, tantas vezes repetidas e por isso acreditadas. Entre elas, a verdade

²³ De acordo com Santos (1997, p. 28), podemos encontrar análises sobre essa temática através de estudos, tais como: I. Prigogine & I. Stengers (1979); I. Prigogine (1980); I. Prigogine (1981).

heterossexual sobre o amor, a verdade identitária sobre os sujeitos, a verdade racional sobre o pensamento ou mesmo a verdade competitiva sobre a prática esportiva.

Encaramos a cartografia como uma *máquina de guerra* porque sua função é a de produzir o produzir, agindo por sistema de cortes e fluxos, importando o que se faz dela, o que faz em si mesma enquanto passeia em acontecimentos²⁴. O conceito máquina de guerra foi cunhado por Deleuze e Guattari (1995c) e remonta às maneiras de pensar e de viver nômades. Pensamento e vida de origem e natureza divergentes na relação com os modos de subjetivação preconizados pelo aparelho de Estado. Divergentes porque, em detrimento de serem definidos como o Estado, por excelência conservadorista, preocupado com a sua reprodução idêntica através da manutenção das instâncias de poder, a máquina de guerra nômade funciona resguardada pelos laços das alianças, mas ofendendo os movimentos de interiorização e integração estatal.

Perceba que não estamos afiançando a idéia de que qualquer um dos dois, aparelho de Estado ou máquina de guerra nômade, existam absolutamente, isto é, oponham-se enquanto sociedades estatais e contra-estatais. Deleuze e Guattari (1995c) mostram que o Estado soberano sempre esteve em relação com um fora e que, portanto, ao invés da lei do tudo ou nada, tanto um como o outro, existem em convívio infinito sob a lei do interior e do exterior.

A máquina vai à guerra para impedir que o Estado soberano consiga a sua anexação e conseqüente sedentarização, porque só desse jeito pode manter-se metamorfoseando em seu nomadismo, ativando, na qualidade de corpo coletivo minoritário, por exemplo, uma nova forma de fazer ciência. Assim, queremos afirmar que a potência nômade não pertence unicamente aos bárbaros, mas a todos os grupos que se insurgem contra um fenômeno hegemônico.

Será possível fazer uma analogia entre o aparelho de Estado e a ciência régia, como vimos a criticando até agora? Sob que regime, então, funcionaria uma ciência nômade? Quais suas diferenças em relação à ciência régia que parece tomar por objeto a figura e o funcionamento do aparelho de Estado? Qual o sentido de propormos a

²⁴ Conforme Barros e Passos (2000), a noção de acontecimento remete-se ao que produz rupturas, que catalisa fluxos, que produz análise, que decompõe. Refere-se às múltiplas relações que compõe o campo nos níveis da intervenção e da análise. Um conceito que denota, segundo Scherér (2000), a sabotagem da vivência de uma individualidade por demais maciça, a dissolução do ego pelo atravessamento de singularidades moleculares, moventes ou nômades, que se destacam de um campo transcendental. O que está colocado é o rompimento com o "Eu penso" da tradição cartesiana, e mesmo toda consciência, para formar um campo transcendental impessoal, também chamado de plano de imanência que toca na junção do mais impessoal com o mais singular.

máquina de guerra cartográfica como estratégia de produção alternativa do conhecimento?

Como os povos bárbaros, o cientista nômade está obrigado a agir também em relação à ciência com as especificidades das organizações estatais. Ele está no meio, entre a máquina de guerra, que, como dizem Deleuze e Guattari (1995c, p. 27), “o alimenta e o inspira”, e o Estado, “que lhe impõe uma ordem de razões”. O pensamento nômade o empurra a agir em consonância com o inesperado, o ainda impensado, enquanto o pensamento sedentário o quer trazer de volta “...a regras civis e métricas que vão limitá-la [a máquina de guerra] de modo estrito, controlar, localizar a ciência nômade, e proibi-la de desenvolver suas conseqüências através do campo social”. O trabalho do cientista nômade precisa ser o de embrenhar-se nesse interstício para afirmar os devires, explodir teoremas e axiomas que nivelam as contradições e as transformam em categorizações. Só pela via da guerra que a máquina pode, novamente, construir um espaço liso para trafegar.

A cartografia tem essa função de romper as estratificações, o espaço estriado, as leis empoeiradas que guardam a função política de controlar os movimentos sociais para assegurar a manutenção do Estado. O rompimento com as certezas acadêmicas que amainam os movimentos da multidão²⁵, cria coeficientes de indeterminação, espaços lisos por onde por meio do conhecimento que nasce das próprias multidões, a vida atinge a sua potência máxima porque pode transformar-se segundo as suas próprias prerrogativas e não mais segundo os autoritarismos do Estado ou do capital. Para tanto, como apontam Deleuze e Guattari (1995c), precisamos colocar as variáveis científicas em estado de variação contínua.

Enquanto a metodologia racional prevê um percurso que deve ser seguido de um ponto a outro, as estratégias cartográficas precisam ocupar um espaço liso marcado pela exterioridade, pela intuição e por revezamentos onde não há nem medidas nem reproduções aceitáveis. Deleuze e Guattari (1995c, p. 48) definem o pensamento nômade como:

“...um pensamento-acontecimento, hecceidade, em vez de um pensamento-sujeito, um pensamento problema no lugar de um

²⁵ Conforme Hardt e Negri (2001), a multidão comporta singularidades, sendo, portanto, um movimento desejante antagônico a qualquer forma de dominação. Diferentemente da idéia de povo, que reflete uma homogeneidade interna que se acomoda à soberania, a multidão constitui-se como plano múltiplo e inconclusivo, buscando sempre a efetuação universal de práticas livres e produtivas.

pensamento-essência ou teorema, um pensamento que faz apelo a um povo em vez de se tomar por um ministério.”

A cartografia é traçada de forma peculiar porque a máquina de guerra quando acionada assume dupla função: primeiro a de descompressão do espaço, inclusive conceitual, e depois a de intensificação das rotas e dos movimentos por todos os lados. O aniquilamento das forças do Estado não significa o despovoamento do espaço, e sim fazer crescer o “deserto”, a “estepe” onde a produção do conhecimento possa se dar mais livremente, sem fronteiras delimitadas e necessidade de passaportes conceituais.

Como estamos propondo, as cartografias, além de extensivas, ou seja, relacionarem-se a um espaço constituído por trajetos, são intensivas, fazendo ver e falar o que subentende os trajetos: as forças. A cartografia de intensidades distribui as forças, ou seja, é um instrumento que, ao ser proposto, interpõe-se ao cartógrafo e ao plano de intervenção, ao mesmo tempo que, paradoxalmente, eles aceitam colocar-se em causa, encontrar-se. Nesse encontro, tanto um como o outro podem, na feitura, avaliação e transformação coexistentes ao fazer cartográfico, questionar as posturas viciadas e conservadoras, agir sobre as forças, dobrando-as. Podem assim, lançar-se num devir que os arrasta e impele a forjar caminhos-diferença, habitar linhas de fuga.

Citamos o *Quarup*²⁶, de Antônio Callado, como, desde o signo da literatura, um lindo exemplo de cartografia permeada por movimentos extensivos e intensivos. O romance tem início em Recife, com o padre Fernando, acompanhado dos esqueletos encapuzados de seis franciscanos, três a três, imóveis, aguardando o juízo final diante de Cristo e de sua balança. O Padre era o guardião do Ossuário onde o “Cristo matemata” avaliava o percurso de cada um dos homens de Deus. Um ambiente retratado como especial porque pretendia-se subtraído da própria humanidade, mais ainda do que o que têm como réus os homens comuns, queria-se portador de uma imobilidade absoluta, um tribunal só para padres, “vidas que haviam passado por virtuosas quando eram apenas um hirto equilíbrio de abominações”. Era lá que Nando se refugiava para pensar sobre o que achava ser a sua obra da vida, mas que ainda não tinha coragem de realizar, viajar para o Mato Grosso e lá fundar um Estado cristão e comunista indígena, no marco geográfico central do Brasil. Seu medo decorria de não saber como se comportaria diante das índias nuas, se desmaiaria de susto ou se atiraria a elas.

²⁶ A. Callado, *Quarup*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

O padre havia confidenciado ao amigo holandês Leslie e pedido que ele contasse à sua esposa Winifred que a nudez feminina o perseguia. Que para evitar tais pensamentos havia criado uma cueca com cento e cinquenta preguinhos, mas, mesmo assim, acordava durante as noites molhado de sangue e sêmen. A própria Winifred, em um momento que Leslie saiu de casa, despiu-se e teve Nando, mostrando a ele o que era uma mulher, trazendo aquele homem de volta das obrigações supra-celestes que ele esforçava-se para encarnar à humanidade. Àquela altura o padre considerou aquilo uma revelação que o permitia, finalmente, seguir viagem e fundar a sua missão.

A permissão governamental para que o padre Fernando pudesse dirigir-se para o Mato Grosso e trabalhar junto ao Posto Capitão Vasconcelos do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) no Xingu saíria do Ministério da Agricultura. Para alcançá-la, ele viajou ao Rio e fez amizades com pessoas que já conheciam o Mato Grosso e os índios. Também provou o éter e a sobrinha-secretária do Diretor do SPI, Vanda, os dois, de novo, devolvendo a ele a sua própria figura.

Nando foi para o Xingu e lá viveu por anos, abandonou a batina e participou da expedição de índios e caraíbas que culminou com a marcação do centro geográfico do país. O Estado que ele tomava como sua função na terra, que o ligava aos céus, não aconteceu. O que aconteceu, profundamente, foi a revolução dele próprio.

Winifred, quando Nando deixou Recife, já considerava o ainda padre, “um fim de mundo”. Quando ele voltou para a cidade com Francisca, a mulher que ele haveria de amar para sempre, mesmo que não tenham vivido juntos, Nando era, fazia tempo, um mundo novo. Junto com os deslocamentos geográficos, extensivos, ele próprio havia abandonado a tarefa de preparar as pessoas para a outra vida, de fazê-las seguir as ordens divinas, finalmente, deixou o seu corpo invadir a mente e abrir-se e regozijar-se diante das potências vitais e humanas. Tais potências permitiram que ele criasse um outro sentido para a vida e se instalasse nos embates que diziam respeito à vida terrena.

Com Francisca, ele passou a alfabetizar os camponeses dos engenhos e junto com eles lutou pela regularização dos seus direitos, fazendo parte das Ligas Camponesas. Foi preso e torturado pelo exército, acusado de estar ajudando a preparar a chegada dos russos e cubanos que emplacariam a revolução. Estando Francisca na Europa, dizendo que era impossível que os dois ficassem juntos, apesar dela também o querer, Nando amou muitas mulheres, inclusive por caridade. Dava amor às mulheres que precisassem e também ensinava o assunto a homens que porventura estivessem

inseguros sobre como lidar com as mulheres que queriam ter. Como Amaro e Manuel Tropeiro.

Passados dez anos da morte de Levindo, noivo de Francisca, assassinado numa manifestação dos camponeses, Nando resolveu fazer um grande jantar em sua homenagem. Apesar de ser avisado que provavelmente seriam atacados pelo exército antes do jantar começar, o fizeram. O ataque aconteceu e Nando fora gravemente ferido. Recuperou-se e decidiu ir com Manuel Tropeiro para o sertão e lá encontrar os camponeses que estavam se reorganizando. “Como homem feito que encontra numa gaveta cadernos de colégio”, perguntado por Manuel se havia lido as cartas de Francisca, ele disse: “Francisca é apenas o centro de Francisca.”

Sobre a roupa que usava em cima do cavalo, a caminho do sertão, disse que era boa. Manuel Tropeiro respondeu: “Com seu perdão, Seu Nando, a roupa preta não fez o senhor padre. Esse gibão de couro não vai fazer o senhor cangaceiro não.” Na última página, o romance começa de novo com a resposta de Nando que revela o apuro da capacidade de estranhar-se diante da vida-mundo e de diferenciar-se, afirmando os valores que a cada momento faziam vibrar o seu corpo: “Não se assuste, Manuel. Eu agora viro qualquer coisa.”

3.1 - Instrumentos?

No que diz respeito à nossa cartografia, seria um contra-senso nos inserirmos no plano de pesquisa amparados por qualquer protocolo pré-fabricado para analisar os meios de resistir à aliança entre corpos e modos de subjetivação produzidos pelo esporte de alto rendimento na esteira do capitalismo.

Nossa escolha pela *Democracia Corinthiana* como caso-pensamento a ser problematizado não envolveu o trabalho com dados estatísticos, análises comparativas, generalizações ou totalizações. O estudo deste acontecimento não deve ser resumido ao próprio acontecimento, restringido aos fatos e opiniões citadas pelos entrevistados, às notícias destacadas de jornais, nem às análises de outros pesquisadores que trataram o tema, mas deve dizer respeito às práticas, modos reais de invenção de formas dissonantes às capitalísticas de viver a prática desportiva orientada para a alta performance. Como a que citamos anteriormente, dos jovens atletas de voleibol com quem tivemos a oportunidade de trabalhar.

Eu tive a grata oportunidade de, auxiliado pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, viajar para São Paulo e lá entrevistar os

jogadores, técnico, presidente e outros trabalhadores do Corinthians que viveram a época da *Democracia Corinthiana*. Também conversei com jornalistas esportivos sobre o assunto. Além disso, revisei as bibliografias jornalística e acadêmica que avaliaram a temática.

Todo este material também substanciará a constituição de uma cartografia sobre o assunto e, queremos crer, registrará através da história, a certeza de que não estamos fadados a obedecer as regras de existencialização capitalistas, assegurando a possibilidade e a necessidade de detoná-las nessa busca construtiva por um viver menos moralista e mais ético, menos individualista e mais coletivista e cooperativo, menos regrado e mais artístico, menos fascista e mais politicamente ativo.

IV - A PSICOLOGIA DO ESPORTE COMO ESPECIALISMO TÉCNICO-CIENTÍFICO

“Trata-se, com efeito, de ter do presente uma percepção densa, de longo alcance, que permita localizar onde estão os pontos frágeis, onde estão os pontos fortes, a que estão ligados os poderes (...) onde eles se implantaram. Em outros termos, fazer um sumário topográfico e geológico da batalha... Eis aí o papel do intelectual. Mas de maneira alguma dizer: eis o que vocês devem fazer!” (FOUCAULT, 1996, p. 151)

Aproveitando o tema da mesa da qual participei no *XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social*, realizado em Porto Alegre entre 14 e 17 de outubro de 2003, levantaremos novamente a questão: *De que corpo estamos falando?*

A veiculação desta pergunta é importante porque ela nos permite atacar criticamente a problemática da existencialização humana através das práticas desportivas de alto rendimento. Esta potência crítica é fundamental já que procuramos revolver, desnaturalizar olhares hegemônicos cristalizantes sobre a forma como o corpo vem sendo tomado pela Psicologia do Esporte.

Para explorarmos a Psicologia do Esporte como um analisador possível das configurações corporais contemporâneas, trabalharemos por meio de uma análise histórica, levantando alguns pontos de atração entre os saberes e as práticas psicológicas e os saberes e as práticas desportivas, até chegarmos à conjuração da Psicologia do Esporte como disciplina específica. Alguns pontos de atração porque não percorreremos a história de forma linear, passo a passo, procurando homogeneidade entre os eventos, mas a utilizaremos segundo a nossa conveniência para explorar épocas que denotam crises, transformações nas configurações subjetivas.

Desde nossa perspectiva de ação, afirmamos que a elaboração de um estudo sobre tal disciplina não pode deixar de estar perpassado por análises da consolidação do capitalismo como modelo de produção e acumulação.

4.1 - A constituição da Psicologia

A essa altura, achamos importante retomar a obra de Michel Foucault, especialmente, os livros *Vigiar e punir* (1997), *Doença mental e psicologia* (2000) e *A verdade e as formas jurídicas* (2002), para compreendermos, em linhas gerais, as

condições de possibilidade da emergência de um saber e um poder psi entrecruzados, que fazem do corpo, objeto de intervenção e individualização.

Tanto em *Doença mental e psicologia* (2000) como em *A verdade e as formas jurídicas* (2002), Foucault percorre a história da constituição dos saberes psi, apontando sua serventia à formatação e à moralização dos corpos que seriam preparados para a inserção nos circuitos da produção capitalista.

Em *Doença mental e psicologia* (2000), a transformação da loucura em doença mental é o meio de análise para mostrar, entre outras coisas, como a loucura foi encarcerada em duas épocas distintas, sob justificativas e práticas relativamente diferentes, mas afirmando nos dois momentos, os valores que permitiriam o desenvolvimento do capitalismo.

No fim do séc. XV, a loucura que compunha a vivência cotidiana, que se expressava através de canais de comunicação comuns à sociedade, e era até mesmo exaltada, precisou ser adestrada, negativada. Sobre a fase em que a loucura circulava livremente na Europa, Foucault (2000, p. 77) cita, por exemplo:

“Há as festas populares em torno dos espetáculos dados pelas ‘associações de loucos’, como o **Navio Azul** em Flandres; há toda uma iconografia que vai da **Nave dos loucos** de Bosch, a Breughel e a **Margot a Louca**; há também os textos sábios, as obras de filosofia ou crítica moral como a *Stultifera Navis de Brant* ou o *Elogio da loucura* de Erasmo. Haverá, finalmente, toda a literatura da loucura: as cenas de demência no teatro elizabetiano e no teatro francês pré-clássico participam da arquitetura dramática, como os sonhos e, um pouco mais tarde, as cenas de confissão: elas conduzem o drama da ilusão à verdade, da falsa solução ao verdadeiro desfêcho.”

Se, até o fim do séc. XV, a loucura era uma manifestação que ressoava, percorria livremente a vida social européia, a situação sofreu transformações.

Primeiro, no meio do séc. XVII, foram criados estabelecimentos de internação onde os loucos eram encerrados em companhia de todos “que em relação à ordem da razão, da moral e da sociedade davam mostras de alteração” (FOUCAULT, 2000, p. 78): inválidos, velhos, mendigos, desempregados, libertinos, etc.

Ao contrário do que poderíamos imaginar, esses estabelecimentos não tinham nenhuma prerrogativa médica; serviam, efetivamente, para quem não pudesse mais participar da vida social. Isso, devido à necessidade de, em um mundo burguês, o trabalho passar a ser considerado a condição de manutenção da sociedade. A ociosidade ou a incapacidade em participar dos meios de produção, distribuição e acúmulo de riquezas passaram a ser motivos para a exclusão.

Num segundo momento, por volta do fim do séc. XVIII, as antigas casas de internamento passam a ser exclusividade dos loucos e mudam de significação: recebem o selo de providência médica. Nesse processo, capitaneado por Pinel na França, Tuke na Inglaterra e Wagnitz e Riel na Alemanha, o internamento recebe a significação da responsabilidade médica, de uma ciência finalmente humanista e positivista.

Mas a realidade era a de que tal ciência não tinha caráter terapêutico, ao invés disso, promovia a anulação social. A cura, àquela altura, significava a reforma moral dos loucos, e era procedida através da injeção de valores de dependência, culpa, humildade, e etc., calibrados por noções de normalidade.

A tarefa de aprisionar a loucura do louco aprisionado era realizada através de várias maneiras: ameaçar, castigar, privar, humilhar, tudo que pudesse infantilizar e culpabilizar o louco em relação ao seu estado de loucura. Foucault (2000, p. 82) faz referência à atitude de Pinel ter “libertado os acorrentados” em Bicêtre, no ano de 1793:

“Certamente, êle fêz ruir as ligações materiais (não todas entretanto), que reprimiam fisicamente os doentes. Mas reconstituiu em tôrno dêles todo um encadeamento moral, que transformava o asilo numa espécie de instância perpétua de julgamento: o louco tinha que ser vigiado nos seus gestos, rebaixado nas suas pretensões, contrariado no seu delírio, ridicularizado nos seus êrros: a sanção tinha que seguir imediatamente qualquer desvio em relação a uma conduta normal.”

O estabelecimento de uma psicologia geral, no começo do séc. XIX, ganha materialidade através de dois vetores complementares: um, o mundo da loucura passa a ser tratado, nesta perspectiva das práticas de injeção de valores morais de infantilização e culpabilização no louco, como uma instância interiorizada; dois, a cientificidade da psicologia passou a dizer respeito a criação de uma dimensão patológica exterior ao louco que preconizou a exclusão e o castigo.

Só assim, após esse movimento de duplo viés é que se pôde tratar a loucura alienada por doença mental por meio da substituição da relação do homem com a verdade, introjetando nele a verdade da verdade. Esse deslocamento, segundo Foucault (2000, p. 98), é o fundamento filosófico de toda a psicologia possível a partir do “momento em que o grande confronto da Razão e da Desrazão deixou de se fazer na dimensão da liberdade e em que a razão deixou de ser para o homem uma ética para tornar-se uma natureza.”

A loucura, dessa maneira, foi subtraída da natureza e deterministicamente lacrada. A liberdade também passou a ser encarada como substrato de uma essência

intocável, naturalizada.

Já em *A verdade e as formas jurídicas* (2002), Foucault analisa a decadência do inquérito e a ascensão do exame no que se refere ao procedimento das práticas judiciárias.

O inquérito marcou as práticas judiciárias desde a Idade Média do séc. XII, passando pela Clássica até chegar à Moderna. Ele consistia em uma conduta através da qual buscava-se conhecer o que havia ocorrido, reatualizando um fato por meio de testemunhos qualificados. Curiosamente, o inquérito que era judiciário, portanto, diretamente ligado às instâncias de exercício do poder, com o tempo, acabou multiplicando seus pontos de atuação e atingindo também, domínios de saber como a Medicina, a Botânica, a Zoologia, a Geografia, a Astronomia, etc.

A grande observação de Foucault é a de que o inquérito não se trata de um conteúdo, mas da forma de saber. Uma forma de saber localizada no entrelaçamento de um tipo de poder e de um tipo de conhecimento. Foucault (2002, p. 77-78) afirma que:

“O inquérito é precisamente uma forma política, uma forma de gestão, de exercício do poder que, por meio da instituição judiciária, veio a ser uma maneira, na cultura ocidental, de autenticar a verdade, de adquirir coisas que vão ser consideradas como verdadeiras e de as transmitir. O inquérito é uma forma de saber-poder. É a análise dessas formas que nos deve conduzir à análise mais estrita das relações entre os conflitos de conhecimento e as determinações econômico-políticas.”

Já, a partir dos sécs. XVIII e XIX, diferentes países da Europa e do mundo sofrem rearranjos nos seus sistemas judiciários e penais. Estas modificações nos fariam passar a viver num tipo de sociedade caracterizada como disciplinar, onde o modelo de aprisionamento vinga como forma de penalizar.

Como no caso dos estabelecimentos reservados aos loucos que expusemos acima, novamente, e sob forma semelhante, está colocada mais a formatação psicológica e moral dos indivíduos que a proteção da sociedade. No caso da Sociedade Disciplinar, ao invés do controle ser utilizado em função de algo que aconteceu no passado e que precisa ser averiguado, de funcionar vigiando se o que os sujeitos fazem está ou não em conformidade com a lei, vai dizer respeito aquilo que ainda poderá ser realizado. Tamanha mudança acaba fazendo a instituição penal transbordar de um poder judiciário, já que os indivíduos passam a ser aferidos pela periculosidade que comportam. Ao invés de serem avaliados pela atualidade de suas ações, o são ao nível das virtualidades.

No sentido da necessidade de prever e, mais importante ainda, diminuir sem interrupção e totalmente a potencial periculosidade humana, foram criadas uma série de poderes laterais além da justiça e da polícia, representados, por exemplo, pelas instituições produtivas, pedagógicas, psiquiátricas, médicas e psicológicas responsáveis pela correção dos comportamentos enviesados que pudessem vir a insinuar falta de correspondência com as normas preconizadas para o bom funcionamento social.

Foucault considera a Sociedade Disciplinar um momento histórico de ortopedia social que tem o *Panóptico*²⁷ como emblema e apogeu. Isso porque é ele que assinala a passagem dos procedimentos de inquirido para os de exame e esquematiza um modelo de instituição potencialmente derivável às escolas, aos hospitais, às prisões, aos hospícios e às fábricas. O modelo do Panóptico cria a condição do professor, do médico, do diretor de prisão, do psicólogo e do psiquiatra, e do chefe de oficina, enquanto exercem o poder vigiando, possam também produzir um saber orientado em torno de normas, sobre os vigiados.

Se usarmos o exemplo das sociedades propriamente econômicas, nelas a materialidade da riqueza não vai mais derivar, como nos sécs. XVI e XVII, tanto de um capital monetário assentado, das fortunas, mas das mercadorias, dos estoques, das máquinas, das oficinas, das matérias-primas que precisam ser trabalhadas, vendidas e expedidas.

As instituições disciplinares, sob certo aspecto, acabam tendo por finalidade, não excluir, mas ao contrário, fixar os indivíduos, ligá-los ao aparelho de produção. A escola não exclui os indivíduos, mesmo os fechando, acaba por ligá-los a um sistema de transmissão de saber. Todas estas instituições trabalham, agora, para garantir a produção ou os produtores em função de uma determinada norma.

A sutileza do controle está para além da visada sobre o tempo dos sujeitos adestrados e tornados trabalhadores. Contemporaneamente, a função das instituições de seqüestro é a de controlar seus corpos porque, em um nível geral, o conjunto dessas instituições acaba implicando uma disciplina geral da existência que ultrapassa

²⁷ O Panóptico, concebido por Bentham, era um edifício em forma de anel, no meio do qual havia um pátio com uma torre no centro. O anel se dividia em celas que davam tanto para o exterior como para o interior. Em cada uma dessas pequenas celas, havia segundo o objetivo da instituição, uma criança aprendendo a escrever, um operário trabalhando, um prisioneiro se corrigindo, um louco atualizando sua loucura, etc. Na torre central um vigilante. Como cada cela dava ao mesmo tempo para o interior e o exterior, o olhar do vigilante podia atravessar toda a cela; não havia nela nenhum ponto de sombra e, por conseguinte, tudo o que fazia o indivíduo estava exposto ao olhar de um vigilante que observava através de venezianas, de postigos semi-cerrados de modo a poder ver tudo sem que ninguém ao contrário pudesse vê-lo. (Foucault, 2002, p. 87).

amplamente as suas finalidades aparentemente precisas. A questão não é mais extrair a quantidade máxima de tempo, mas também de examinar, de formar, de valorizar, segundo um certo sistema, o corpo do indivíduo (FOUCAULT, 2002, p. 118).

Apesar das especificidades de cada uma das instituições de seqüestro, parece que todas elas têm um ponto de toque semelhante: permitir que os corpos dos indivíduos tornem-se força produtiva.

Entendendo que esta configuração específica do saber-poder disciplinar originava-se para operacionalizar o desenvolvimento do capitalismo, absorvendo alguns dos seus valores como o do sobre-lucro pela necessidade de majoração da produção, as disciplinas só podiam funcionar através do sub-poder.

Por sub-poder, entendemos uma trama de poder político microscópico, capilar, estabelecido fixando os homens ao aparelho de produção. Este sub-poder, condição do sobre-lucro, quando ganhou corpo, quis estabelecer a normalização da população através dos saberes corretivos que se multiplicaram nas instituições através dos procedimentos de exame.

Tentaremos refinar um pouco mais a análise, retomando a idéia de que os dois analisadores que tomamos como mote para esta discussão sobre a constituição e utilização da psicologia fazem referência a uma época e um modo de vida caracterizáveis como de uma Sociedade Disciplinar.

Tanto o processo de tipificação e aprisionamento da loucura sob o signo de doença mental, como a substituição paulatina do inquérito pelo exame como procedimento das práticas judiciárias, ambos a partir do séc. XVIII, são exemplos para compreendermos uma forma nova de agir sobre os corpos e deles requisitar ações e efeitos específicos. Uma nova forma de conceber e produzir corpos que tem o saber e o poder Psi como produto e, ao mesmo tempo, produtor.

As análises de *Foucault*, em *Vigiar e Punir* (1997), demonstram que a idéia de um poder repressor aparelhado pelo Estado, de atividades essencialmente negativas, como excluir, reprimir, recalcar, censurar, abstrair, mascarar, esconder, em última análise, com direito sobre a vida e a morte, perde força com a passagem da Sociedade de Soberania para a Sociedade Disciplinar. A racionalidade moderna acentua o caráter de produtividade, positividade do poder. Justamente por isso, o corpo humano será seu alvo. Como diz *Machado* (1996 p.XVI), o que interessa ao poder:

“[...] não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas

ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. Objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos de contra-poder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente.”

Foucault (1997) vai apropriar-se do conceito de ‘disciplina’ para analisar as estratégias que possibilitam um controle minucioso do corpo e de suas partes, das atividades, do tempo e das forças, uma verdadeira anatomia política do detalhe. O que importa, desde então, é trabalhar o corpo não mais como porção individual e total, mas de agir cuidadosamente e incansavelmente sobre suas subdivisões, visando mais que os resultados de suas ações, tornar os corpos dóceis, isto é, subjugar-los, modificá-los e prepará-los, levando em consideração todo seu processo de fabricação. Um projeto político de aumento das forças do corpo - em termos econômicos de utilidade - e diminuição dessas mesmas forças - em termos políticos de obediência.

A psicologia surge neste contexto, do fim do séc. XVIII, como uma das ciências clínicas que assinalam a entrada do indivíduo no campo do saber. O discurso científico ultrapassa a fronteira da espécie e chega à individualidade, por exemplo, através das anamneses e interrogatórios. Essas formas de exame, por meio de todas as técnicas de documentação, servem para fazer de cada sujeito um caso, um caso que compõe um saber semelhante ou diferente, dependendo da relação com as normas. Se a observância do caso expressa um saber sobre o indivíduo, ao mesmo tempo, permite a sua apreensão individualizada por meio de um poder que o traz de volta aos comportamentos normativos pelo treinamento disciplinar.

Foucault (1997, p. 161) entende que:

“Todas as ciências, análises ou práticas com radical ‘psico’, têm seu lugar nessa troca histórica dos processos de individualização. O momento em que passamos de mecanismos histórico-rituais de formação da individualidade a mecanismos científico-disciplinares, em que o normal tomou o lugar do ancestral, e a medida, o lugar do status, substituindo assim a individualidade do homem memorável pela do homem calculável, esse momento em que as ciências do homem se tornaram possíveis, é aquele em que foram postas em funcionamento uma nova tecnologia do poder e uma outra anatomia política do corpo.”

E se a Psicologia é aqui o nosso campo de análise, é importante dizer que desde os estabelecimentos disciplinares onde alguém apropriado dela intervinha e ainda

intervém, facilitando a normalização indivíduo por indivíduo, localmente, pelo quadriculamento, este conjunto de saberes e práticas também transvazou desses espaços demarcados e atinge toda a vida social.

Será por acaso que hoje encontramos psicólogos no exército, na escola, no hospital, na empresa, no órgão público, no clube, no consultório, no júri, etc., ou porque esses profissionais, geralmente, trabalham para formar homens que trabalham para fazer essas máquinas renderem mais e melhor, aferindo, selecionando, recrutando, treinando, exercitando, enfim, tornando o corpo alvo de mecanismos de poder que, calçados em certos estratificações de saber, formalizam modos de viver? Isto posto, há que se perguntar mais duas coisas: A psicologia continua funcionando de acordo com a perspectiva disciplinar? E, se dentro destes espaços ainda somos disciplinarizados, subjetivados a partir de uma matriz normalizadora, o que acontece fora deles?

Entendemos que a Sociedade Disciplinar não se trata do que passou, mas, diferentemente, do que foi intensificado. Esta intensificação corresponde ao efeito mais importante do Panóptico: o de produzir um estado de consciência que desprende o exercício do poder disciplinar dos espaços disciplinares. Isso é possível à medida que cada um de nós passa a introjetar o controle e fazer da gente mesmo, cada um, o seu próprio censor e o censor do outro que se encontra numa situação de fragilidade semelhante à nossa. Um processo que rivaliza a disciplina entre os que são objeto dela, o que, por consequência, diminui ainda mais a possibilidade de conjunção coletiva e reversão das submissões disciplinares. O controle, sob certas circunstâncias, abre mão da verticalidade e pode passar a funcionar horizontalmente.

O princípio do Panóptico era o de que o poder devia ser visível e inverificável. Visível porque a torre estaria sempre à mostra e inverificável porque nunca se saberia o momento em que o vigia estaria observando determinado detento. O dispositivo Panóptico, neste sentido, automatiza e desindividualiza o poder. Ele tem seu princípio não mais em uma pessoa, mas em uma distribuição concentrada dos corpos, das superfícies, das luzes, dos olhares. Uma aparelhagem que cria a relação que prende os indivíduos através dos seus mecanismos internos. (FOUCAULT, 1997, p. 167).

A sofisticação que atinge o processo disciplinar, isto é, o que se sobrepõe e se soma às táticas disciplinares contemporaneamente é, como quisemos mostrar, a capacidade delas se diluírem e, como um gás, perpassarem as fronteiras dos estabelecimentos disciplinares e fazerem parte das nossas vidas, espontaneamente, onde quer que estejamos, como uma função generalizada de controle. A Sociedade de

Controle atualiza com mais propriedade o corpo como força útil no movimento de aceleração da acumulação de capital e o enfraquece como força política coletiva contra a dominação.

A destruição do sobre-lucro, desse modo, implica necessariamente o questionamento e o ataque ao sub-poder. Mas o ataque ao sub-poder se liga forçosamente ao questionamento das ciências humanas e do homem individualizado personalisticamente considerado como objeto privilegiado e fundamental de um tipo de saber.

Nesta seção quisemos mostrar como a Psicologia surgiu e se consolidou como procedimento de exame e instrumento de conversão de conformações corporais heterogêneas em configurações subjetivas isomorfizadas no campo das ciências humanas. Também foi o nosso interesse explorar a serventia das técnicas psicológicas, por enquanto, levando mais em conta suas especificidades disciplinares, sua conformação mais dura exemplificada pelos estabelecimentos fechados surgidos na modernidade e, apenas insinuar sua versão mais contemporânea, mais volátil e generalizada, a que Foucault (1997) e Deleuze (1992b) caracterizaram como *Sociedade de Controle*.

Também foi o nosso interesse explorar a idéia de que desde a modernidade, portanto, desde os estabelecimentos disciplinares mais fechados, até a contemporaneidade, quando a Sociedade de Controle nos convida a auto-impingir a dominação a céu aberto, o modelo de homem que a psicologia ajudava e ajuda a fazer convergir é um padrão de corpo e subjetividade que serviu e serve à reprodução do capitalismo, respeitando cada uma de suas épocas. Adiante trabalharemos com mais apuro a noção de Sociedade de Controle.

4.2 - O processo de institucionalização do Esporte

Esta etapa do trabalho será reservada para explicitarmos sob qual perspectiva o desporto e suas relações com os ambientes e práticas sociais serão abordadas nesta dissertação. Aqui, nosso interesse principal será o de retomar algumas características que promoveram modificações na forma de apreensão e significação das práticas corporais na passagem da Antigüidade para a Modernidade, novamente, produzidas em alinhamento ao desenvolvimento do capitalismo.

Tradicionalmente, o desporto como o conhecemos hoje é encarado a partir de uma perspectiva histórica que entende seu desenvolvimento linearmente. Neste sentido,

os jogos antigos na Grécia, como os de Olímpia, podem ser pensados como jogos desportivos. A idéia subjacente é a de que haveria uma continuidade entre aquelas *práticas corporais* antigas e as que hoje denominamos desporto.

Valter Bracht (1997) prepara a crítica a esta perspectiva, agrupando algumas características dos traços que poderiam justificar o uso do termo *identidade esportiva*: movimentação de uma bola com os pés e as mãos; existência de campos específicos de jogo; um confronto entre dois ou mais grupos sendo decidido através do esforço físico-corporal; esporte visto como manifestação do jogo e o jogo crivado como comportamento básico/elementar e universal do homem; etc.

Nós participaremos de um enfoque que recusa a idéia de que o desporto, contemporaneamente, advenha do desenrolar histórico causal vinculado a um substrato essencial, isto é, pautado por particularidades invariáveis. Isso não quer dizer que haja a ausência absoluta de continuidade com as práticas corporais da Antigüidade, inclusive grega, mas que existiram mutações importantes em seus aspectos centrais.

Pensaremos o desporto como uma *tradição inventada* na Modernidade do séc. XIX. O conceito *tradição inventada* é utilizado por Eric Hobsbawm no livro *A invenção das tradições* (1997a) para colocar em análise os objetivos e os desdobramentos da invenção de uma série de tradições no ambiente europeu dos sécs. XIX e XX. Hobsbawm (1997a, p. 9) aplica a definição do conceito:

“Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.”

Não é à toa que a faixa histórica de maior eclosão de tradições inventadas seja a dos sécs. XIX e XX. A freqüência elevada de eclosão das tradições inventadas tem relação com um tipo de contexto histórico exposto a transformações massivas que entram em choque e enfraquecem os referenciais de sociabilidade imantados pelas velhas tradições. Novas matrizes sociais, incompatibilizadas com as antigas tradições, já sem plasticidade suficiente para lidar com as novas demandas, vão requerer novas velhas tradições que as embasem.

O caso da “invenção” do desporto não pode ser analisado disjunto da decadência dos tipos de jogos populares iniciada em torno de 1800. Eles parecem ficar pouco a

pouco em desuso se levarmos em consideração o processo de modernização dos sécs. XIX e XX. Processo que compreende, de acordo com Bracht (1997, p. 96):

“[...] industrialização, urbanização, tecnologização dos meios de transporte e comunicação, aumento do tempo livre, surgimento dos sistemas nacionais de ensino, etc. Estes aspectos por sua vez, estão inseridos no processo mais amplo de secularização e racionalização que caracterizam a sociedade moderna.”

Como exemplo do encaminhamento das transformações que foram massificadas no séc. XIX e culminaram com o estabelecimento do desporto moderno, arrola a primeira, entre o total de 23 proibições publicadas em nome dos reis britânicos, entre 1314 e 1615, descritas por Norbert Elias e Dunning (1992, p. 258).

“Manifesto para a Preservação da Paz... Atendendo a que o nosso Senhor o Rei [Eduardo II] se dirige às regiões da Escócia, na sua guerra contra os inimigos e nos ordenou em especial que mantivéssemos estritamente a paz... E atendendo a que existe grande tumulto na cidade por motivo de certas desordens que ocorrem em grandes jogos de futebol realizados nos espaços do domínio público, dos quais muitos males podem eventualmente surgir – Deus nos defenda – ordenamos e proibimos, em nome do Rei, sob pena de prisão que tal jogo seja praticado dentro da cidade.”

Para explicitarmos a consideração de que o desporto moderno é uma tradição inventada, destacaremos dois processos diferentes, apontados por Arlei Sander Damo (1998), como participantes junto à sua *institucionalização*.

O primeiro movimento de institucionalização do desporto, isto é, de disciplinarização dos passatempos populares, remonta à invenção de modalidades desportivas como o futebol e o *rugby*, acontecendo dentro das *public schools* inglesas, no séc. XIX. Sobre esse analisador, Pierre Bourdieu (1983, p.139) aponta que:

“[...] parece indiscutível que a passagem do jogo ao esporte propriamente dito tenha se realizado nas grandes escolas reservadas às ‘elites’ da sociedade burguesa, nas *public schools* inglesas, onde os filhos das famílias da aristocracia ou da grande burguesia retomaram alguns *jogos populares*, isto é, vulgares, impondo-lhes uma mudança de significado e de função muito parecida àquela que o campo da música erudita impôs às danças populares, *bourrées*, gavotas e sarabandas, para fazê-las assumir formas eruditas como a suíte.”

Os estabelecimentos escolares reservados aos filhos da burguesia inglesa do séc. XIX foram um dos vetores de invenção do desporto moderno. Esperava-se que, através das *public schools*, valores liberais como a capacidade de liderança da juventude aristocrática pudessem ser desenvolvidos para garantir a supremacia burguesa e o

prosseguimento da expansão econômica e política que a Revolução Industrial²⁸ havia disparado na Inglaterra e que escorreria para o mundo.

No contexto do estabelecimento do Estado Inglês, as atividades físicas das *public schools*, como o futebol regulamentado, criaram uma prática que passou a visar o controle da desordem e até da violência que se desdobravam dos espaços públicos das cidades em rápido desenvolvimento para o interior das escolas através dos alunos. Tal reconfiguração do espaço escolar, como fica claro, já não funcionava mais para abominar, proibir os passatempos populares, relacionados, segundo a avaliação da burguesia moralista emergente, às apostas, aos vícios e à paixão exasperada. Mas, a reformulação da maneira de exercitar os corpos nas escolas procurou dobrar, transignificar a apropriação que se fazia dos passatempos populares, conferindo-os um novo veio que servisse de instrumento para uma forma de educação que disciplinarizasse, forjasse futuros homens preparados para enfrentar a nova ordem que o capitalismo impunha e, conseqüentemente, mantivessem a mesma elite dirigente no topo da pirâmide social.

Podemos dizer que nesse primeiro passo para a institucionalização do desporto, as práticas corporais passaram a servir como um dispositivo pedagógico-disciplinar que transportava a violência dirigida pelos alunos aos seus mestres e aos prédios, em direção aos próprios colegas. Uma forma de violência que diminuía em termos de brutalidade porque passava a ficar limitada ao espaço e às regras das práticas desportivas.

Foi também no plano das instituições escolares que aconteceu a cisão entre os jogos populares e os acontecimentos culturais que, até então, realizavam-se conjuntamente. Como assinala Bracht (1997), nas sociedades tradicionais, as práticas corporais estiveram sempre vinculadas a rituais religiosos, sagrados ou divinos. Observemos que os Jogos Olímpicos da Grécia Antiga eram considerados festivais sagrados, onde os atletas competiam para servir os deuses. Mesmo o calendário era sacro, na medida que os jogos ocorriam sempre por volta da segunda ou terceira lua cheia depois do solstício de verão – 22 de junho – e o último dia era dedicado às cerimônias religiosas. As modificações sócio-culturais impostas na Modernidade fizeram com que as práticas corporais ganhassem calendários próprios dissociados das festas religiosas e das colheitas e tornassem-se exercícios com fins em si mesmos.

²⁸ Um análise aprofundada da Revolução Industrial pode ser encontrada na obra de Eric J. Hobsbawm (1997b) intitulada *A era das revoluções: 1789-1848*.

A *segunda institucionalização* a permitir a constituição do desporto moderno aferida por Damo (1998), faz referência aos alunos formados nas *public schools*. Os *old boys* foram responsáveis pela criação das ligas desportivas e clubes, a partir de 1870.

Stigger (2000) aponta que a estratégia dos *old boys* buscava, de certa forma, agrupar através dos esportes amadores e da bagagem educacional, sujeitos que queriam se sobrepôr socialmente numa época em que os grupos viviam um aumento no equilíbrio de poder dentro da sociedade inglesa. A especialização no âmbito do trabalho e da produção aumentava a interdependência e, por conseguinte, o controle dos agrupamentos entre si. Foi nesse sentido que a classe média, na busca pela aproximação às classes abastadas, tomou o esporte e a educação como valores positivos e os fez entrarem em choque com fundamentos já desgastados como o nascimento, a propriedade, o parentesco, os casamentos, as redes de negócios e as redes de sociabilidade particular e política.

A fundação das ligas e dos clubes, serviu como mecanismo de coletivização de pessoas com situação, valores e ideais semelhantes. Grupo que, de um modo, buscava a afirmação de um modelo burguês singular de lazer e de vida e, de outro, demarcava sua distinção em relação às massas.

Consoante Hobsbawm (1997a), a necessidade, àquela altura, de estabelecer e fortificar um padrão burguês, por meio também dos clubes e das ligas esportivas, fazia referência ao desejo de salvaguardar a burguesia que via-se ameaçada em meio às profundas transformações decorrentes da industrialização, entre as quais, se destacavam o acelerado processo de urbanização, a facilitação do acesso à escola para uma extensa parcela da classe média e a conseqüente ascensão econômica e social de seus membros e, por fim, a emergência do proletariado enquanto classe.

Sobre o desejo da burguesia de distinguir-se das classes inferiores, Katia Rubio (2001) lembra que:

“A partir do Ato de Educação de 1870 foi estabelecido um acordo entre o Departamento de Educação e o Gabinete Militar para que sargentos ministrassem educação física nas escolas primárias. O modelo seguido foi o da ginástica sueca, gerando uma dualidade de sistemas na educação física inglesa: jogos organizados nas Escolas Públicas e ginástica nas Escolas Primárias, ou seja, nas primeiras tem-se a formação de líderes empreendedores e bons oficiais, e nas segundas bons operários e soldados, talhados na disciplina e nos efeitos fisiológicos do exercício sistemático.”

Se levarmos em consideração o momento e o lugar de instituição desta medida estatal que expõe uma diferenciação nas formas de exercitar o corpo entre filhos de burgueses e filhos de proletários, observaremos que ele não pode ser encarado como isolado, mas que fez parte de uma mudança na lógica de funcionamento do poder propriamente voltada à *governamentalidade*.

Foucault (1996, p. 288-289) propõe que só por meio da criação de uma ciência do governo, de uma economia política baseada na estatística dos fenômenos populacionais e não mais apenas familiares, é que se pôde isolar os problemas específicos da população fora do quadro jurídico da soberania. A família é deslocada da categoria de matriz para o bom governo e passa a ser investida como instrumento privilegiado com vistas ao governo da população. A partir do séc. XVIII, a população surge como última objetivação do governo e será assaltada por uma biopolítica materializada através de campanhas e técnicas, diretas e indiretas, que permitiram, por exemplo, sem que as pessoas percebessem, aumentar a taxa de natalidade ou dirigir os fluxos populacionais para uma região ou finalidade específica.

Desse modo, o *Ato de Educação de 1870* é uma medida que exprime a importância da disciplina. Porque governar a população não significava apenas controlar os fenômenos nos seus resultados globais, mas dar conta deles em suas filigranas, minuciosamente, em todo o lugar onde o poder pudesse ser exercido para garantir a sobrevivência do Estado. Como afirma Hobsbawm (1997a, p.273), “[...] a política no novo sentido do século XIX era, basicamente, uma política de dimensões nacionais. Em suma, para fins práticos, a sociedade (‘sociedade civil’) e o Estado em que ela funcionava tornaram-se cada vez mais inseparáveis.”

Neste sentido, a sobrevivência do Estado esteve vinculada também à institucionalização do desporto e da ginástica, cada um deles, técnicas disciplinares, efeitos de investimentos específicos do corpo que buscaram criar, em cada um dos grupos, burgueses e proletários, a consciência e a instrumentalização de seu próprio corpo e de sua função na sociedade capitalista.

Mas nós não podemos imaginar que as classes trabalhadoras tenham assumido uma posição de passividade, de acomodação frente aos movimentos da burguesia, ao contrário, a própria concorrência que se seguiu entre as ligas de futebol amador e as ligas de futebol profissional demonstra a situação de embate que as classes mais baixas obrigaram à burguesia. Enquanto os jogadores das equipes das ligas amadoras não tinham problemas para sustentar suas viagens e seus jogos com dinheiro próprio, os

jogadores das ligas profissionais recebiam pagamento em troca do tempo gasto e do trabalho realizado. Sobre essa questão, Damo (1998, p. 28) afirma:

“Em razão dessa orientação diferenciada, antagônica se pensada em termos de valor real e simbólico atribuído ao dinheiro, as ligas amadoras acabaram limitando drasticamente o número de clubes e praticantes. Em contrapartida, a tolerância em relação ao dinheiro ampliou rapidamente o número de clubes filiados às ligas profissionais, criando uma possibilidade concreta de ascensão econômica para atletas egressos do proletariado.”

Temos a impressão de que cada vez mais o dinheiro ganhava espaço para funcionar como um tipo de equivalente geral que se sobrepunha aos outros valores em jogo na busca por prestígio e ascensão social. A rapidez com que o futebol foi profissionalizado – mais cedo que o *rugby*, outro esporte proveniente das *public schools* – é um dos indícios de sua popularização tão maciça.

A profissionalização do futebol, de certa maneira, também forçou a sua democratização. Dizemos forçou porque a única forma da elite dirigente manter-se no controle da prática futebolística sem se deixar sucumbir completamente junto com os ideais de *fair-play* e de amadorismo foi migrar para a administração dos clubes e das ligas profissionais. Se antes o futebol para burgueses e proletários era disputado em campos de saberes e de poderes diferentes, sendo a mistura algo do qual as classes altas queriam se afastar, com o aumento da complexidade inter-relacional que o capitalismo fazia acontecer nas cidades em desenvolvimento, parece que a burguesia não teve outra alternativa senão o de acatar a pressão imposta pelas classes mais baixas – pelo grande contingente de jogadores e torcedores – e abraçar o dinheiro que brotava das ligas profissionais através de seu prestígio político de classe dirigente.

Requisitamos a problematização de algumas das assertivas de Damo (1998, p. 31) sobre a “democratização funcional” do futebol, a saber:

“A ‘democratização funcional’ do futebol pode ser vista como uma transformação de cima para baixo, atribuindo-se às elites o papel principal neste processo. Nesta versão, contudo, o futebol poderia ser interpretado como um engodo forjado pelas classes dominantes e repassado ao proletariado com o fim último de entretê-los, domesticá-los e desviá-los dos ‘reais’ problemas sociais. Assim sendo, a ‘mão invisível’ – talvez nem tão invisível assim – do *establishment*, teria, como contrapartida, a subserviência dos grupos com menor poder econômico e prestígio social. Nem uma coisa nem outra; o futebol não foi inventado pelas classes altas com fins espúrios, se é que se pode pensar em termos de finalidade, e tampouco foi assimilado passivamente pela ‘massa’. Pelo contrário, a presença das classes

trabalhadoras deu novos contornos ao fenômeno esportivo, especialmente ao futebol.”

Em primeiro lugar, pensamos que a democratização do futebol seja resultado de uma disputa de poder encampada cada vez com mais força pelo proletariado, disputa essa que culminou com a inevitável imersão e apropriação da classe nessa prática. Desse modo, podemos inverter a análise e apontar que o papel preponderante na democratização do futebol foi das classes trabalhadoras, mesmo que em última análise a diligência e organização das ligas e dos clubes tenha se mantido nas mãos da burguesia.

Em segundo lugar, de acordo com o nosso entendimento, o passatempo popular foi transnificado paulatinamente em futebol por motivos específicos, dentre eles, o de domesticar não só o proletariado, mas também as próprias classes dirigentes segundo uma prerrogativa de conservação do seu prestígio e do controle sobre as classes inferiores. Não podemos ser ingênuos e achar que os fenômenos emergem segundo uma perspectiva de gênese, que se dão porque se dão a despeito de uma análise do contexto ideológico, político, social e econômico em que acontecem.

Em terceiro lugar, se são os valores de expansão da vida que queremos afirmar, precisamos destacar a prática desportiva em si dos usos que foram feitos dela. Neste sentido, o uso do futebol como subterfúgio conservador pela burguesia, rebaixando os ideais de amadorismo e *fair-play* em favor da acumulação financeira para manter as classes trabalhadoras em posição subalterna, pode ser analisado também com um componente de “engodo” ou como portador de alguns “fins espúrios, se é que se pode pensar em termos de finalidade”. Dependendo de que lugar se olha e de que adjetivos se queira usar, mas com cuidado ao fazer contra-análises totalizadoras, relativizações que se pretendem múltiplas, mas que acabam caindo num certo essencialismo.

Por fim, o uso que os trabalhadores-atletas fizeram de seus corpos realmente promoveu modificações na vivência da prática desportiva, demonstrando, sob certo aspecto, a disposição em forçar a invenção de novas regras para o jogo, regras que os favorecessem na forma como se dava a disputa pela ascensão social na conjuntura européia do fim do séc. XIX. Bracht (1997, p. 11) traz um exemplo específico de que o processo de expansão do esporte:

“[...] nem sempre decorreu sem oposição ou resistência, como foi o caso da resistência do movimento ginástico da classe trabalhadora alemã na passagem do século [XX], que recusava-se a incluir em suas atividades (o Turnen) elementos considerados da cultura burguesa.”

O capitalismo, como mostramos até agora, desenvolveu-se no fim do séc. XVIII até o séc. XIX, socializando o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. Este apontamento, como Foucault (1996, p. 80) o apresenta, quer demonstrar que “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo.”

Podemos tratar o *Ato de Educação de 1870* em alinhamento à constatação de que somente depois da metade do séc. XIX é que se estabeleceu a problemática corporal, da saúde e do nível da força produtiva dos indivíduos. Quando Foucault (1996) analisa o nascimento da medicina social na Inglaterra do séc. XIX, ele afirma que por conta da Inglaterra ter sido o país em que o desenvolvimento industrial, e por conseqüência o desenvolvimento do proletariado, aconteceu mais rapidamente e pujantemente, a medicina precisou adquirir um caráter social, essencialmente de controle da saúde dos pobres para garantir a proteção das classes ricas.

Segundo Foucault (1996, p. 95): “Vê-se, claramente, a transposição, na legislação médica [*Lei dos pobres*], do grande problema político da burguesia nesta época: a que preço, em que condições e como assegurar sua segurança política”. Em 1875, começou a funcionar na Inglaterra o *health service*. Tal serviço veio somar-se à *Lei dos pobres* e atuar sobre o conjunto da população, controlando vacinas, registrando focos de epidemia, localizando áreas insalubres, mas ainda objetivando, em última análise, o controle das classes pobres.

Foucault (1996, p. 97) conclui:

“De maneira geral, pode-se dizer que, diferentemente da medicina urbana francesa e da medicina de Estado da Alemanha do século XVIII, aparece, no século XIX e sobretudo na Inglaterra, uma medicina que é essencialmente um controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas.”

Apoiamo-nos na obra de Foucault para clarificar o contexto mais geral do estabelecimento de uma sociedade capitalista de ideologia liberal que passou a fazer do corpo o meio de seu desenvolvimento nos sécs. XVIII e XIX. Quisemos mostrar como o sucesso econômico e as mudanças sociais processadas pelo liberalismo já estiveram ligadas à escolha pelo indivíduo, restringindo o convívio através dos laços de autoridade e de sociabilidade das comunidades antigas e alinhando novas maneiras de se relacionar lançando mão do liame financeiro.

Partimos do *Ato de Educação de 1870* instituído pelo Estado inglês, margeamos o cerne de discussão desta seção, a institucionalização do desporto, passando pela exigência de criação de uma nova economia política caracterizada como *governamentalidade* e chegando a exemplificar o caso do nascimento da medicina social inglesa, para citar algumas das formas de assalto, de disciplinarização dos corpos, que junto com as referentes à injunção do desporto, correspondem a técnicas de construção de um corpo social docilizado, preparado para desempenhar as funções requeridas pelo processo de produção capitalista.

Nossa impressão é a de que a institucionalização do desporto, aclaradas as suas especificidades, corresponda a um híbrido entre elementos oficiais, expressos por exemplo pelo *Ato de Educação de 1870*, e não oficiais, exemplificados pelo nascimento dos clubes e das ligas. No caso específico do esporte moderno, Hobsbawm (1997a) concebe as visadas rumo à sua instituição por meio de invenções oficiais como políticas nacionalistas originadas em estados ou movimentos sociais e políticos organizados. Tais políticas voltaram-se para criação de novos laços de coesão social, baseados no modelo britânico, querendo fazer frente aos modelos continentais aristocrático-militares mais velhos. Já, por elementos não-oficiais, o autor trata as invenções sociais criadas de forma mais instintiva por aqueles cujos objetivos eram traçar linhas de classe que isolassem as massas, mais especificamente, pela ênfase no amadorismo como regra do esporte das classes média e alta.

De todo modo, se o objetivo da classe média era ascender socialmente por conta da distinção e socialização conferidas pelo acesso à educação e ao esporte, no caso do futebol, inicialmente praticado pela classe média nas escolas secundárias, ele também foi absorvido pelo proletariado. Na medida em que o futebol foi proletarizado, foi também profissionalizado, o que fez sucumbir o ideal de amadorismo que, até então, permeava fortemente as práticas esportivas. Hobsbawm (1997a) usa a derrota dos *Old Etonians* para o *Bolton Olympic*, em 1883, como momento decisivo simbólico de que o futebol passava a fazer parte da vida das classes trabalhadoras e que, através dele, além da oportunidade de ganhos monetários extras, buscavam adquirir mais prestígio.

Os dois movimentos de institucionalização do desporto citados anteriormente são analisadores que anunciaram, assim como no caso da instituição da Psicologia enquanto disciplina interventora, uma ocasião histórica disruptora, o embrião localizado de uma apreensão característica sobre os corpos dos indivíduos com fins bastante específicos que viriam a se espalhar pelo mundo posteriormente.

A transformação dos passatempos populares em desportos normatizados com características competitivas, conformada em instituições disciplinares modernas – primeiro as escolas e depois os clubes – respondeu ao contexto geral da necessidade de formação de um novo tipo de homem liberal açambarcado pela imposição do capital de reproduzir-se e alastrar-se mundialmente desde a Inglaterra manufatureira.

Depois de expormos as contingências históricas do processo de institucionalização do desporto, cabe agora, esmiuçar as características impostas à própria prática desportiva a partir da modernidade.

O esporte foi se desenvolvendo dentro da cultura europeia até assumir algumas características que podemos resumir, denotando-as como básicas: competição, rendimento físico-técnico, *record*, racionalização e cientificação do treinamento (Bracht, 1997, p. 10). O fenômeno esportivo, a partir destas especificidades incrementadas dentro da conjuntura capitalista inglesa, se expandiu e se sobrepôs dentro do mundo da cultura corporal de movimento, tornando-se um fenômeno dominante. Em muitas ocasiões e locais houve confronto entre formas diferentes de práticas corporais, tendo ocorrido, em determinados deles, a adaptação à cultura corporal europeia.

Bracht (1997, p. 97) ainda ressalta que:

“[...] muitos dos elementos característicos da sociedade moderna, no caso capitalista industrial, vão ser incorporados e/ou estão presentes no esporte: orientação para o rendimento e a competição, a cientificação do treinamento, a organização burocrática, a especialização de papéis, a pedagogização e o nacionalismo – este último sendo central para a expansão do esporte promovida pelo movimento olímpico.”

O olimpismo teve um papel preponderante na instauração internacional do esporte moderno a partir do início do séc. XX. O esporte competitivo, desde aquela época, absorveu um caráter político refratário de exposição e afirmação do poderio humano das nações diante de outras nações.

Depois de termos tido cuidado em compreender e explicitar, tanto o surgimento da psicologia como domínio de conhecimento e de intervenção, como a institucionalização e a standardização do esporte de rendimento internacionalmente, ambos durante a Modernidade, a seguir, tentaremos exprimir alguns pontos de aderência entre os dois planos que permitem a existência de um domínio de saber e poder contíguo denominado Psicologia do Esporte. Junto com a caracterização histórica da organização da Psicologia do Esporte, trataremos de reunir em torno dela, quais

alinhaves mais gerais referentes às características sociais permitem a sua consolidação contemporaneamente.

4.3 - Os pontos de atração entre a Psicologia e o Esporte

De início, é importante esclarecermos que este segmento do trabalho não tem por pretensão constituir uma análise que englobe a crítica do fenômeno esportivo em sua totalidade. Nem achamos que essa seja uma pretensão viável.

Ao contrário, traçaremos uma linha desde um platô que nos é mais experimentado, o da Psicologia, para criar um sistema temporário, conjugado por alguns analisadores, que experimente a inscrição da Psicologia do Esporte no rol das disciplinas que possuem uma constante de formatação dos corpos através da subjetivação capitalística no ambiente do esporte de rendimento. Nosso intuito principal será o de esclarecer que a união entre a Psicologia e o Esporte, cada um deles embebido em especificidades disciplinares características da época moderna, vai gerar contemporaneamente, um instrumento de forja e atualização daquilo que, em um nível amplificado, Foucault (1997) e Deleuze (1992b) denominam *Sociedade de Controle*.

Para atingir tal objetivo podemos perguntar, por exemplo: Como nós, psicólogos, desempenhamos nossas atividades no plano das práticas desportivas? Quais valores são acionados por meio de nossas intervenções? Que mapa de constituição da Psicologia do Esporte podemos criar? Que tipo de corpos parecem ser produzidos por meio do desporto de rendimento?

Apesar de definições abrangentes e protetoras como “estudo científico de pessoas no contexto do esporte ou exercício” (WEINBERG & GOULD, 1995, p. 8), esclarecimento de “como a participação em atividades físicas e esportivas altera o desenvolvimento psicológico, o bem-estar e a saúde de atletas e não atletas” (AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, 1999) ou “disciplina que investiga as causas e os efeitos das ocorrências psíquicas que apresenta o ser humano antes, durante e após o exercício ou o esporte, sejam estes de cunho educativo, recreativo, competitivo ou reabilitador” (BECKER Jr., 2000, p. 19), é sintomático que quando autores brasileiros como Buriti (1997) e Rubio (2000, 2003) traçam a história da Psicologia do Esporte, pareça impossível desvincular o seu desenvolvimento de estudos e intervenções alinhados às prerrogativas de maximização do rendimento de atletas orientados para a alta performance.

Pensar a Psicologia do Esporte mais restritamente como “o campo de conhecimento responsável pela identificação e compreensão de teorias e técnicas psicológicas que, aplicadas ao esporte, têm o objetivo de maximizar o rendimento e o desenvolvimento pessoal do atleta” (WILLIAMS & STRAUB, 1991, p. 30) é muito mais congruente à história costumeiramente depreendida da citada disciplina. Vejamos se é possível clarificar a proposição de que a história da criação e da expansão da Psicologia do Esporte está, preferencialmente, ligada ao desejo de fazê-la um meio de produzir homens atrelados aos ideais de sucesso, vitória, produtividade, lucratividade, etc.

Buriti (1997) aponta que a primeira investigação em Psicologia do Esporte foi o trabalho produzido por Norman Triplett, psicólogo da Universidade de Indiana e aficionado por ciclismo. Ele, em 1895, estudou o motivo que levava os ciclistas que atuavam sozinhos a terem um rendimento inferior aos que pedalavam em duplas ou em grupos.

Rubio (2000) considera que, apesar do esporte ter passado a ser uma temática de estudo para a Psicologia daquela época, ele ainda não havia se tornado área específica do conhecimento. Para a autora, Coleman Griffith é o pai da Psicologia do Esporte nos Estados Unidos, celebrado por ter escrito dois livros – *Psicologia de técnicos* (1926) e *Psicologia de atletas* (1928) – e ter fundado o primeiro laboratório de Psicologia do Esporte na Universidade de Illinois em 1925, onde iniciou o primeiro curso na área. Inclusive, parece ter sido o próprio Griffith, o primeiro psicólogo contratado para intervir em uma equipe com a intenção de melhorar seu rendimento (BURITI, 1997).

Rubio (2003) cita que também foi na década de vinte que surgiram os primeiros artigos acadêmicos publicados na Rússia. Os trabalhos de Puni & Rudik coincidiram com a criação dos Institutos para Cultura Física de Moscou e Leningrado.

Buriti (1997, p. 15) destaca o estudo de Johnson datado de 1949 como um dos mais conhecidos entre as décadas de trinta e sessenta; “nele o autor comparava o estado emocional dos atletas nas situações pré e pós-competitiva. O esporte pesquisado foi o futebol americano.” Outro grupo de pesquisadores liderado por Henry e Ulrich, em 1953, começou a pesquisar a área do stress no rendimento dos atletas.

Nos anos cinquenta, Rubio (2003) assinala que o alargamento do programa espacial soviético fez com que os pesquisadores comesçassem a desenvolver programas de controle dos processos fisiológicos, utilizando, por exemplo, a ioga. Segundo a autora, os procedimentos desenvolvidos para o uso dos astronautas, a partir das décadas

de oitenta e noventa, passaram a ser largamente preconizados aos atletas pela Psicologia do Esporte. “Conhecido como treinamento de auto-regulação psicológica, esse conjunto de técnicas era utilizado no controle voluntário de funções corporais como batimento cardíaco, temperatura, tensão muscular, assim como para reações emocionais diante de situações ansiógenas” (RUBIO, 2003, p. 17)

A década de sessenta foi “um período caracterizado pelos estudos sobre personalidade, no qual se buscava desenvolver instrumentos de investigação fidedignos e compatíveis com o método científico que vinha ganhando espaço na psicologia de então” (RUBIO 2000, p. 19). Sobre a mesma época, tanto Buriti (1997) como Rubio (2000; 2003) grifam a importância da institucionalização da Psicologia do Esporte. O fato mais relevante foi a criação da Sociedade Internacional de Psicologia do Esporte (ISSP) em 1965. À formalização da ISSP, seguiram-se, em 1968, a elaboração da Sociedade Americana para a Psicologia do Esporte e Atividade Física (NASPSPA) e, ainda na mesma década, a fundação da Sociedade Canadense de Aprendizagem Psicomotora e Psicologia do Esporte (CSPLSP).

Achamos relevante destacar que o italiano Feruccio Antonelli, primeiro presidente da Sociedade Internacional de Psicologia do Esporte, disse, emblematicamente, que via o desenvolvimento da Psicologia do Esporte, já em 1965, como uma resposta à necessidade do mercado; ou seja, de nossa civilização (Thomas *apud* RUBIO, 2000). Perguntamos: a civilização se resume ao mercado?

No que se refere à década de setenta, buscando ainda o reconhecimento da Psicologia do Esporte como um campo particular, viu-se um grande incremento nas pesquisas básicas experimentais. A produção mais pujante, naquele momento, dizia respeito aos estudos sobre personalidade, adotando a perspectiva dos mecanismos internos reguladores da conduta. Não demorou muito para as pesquisas levarem em consideração os fatores ambientais e proporem o paradigma interacionista, que levava em consideração as variáveis sujeito e ambiente como meio de organização da personalidade (Rubio, 2000; 2003).

Consoante Rubio (2000; 2003), os anos oitenta refletem uma preocupação da Psicologia do Esporte em trabalhar com o enfoque cognitivista, com cuidado especial relativo às questões como a influência dos pensamentos e das representações mentais no desempenho dos atletas. A sugestão e as técnicas cognitivas transformaram-se em parte importante dos programas de treinamento, procurando, através do treinamento em se

imaginar triunfando, fazer o atleta chegar à vitória. Seguindo o enfoque cognitivista, multiplicaram-se os pontos de atuação da Psicologia do Esporte:

“[...] identificação de técnicas mais eficazes para aumentar a capacidade de aprendizagem e fomentar o desenvolvimento pessoal; descobrir formas de comunicação facilitadoras da relação técnico-equipe; estabelecer metas; determinar características psicológicas de execuções exitosas; desenvolver técnicas psicológicas de treinamento; identificar fatores psicológicos relevantes no trato pessoal com atletas que sofrem grande desgaste, lesões ou que estão encerrando a carreira.” (RUBIO, 2000, p. 18-19)

No que se refere ao caso brasileiro, a Psicologia do Esporte é um tema mais recente, tendo sido desenvolvido a partir da década de cinquenta. Rubio (2000) aponta o psicólogo João Carvalhaes como quem primeiro tenha trabalhado com a problemática. Ele trabalhou no São Paulo Futebol Clube por 19 anos e acabou integrando a comissão técnica da Seleção Brasileira de Futebol que foi campeã na Copa da Suécia, em 1958. João Carvalhaes, além de trabalhar diretamente com equipes esportivas de ponta, também se preocupou em fazer a Psicologia do Esporte brasileira avançar cientificamente. Ele esteve em Washington, por ocasião do II Congresso Internacional de Psicologia do Esporte, apresentando o estudo *Correlação entre o estado psicológico e o rendimento do atleta de futebol*.

Outro psicólogo mencionado por Rubio (2000) como importante para o andamento da Psicologia do Esporte no Brasil é Athayde Ribeiro da Silva, psicólogo que acompanhou a Seleção Brasileira de Futebol campeã da Copa de 1962, no Chile. Foi ele, em parceria com Emílio Mira, os que primeiro escreveram um livro brasileiro sobre a Psicologia do Esporte, *Futebol e psicologia*. Em 1965, Athayde Ribeiro da Silva produziu a obra intitulada *Psicologia esportiva e a preparação do atleta*, “no qual buscava ampliar a aplicação da psicologia a outras modalidades que não apenas o futebol” (RUBIO, 2000, p. 23).

Parece ter sido desde a década de setenta que a participação de psicólogos no esporte disseminou-se. João Serapião no Guarani Futebol Clube em 1971, Paulo Gaudêncio e Flavio Gikovate no Sport Club Corinthians, respectivamente em 1973 e 1982. Em 1976, com Mauro Lopes de Almeida, a Psicologia do Esporte passa a intervir em outras modalidades diferentes do futebol. Ele integrou o trabalho do Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa, em São Paulo (RUBIO, 2000). Em 1979 foi fundada a Sociedade Brasileira de Psicologia do Esporte (SOBRAPE).

Nos anos oitenta, a psicóloga Eliane Abdo Philippi é destacada por Rubio (2000), como personagem importante na expansão da Psicologia do Esporte, haja visto seu trabalho junto ao Centro de Preparação Psicológica do Esporte Clube Pinheiros, onde intervinham vários psicólogos nas muitas modalidades que o clube dispunha, promovendo tanto o psicodiagnóstico esportivo como o suporte psicológico.

Na década que seguiu, a de noventa, os profissionais destacados são: Regina Brandão, psicóloga participante da comissão técnica da Seleção Brasileira de Volleyball, medalha de ouro nas Olimpíadas de 1992; Dietmar Samulski, pela criação do primeiro laboratório brasileiro de Psicologia do Esporte na Universidade Federal de Minas Gerais; e o professor Olavo Feijó, responsável pela formação de muitos mestres e doutores junto à Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro (RUBIO, 2000).

Pelas análises da autora, é também na década de noventa que profissionais da Educação Física passam a contribuir mais amplamente, “tanto no que se refere ao alto rendimento como à iniciação esportiva, à recreação e ao lazer” (RUBIO, 2000, p. 25), conferindo o caráter interdisciplinar que permeia a Psicologia do Esporte. Junto dos psicólogos e dos estudiosos da Educação Física, a Psicologia do Esporte vem recebendo interferências dos domínios da sociologia, da antropologia, da pedagogia e da filosofia.

Pensamos que sejam várias as entradas possíveis para problematizar a história da psicologia como construída pelos autores supra-estudados. Nós escolheremos atravessar algumas delas, a saber: a tradição científica que perpassa a constituição e a utilização da Psicologia do Esporte; os indícios de que a forma como a Psicologia do Esporte é historicizada reverbera, arriscamos dizer, uma certa vontade de vitória entre os psicólogos do esporte que separaria os trabalhos importantes – merecedores de descrição – dos menos importantes – passíveis de esquecimento; as contingências de viabilidade que o contexto social capitalista do fim do séc. XIX permite fazer emergir uma disciplina como a Psicologia do Esporte; e, finalmente, propor que a Psicologia do Esporte, majoritariamente, assume uma função de especialismo técnico-científico cujo funcionamento está voltado para a adequação dos corpos à subjetivação capitalística, desde o viés de existencialização do esporte de alta performance.

Tematizando a tradição que embasa o modo de produção e utilização do conhecimento no âmbito da Psicologia do Esporte, esclarecemos que, a nosso ver, ela é inconciliável com a perspectiva fundamental que achamos dever nortear a produção científica: a expansão da vida. No capítulo desta dissertação que guarda a discussão sobre as estratégias de produção do conhecimento, procuramos esmiuçar com alguma

profundidade a necessidade que nos impomos de produzir uma derivação na forma como a ciência régia trata tanto a produção e a utilização dos saberes como o pensamento e o corpo. Procuraremos mostrar aqui que a Psicologia do Esporte tem como lastro filosófico e metodológico a corrente de pensamento metafísica criada por Platão, desenvolvida por Descartes e aperfeiçoada contemporaneamente pelos funcionalistas, sobretudo pelos fundadores e utilizadores do movimento behaviorista americano.

A matriz funcionalista confere à Psicologia um caráter instrumentalista para pensar os fenômenos mentais e comportamentais. Percepção, memória, pensamento, afetividade, motivação, aprendizagem, etc., são concebidos como processos orientados para a adaptação, conceito que sugere uma intencionalidade que pode ser consciente ou puramente objetiva, manifesta ou totalmente encoberta. Ao nível metodológico, a Psicologia de inspiração funcionalista se caracteriza através de tentativas de criar conhecimentos que integrem as análises funcionais, estruturais e genéticas (FIGUEIREDO, 1991).

Se até agora afirmamos a idéia de que a vida precisa ser operacionalizada como 'vontade de potência', isto é, que ela é expressa através do embate ininterrupto entre uma multiplicidade de forças que procuram sobrepujar umas às outras, criando configurações singulares, mas sempre em processualidade (NIETZSCHE, 1962), não há como favorecer uma perspectiva que a trata sob o signo da adaptação como o faz, tendencialmente, a Psicologia do Esporte.

Nossa assertiva que propõe a vinculação das práticas também em Psicologia do Esporte à referência do corpo a modelos de conduta apriorísticos, essencialistas e utilitaristas deve ser problematizada através de alguns vestígios insinuados pela própria história da disciplina.

Visadas como os estudos sobre a personalidade, a organização de laboratórios experimentais, a criação de técnicas de mensuração e de modificação dos comportamentos, a fixação pelo estabelecimento de metas como a de maximização do rendimento dos atletas, a utilização do psicodiagnóstico, entre outras, demonstram, claramente, a ligação da Psicologia do Esporte ao movimento da Psicologia Behaviorista, guardadas as devidas especificidades das suas correntes, ainda assim, mandatária contemporânea da metafísica platônica. As correntes que sustentam mais fortemente a Psicologia do Esporte, derivadas do Behaviorismo, como o Cognitivismo,

advogam a favor de um pretense equilíbrio natural dos processos psicológicos, negando o caos, movimento intrínseco ao de equilíbrio, como assim o pensa Prigogine²⁹.

Consoante Figueiredo (1991, p. 82):

“O movimento da psicologia behaviorista que se organizou nos EUA a partir do início do século XX representou a influência conjunta de várias tradições filosóficas e científicas. O positivismo se manifesta na condenação da pretensão em ir além do observável e da elaboração de leis empíricas; o pragmatismo é o reflexo filosófico do funcionalismo, na ênfase no caráter instrumental do conhecimento e na produção do conhecimento útil.”

Neste sentido, a Psicologia do Esporte, assim como outros âmbitos da ciência fundados pela racionalidade moderna, concebe a vida como um fenômeno que pode ser entendido pelo desvelamento das causas e pela criação de leis universais que a regulamentam e enrijecem. Tudo que ofender as regras e a rigidez das estruturas é considerado um erro, uma desordem no sistema que precisa ser corrigida. Se o trajeto da Psicologia do Esporte ruma geralmente para a obtenção do máximo rendimento entre os atletas, Angela Nobre de Andrade (2001, p. 165) vai apontar que, segundo a orientação das correntes derivadas do Behaviorismo, o papel do psicólogo passa a ser o de:

“[...] desenvolver um programa de atividades junto ao ‘indivíduo’, de modo a favorecer mudanças em seu comportamento, a fim de que ele se torne mais adequado ou integrado na sociedade. Trata-se de uma concepção de causalidade funcional que exerce uma grande influência em muitas práticas psicológicas contemporâneas.”

Se levarmos em consideração a infinidade de técnicas que os psicólogos do esporte tendem a utilizar, como as hipnóticas, as de ativação, as de controle da ansiedade, as de visualização das metas, todas elas funcionam sob duplo aspecto: em primeiro lugar, delimitam e subtraem determinada faculdade – concentração, pensamento, visão, etc. – ou determinado sintoma – estresse, cansaço, dor, angústia, etc. – da complexidade que o corpo abrange, como se fosse possível destacar qualquer uma delas sem interferir no funcionamento geral do psiquismo; o outro aspecto diz respeito à negação das singularidades específicas que cada corpo mostra necessitar produzir, pelo remetimento delas a um protocolo de comportamento ideal. Como mostra Figueiredo (1991, p.83), a aprendizagem do hábito é pensada como “um processo auto-regulado em

²⁹ Sugere-se a leitura da obra *O nascimento do tempo* (1988), escrita por Ilya Prigogine.

que o indivíduo aprende o que é útil para aliviá-lo da tensão produzida por um impulso biológico.”

De acordo com Andrade (2001, p. 170), as psicologias ditas científicas só se sustentam:

“[...] operando um recorte na existência, de modo a negar a processualidade aí imanente e impor um modelo referencial e transcendente para a conduta humana (na medida em que remete a imanência ‘a algo’). A proliferação de diferenças advinda do confronto permanente de forças, que aponta para o aspecto processual e transformador de qualquer configuração, é negada pela redução do psicológico a uma objetividade explicável pelo nosso pensamento representacional.”

O que pretendemos é produzir um deslocamento do debate epistemológico, marcando a relevância do debate ético, também junto à Psicologia do Esporte. Só assim encamparemos a tarefa de transformar o sujeito dirigido pelo saber racional do pensamento da representação em sujeito ético, aberto para as suas próprias afetações, para a afirmação do devir. Ressaltamos a noção de que se a psicologia trabalha sobre o que inviabiliza a unidade do eu, mas para isso ainda acaba por utilizar teorias que capturam as disrupções a partir de uma lógica identitária, demanda-se expor que qualquer modelo indicador do sentido da vida é uma ilusão totalizante.

Centrando agora as análises na forma com a história da Psicologia do Esporte é produzida, apoiados na leitura que Paul Veyne (1998) faz da maneira como Foucault pensa o trabalho do historiador, tentaremos desviar a problematização da disciplina da pressuposição de que haja um alvo, uma causa, uma ideologia ou um objeto específico a ser atingido. Trabalharemos com os discursos e as práticas engendrados pelos historiadores da Psicologia do Esporte, atos esses que determinam os objetos de estudo e não o inverso. Não são os objetos que determinam as práticas, eles são correlatos das condutas.

Portanto, exporemos que os psicólogos que tratam de escrever a história da Psicologia do Esporte, apesar de a definirem sob uma perspectiva múltipla, voltada para o desenvolvimento do bem-estar e a saúde de atletas e não atletas, a descrevem a partir de um modelo que privilegia o sucesso, a vitória e o rendimento, sem imaginar que tal descrição poderia ser diferente: fazem o que lhes “parece evidente, sendo as coisas o que são” (VEYNE, 1998, p. 250). Tratar-se-á de observar com cuidado o que é dito. Parece não ser à toa que em nenhum momento termos podido ler, dentro dos artigos estudados, descrições de trabalhos não orientados para o alto rendimento.

Como pode ser observado na forma como é disponibilizada a história da Psicologia do Esporte, desde a primeira investigação em Psicologia do Esporte produzida por Triplett em 1895 (BURITI, 1997), até chegar-se ao estudo da Psicologia do Esporte brasileira da década de noventa em que é tomado como feito qualificativo para a disciplina a participação da psicóloga Regina Brandão junto à obtenção da medalha de ouro nos Jogos Olímpicos de Barcelona pela Seleção Brasileira de Voleibol (RUBIO, 2000), a Psicologia do Esporte é a todo momento referenciada como campo de saber e práticas voltado e valorizado para o desempenho nos esportes competitivos de alto rendimento.

Concordando com Guattari e Rolnik (1999), sabendo que todas as pessoas – inclusive, psicólogos, pesquisadores, educadores, e etc. – atuam na produção de subjetividade, precisamos interpelar todos os sujeitos cuja a profissão consista em se interessar pelo discurso do outro. Estes se encontram numa encruzilhada política e micropolítica fundamental. Ou vão fazer o jogo dessa reprodução de modelos que não nos permitem criar saídas para os processos de singularização, ou, ao contrário, vão estar trabalhando para o funcionamento desses processos na medida de suas possibilidades e dos agenciamentos que consigam pôr para funcionar.

Perceba que não se trata de demonizar as obras de Buriti (1997) e Rubio (2000; 2003), já que não é nosso interesse personalizar as críticas que estamos fazendo, fixá-las em um ou outro sujeito, mas sim de promover uma avaliação de certas práticas que fazem a história da Psicologia do Esporte ser descrita como é. Ambos autores, gostaríamos de clarificar, expõem, através dos livros que organizaram, um perspectivismo crítico que insinua a necessidade de fazermos a Psicologia do Esporte preocupar-se e desdobrar-se em direção a formas de atuação para além das atreladas ao esporte de rendimento. Um movimento que a própria autora afere ganhar força a partir da década de noventa no Brasil, coroando o caráter interdisciplinar que a disciplina assume (RUBIO, 2000).

Mas este intento não pode efetivamente ser produzido sem considerarmos o paradoxo instaurado que é aferir a qualidade dos trabalhos realizados por meio de uma perspectiva de valorização das conquistas nos desportos competitivos a que tais trabalhos estiveram vinculados, deixando de mencionar uma série de outros trabalhos que existem e apontam para a Psicologia do Esporte que queremos construir.

Escolher historicizar a Psicologia do Esporte a partir de uma perspectiva que revela e privilegia a ‘vontade de vitória’ é o que também reforça, produz uma Psicologia

do Esporte e uma vivência das práticas esportivas permeada pelo modo de subjetivação capitalístico.

Urge escrevermos outra história da Psicologia do Esporte que não esteja, obrigatoriamente, vinculada ao amplo drapeado dissimulado pelo modo de subjetivação capitalístico, mas que afirme as bordas, as fissuras que outras práticas reais que irrompem e irromperão a delimitação capitalística dão a ver.

Ainda não será aqui que conseguiremos reverberar os vestígios de luta que oficializem uma história da Psicologia do Esporte não-oficial. Infelizmente este trabalho ficará para um outro momento.

Se temos procurado pensar a história não a partir de uma perspectiva arborescente, linear, portadora de correspondências causais, mas sim a partir de uma perspectiva rizomática³⁰, ter entrado pelo meio, pela Psicologia do Esporte, para produzir análises sobre a forma como o esporte é vivenciado contemporaneamente, nos permitirá tentar, a partir de já, atingir algumas relações da disciplina com as condições de possibilidade que permitiram sua emergência e consolidação. Gastemos algumas páginas esclarecendo alguns elementos importantes que cobram a transformação da Sociedade Disciplinar em Sociedade de Controle, para depois, reinserirmos o debate sobre o esporte de rendimento e sobre a Psicologia do Esporte com mais propriedade, imerso neste contexto. Como quando jogamos uma pedra na água e acompanhamos

³⁰ A imagem-conceito rizoma não se opõe à forma hegemônica de pensamento fundado na razão. O movimento, a nosso ver, é de outra natureza, isto é, aponta para o alastramento, a subversão do pensamento representacional. Assim, encarnando este extrapolar estético dos modos de encarar e produzir a vida, damos conta do que Deleuze e Guattari (1995b) denominam Pensamento da Diferença. A tecnologia rizomática do pensamento acata a unicidade, apenas, e na medida em que o único é subtraído da multiplicidade (produzir a n-1). Os autores a pensam levando alguns princípios em consideração: Da conexão – Os pontos do rizoma, diferentemente dos da árvore que mantém ordenação e hierarquia vertical, podem e devem ser intercomunicáveis; Da heterogeneidade – As conexões presumíveis não entrelaçam apenas elementos da mesma natureza, ao contrário, promovem o engendramento de regimes de signos e não-signos diversos para além da primazia psicanalítica pela sexualidade. Há espaço para matizes humanos, animais, vegetais, econômicos, ideológicos, sexuais, etc., e todo o tipo de devires; Da multiplicidade – A configuração do rizoma é horizontal e plana, já que as multiplicidades preenchem todas as suas dimensões. O plano de consistência das multiplicidades, de dimensão crescente segundo o número de conexões estabelecidas, define-se e transforma-se por meio das linhas de fuga que permitem às multiplicidades mudarem de natureza ao se conectarem a outras multiplicidades; Da ruptura a-significante – Ao rizoma é imanente a possibilidade de ao ser rompido em alguma de suas conexões retomar o contato por uma ou outra de suas linhas. Os movimentos de singularização que desmantelam linhas segmentares, duras, consistem em rupturas na estrutura do rizoma, rupturas tais que ainda fazem parte dele; Da cartografia – A cartografia faz parte do rizoma, já que é produzida em ancoragem à experimentação do real, é conectável em todos os âmbitos e é passível de todo tipo de transformação. Não há espaço na cartografia para apriorismos ou fatalismos; Da decalcomania – A idéia do decalque fundamenta-se na necessidade de refutarmos qualquer vinculação do rizoma a modelos estruturais ou gerativos. O decalque é a sobre-codificação de uma matriz e não errância, intempestividade ou transformação.

visualmente, desde o ponto de contato, as marolas circulares que se ampliam. Veyne (1998, p. 259) aponta:

“Substituamos, pois, esta filosofia do objeto tomado como fim ou como causa por uma filosofia da relação e encaremos o problema pelo meio, pela prática ou pelo discurso. Esta prática lança as objetivações que lhe correspondem e se fundamenta nas realidades do momento, quer dizer, nas objetivações das práticas vizinhas. Ou, melhor dizendo, preenche ativamente o vazio que essas práticas deixam, atualiza as virtualidades que estão prefiguradas no molde[...]”

Durante as duas seções anteriores deste capítulo avaliamos em que medida tanto o aparecimento da Psicologia como a transformação das práticas corporais em esportes estiveram ligadas ao contexto europeu, mais especificamente da Inglaterra da época moderna. Também procuramos demonstrar que naquela época, problematizada por Foucault (1996; 1997) como a da emergência de uma Sociedade Disciplinar, os dois campos de saberes e práticas – Psicologia e Esporte – guardaram relação com a produção em série de corpos docilizados. As técnicas de disciplinarização, ao que percebemos, objetivaram a constituição de indivíduos voltados para a manutenção e desenvolvimento do capitalismo que se expandia após a Revolução Industrial.

Se, na modernidade, o capitalismo possuiu a Inglaterra como maior expoente, depois da Segunda Guerra Mundial, em meados do séc. XX, são os EUA que assumem um papel preponderante no desenvolvimento do modelo capitalista. E se a Psicologia do Esporte assume as características do movimento behaviorista americano, nascido no início do séc. XX e bastante vivo até hoje, através do cognitivismo, por exemplo, será muito difícil propor que a atividade da Psicologia do Esporte, engendrada no fim do séc. XIX e disseminada com grande força através do EUA, não tenha relação com o desejo de produzir corpos e modos de viver que garantam a sobrevivência do capitalismo contemporâneo.

Passaremos, desse modo, a considerar quais as especificidades que o modelo de subjetivação capitalístico passa a comportar e promulgar, também através da Psicologia do Esporte, desde a proximidade dos anos cinqüenta, tendo passado a configurar o que Foucault (1997) e Deleuze (1992b) trataram como uma *Sociedade de Controle*.

O conceito Sociedade de Controle foi cunhado por Foucault (1997) para assinalar o momento em que a lógica disciplinar desdobra-se para além dos muros dos estabelecimentos de confinamento.

Já trouxemos a proposição de que o panóptico serviu como emblema e apogeu da Sociedade Disciplinar porque deslocava, desindividualizava o exercício do poder, e,

consequentemente a produção de subjetividade de um sensor. É, justamente, neste sentido que ele também é o signo do prenúncio de uma nova estratégia de produção de subjetividades. Com o advento da Sociedade de Controle, sua especificidade de ‘ver sem ser visto’ vai ser alastrada por todo o plano social, tendo a “pura função de impor uma tarefa ou um comportamento quaisquer a uma multiplicidade quaisquer de indivíduos” (Deleuze, 1998, p. 80), respondendo às novas demandas capitalísticas de transformar os métodos disciplinares em “processos flexíveis de controle” (Foucault, 1997, p. 174).

“O mero controle dos corpos distribuídos no espaço e ordenados no tempo não se revelava mais suficiente para atender à demanda de um aumento na produtividade. Era preciso que este controle não dependesse mais exclusivamente de mecanismos externos (a linha de montagem ou o relógio-ponto, por exemplo), mas passasse a ser exercido de uma forma mais imaterial” (SILVA, 2000, p. 50).

Se dermos um passo atrás para pensar como se deu a passagem da Sociedade Disciplinar para a Sociedade de Controle, podemos aferir que, a partir do estabelecimento do *New Deal* nos EUA, após a Primeira Guerra Mundial, promoveu-se uma reforma no capitalismo. Como apontam Michael Hardt e Antonio Negri (2001, p. 264), “O *New Deal* produziu a mais alta forma de governo disciplinar.” Isto porque a característica da Sociedade Disciplinar é a de que, em todas as suas reentrâncias, esteja subordinada por um lado pelo Estado e por outro pelo capital, mas com uma tendência, como veremos adiante, a ser dirigida pelos fundamentos da produção capitalista.

Após a Segunda Grande Guerra, devido à crise dos imperialismos europeus, o *New Deal* acabou sendo mundializado, absorvido como um novo modelo político e econômico a ser seguido. Hardt e Negri (2001, p. 265) afirmam que:

“[...] tinha surgido o Estado disciplinar global, que levou em conta mais ampla e profundamente os ciclos de vida das populações, ordenando sua produção e reprodução dentro de um esquema de pechincha coletiva estabelecido por um regime monetário estável. Com a extensão da hegemonia americana, o dólar, tornou-se rei. [...] o estabelecimento da hegemonia do dólar (pelos acordos de *Bretton Woods*) vinculou-se à estabilidade de todos os padrões de valor; e o poder militar americano determinou o exercício definitivo da soberania com relação a cada um dos países capitalistas dominantes e subordinados.”

O *New Deal* sobreviveu como modelo robusto da expansão capitalista até a década de sessenta, quando parecia não haver mais exterior para o capital internalizar. As lutas operárias nos EUA, na Europa e no Japão fizeram crescer os custos da

estabilização e do reformismo, e as lutas antiimperialistas e anticapitalistas nos países subordinados – maio de 1968; vitória militar vietnamita contra os EUA – começaram a comprometer a maximização da lucratividade.

Quando o modelo disciplinar atingiu o seu limite, não havendo possibilidade de subordinação de outros mercados ao capitalismo, precisou-se transformar as relações sociais e as relações de produção rumo a uma nova forma de controle.

Neste sentido, o que se fez necessário, na década de setenta, foi passar a pensar o capitalismo em termos de intensificação. Se em termos de extensão a internalização de novos mercados complicou-se, o cerne do desenvolvimentismo capitalista foi reorientado para a abolição da dicotomia territorial do dentro e do fora. O capital, a partir de então, sofre um processo de modificação qualitativa, intensificando técnicas de subordinação desde dentro dos espaços já colonizados. Como afirma Silva (2000, p. 51),

“O controle doravante deverá se exercer através de formas cada vez mais sutis de assujeitamento, moldando nossos corpos não apenas do *exterior*, ou seja, em função das marcas deixadas por um vetor estritamente espacial, mas, sobretudo, do *interior*, através de uma homogeneização dos nossos modos de pensar, agir e sentir.”

Em linhas gerais, passamos a ver a passagem da época de modernização, marcada pela industrialização, para a época da pós-modernização econômica, marcada pela informatização da economia e pela elevada importância dos fluxos e redes de produção, o que implicou uma nova maneira de tornar-se humano, caracterizada pelo trabalho imaterial³¹ e pelo espetáculo.

A contingência de manutenção do projeto capitalista contemporâneo parece fundar-se na hibridação de papéis a que os sujeitos passam a estar submetidos. Se por um lado o sujeito político deva ser efêmero e passivo, por outro o agente da produção e do consumo deve ser presente e ativo. (HARDT e NEGRI, 2001)

Tendo até agora centrado as análises na forma como a Sociedade de Controle pôde se configurar em termos políticos e econômicos, passaremos a problematizar as

³¹ Conforme Hardt e Negri (2001), Robert Reich chama o trabalho imaterial envolvido no trabalho de informática e comunicação de serviços simbólico-analíticos, tarefa que envolve a resolução de problemas, a identificação de problemas e atividades estratégicas de intermediação. Este tipo de trabalho reivindica o mais alto valor, portanto é identificado como chave para a competição na nova economia global. Segundo os autores (p. 313-314), o modelo do computador, pode, pois, explicar apenas um lado do trabalho comunicacional e imaterial envolvido na produção de serviços. A outra face do trabalho imaterial é o trabalho afetivo do contato e interação humanos. Serviços de saúde, por exemplo, baseiam-se essencialmente em cuidados e em trabalho afetivo, e a indústria do entretenimento está, da mesma forma, centrada na criação e manipulação de afeto. Esse trabalho é imaterial, mesmo quando físico e afetivo, no sentido de que seus produtos são intangíveis, um sentimento de conforto, bem-estar, satisfação, excitação ou paixão.

características que o novo modo de subjetivação capitalístico cobra dos sujeitos no embate entre duas necessidades, a saber, a de manter-se subjugado pela ordem estabelecida e a de ser um operador singular de produção e consumo dentro do sistema.

Hardt e Negri (2001) são brilhantes ao explicitarem que a aparente abertura para a luta interposta por uma possível nova forma de apropriação da produção de subjetividade já é, subitamente, manipulada do alto. Para desenvolver essa idéia os autores fazem uso de uma obra visionária – escrita nos anos sessenta – que responde a questão transbordando de atualidade. Estamos falando da *Sociedade do espetáculo*, escrita por Guy Debord.

Debord (1972), quando descreve a sociedade atual, mostra que ela presume uma inversão do real, já que a realidade vivida é materialmente invadida pela contemplação do espetáculo que retoma em si a ordem espetacular a qual adere de forma positiva.

Podemos depreender daí que o espetáculo – também pelas mãos da mídia – assume a responsabilidade de salpicar uma nova maneira de modelizar as formas de ação e de pensamento pelo esvaziamento do domínio público, local do debate político coletivo.

Conforme Silva (2000, p. 55) a sobreposição da Sociedade de Controle atualiza não somente a disciplinarização dos corpos, “mas sobretudo os investimentos do desejo no campo social.” A nova modalidade de exercício do poder e de produção da subjetividade promove “um processo crescente de individualização da subjetividade (forjando a idéia de uma subjetividade privatizada), produzindo, ao mesmo tempo, uma progressiva modelização e uma homogeneização de toda a experiência subjetiva.”

Vejamos se é possível ir mais além. Estamos querendo expor a resolução da contradição que o capitalismo instaura na passagem da Sociedade Disciplinar para a Sociedade de Controle. Se na primeira configuração o capital multiplicou-se entrelaçado “na soberania e no apoio de seus instrumentos de direito e de força” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 349), na passagem para a Sociedade de Controle, a tendência do capital não é mais tanto a de buscar estender a abrangência dos seus fluxos, mas a de querer intensificá-los pelo enfraquecimento dos Estados e o apagamento de suas fronteiras.

A fruição do capitalismo, até então, comprometida pelo decaimento da possibilidade de aquisição de mercados para o seu alastramento, transforma-se comprometendo a transcendência dos Estados modernos. As fronteiras e especificidades territoriais, marca da Sociedade Disciplinar, tendem a desaparecer em favor da

realização da imanência do capital. Deleuze e Guattari *apud* Hardt e Negri (2001, p. 349) inferem que

“[...] os mecanismos de soberania moderna – os processos de codificação, supercodificação e recodificação sobre um terreno social limitado e segmentado – são progressivamente substituídos por um axiomático, ou seja, um conjunto de equações e relações que determina e combina variáveis e coeficientes imediatamente e de maneira idêntica através dos diversos terrenos sem referência a definições ou termos anteriores e fixos.”

O abatimento do *Well Fare State*, no Brasil, representado, por exemplo, pela atual proposta de reforma da previdência encampada pelo governo do PT ou a privatização de empresas e bens estatais desde a era Fernando Henrique Cardoso, são eventos que exprimem as novas necessidades do capital. No âmbito da relação entre os países, os fluxos do capital passam a movimentar-se de forma mais especulativa, flexível e modulada com a proposta de supressão das barreiras alfandegárias, com o dólar como equivalente geral do equivalente geral que é a moeda, com o estabelecimento de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial, para desenvolver políticas financeiras, etc.

Como afirma Robert Blanché (1962, p. 30-31) sobre os postulados da axiomática do capital,

“[...] são proposições que podem ser verdadeiras ou falsas pois contêm variáveis relativamente determinadas. Só quando atribuímos valores particulares a essas variáveis, ou, em outras palavras, quando as substituímos por constantes, os postulados se tornam proposições, verdadeiras ou falsas, conforme as constantes escolhidas.”

Num nível abaixo ao dos Estados, as instituições sociais disciplinares que observamos anteriormente, como a escola, o hospital, a fábrica, a família, o clube, etc., também passam por uma crise generalizada. Na modernidade, as instituições forneciam um lugar reservado para a o engendramento da subjetividade, formando o indivíduo linearmente a partir de lógicas e papéis especificados por cada uma delas. A relação entre o dentro da instituição e o fora dela era central porque o campo protegido de cada instituição se desdobrava na identidade e na fixidez das subjetividades formatadas.

Com o surgimento da Sociedade de Controle, as subjetividades vão continuar sendo fabricadas socialmente através de variadas instituições, mas a novidade é que, devido ao tombamento dos seus muros, as lógicas operativas específicas de constituição

da subjetividade vão transbordar e se misturar por todo o campo social. Aqui, voltar a pensar em termos de dentro e fora também deixa de fazer sentido.

Mas é preciso que atentemos que a derrocada dos muros das instituições disciplinares não aponta para a produção de territórios existenciais desvinculados das prerrogativas capitalistas, ao contrário, como afirma Hardt (2000), demonstra a privatização dos espaços públicos como jamais visto, o que aponta, justamente, para a realização do que em termos ideais seria a vocação do capitalismo, englobar e dominar o planeta inteiro.

Se a vocação imanente ao funcionamento do capitalismo é produzir cada vez mais consumo e sobre-lucro, “as zonas de eficácia do exercício da disciplina, entretanto, mantêm-se de certa maneira separadas das forças sociais produzidas e organizadas. Elas são, na realidade, uma instância de soberania, ou, antes, uma instância de mediação com a soberania” (HARDT E NEGRI, 2001, p. 351) que precisa tornar-se menos estriada, mais lisa, para que a imanência do capital se aprimore, flua e construa as redes da sociedade de controle.

Mas não devemos pensar que, com a horizontalização dos fluxos e da subjetivação capitalística, novidade implícita à Sociedade de Controle, os dispositivos disciplinares são abandonados porque perdem a função. O surgimento de uma Sociedade de Controle não implica, de forma alguma, o fim da disciplina. O que acontece é o chamamento para a autodisciplina entre os sujeitos, uma forma de disciplina também imanente, agora estendida para dentro das próprias subjetividades.

A mudança advinda junto ao colapso das instituições está para a espacialização da lógica disciplinar no ambiente da sociedade, uma espacialização que produz o embaralhamento das matrizes subjetivas, impedindo a observação de quais delas os sujeitos possam estar realizando. Como demonstra Claudia Neves (1997), na Sociedade de Controle, os modelos de moldagem ficam impedidos de serem identificados.

“A disciplina carcerária, a disciplina escolar, a disciplina da fábrica e assim por diante entrelaçam-se numa produção híbrida de subjetividade. De fato, na transição para a sociedade de controle, os elementos de transcendência da sociedade disciplinar declinam enquanto os aspectos imanentes são acentuados e generalizados. [...] A produção imanente de subjetividade na sociedade de controle corresponde à lógica axiomática do capital, e sua semelhança indica uma nova e mais completa compatibilidade entre soberania e capital. (HARDT e NEGRI, 2001, p. 352-353)

Conseguimos chegar ao ponto referente ao estabelecimento da Sociedade de Controle que mais nos interessa entender, a saber, a nova forma de construção das

subjetividades, mais moduláveis e flexíveis, híbridas e não identitárias. Se as técnicas disciplinares da modernidade forjavam várias identidades separadas para cada indivíduo, filho na família, aluno na escola, doente no hospital, atleta no clube, etc., as técnicas de controle fazem essas identidades misturarem-se porque os ambientes disciplinares perdem sua definição e delimitação.

A decorrência principal desse processo é nos identificarmos com os papéis sociais também fora dos estabelecimentos disciplinares. A necessidade de cumprir o prazo estipulado para a defesa da dissertação, por exemplo – catártico –, tem me feito ser aluno durante o tempo em que estou acordado e o que estou dormindo porque não sonho com outra coisa. O convite para conhecer o Pampa Gaúcho no feriado da Páscoa não pôde ser aceito. No caso do esporte competitivo, para citar outro exemplo, o ex-jogador da Seleção Brasileira de Futebol, Casagrande, contou-me que é comum entre os atletas que buscam o melhor rendimento extrapolar a carga de treinamento, conseqüentemente as próprias possibilidades do corpo, produzindo lesões. Foi o que aconteceu com ele quando foi jogar na Itália. Hoje em dia, trabalhadores que levam trabalho para a casa, inclusive para ser realizado nos fins de semana, são valorizados porque ‘fazem mais do que são obrigados’. Ou será que já não nos obrigamos a fazer sempre mais, melhor e de forma mais rápida que o outro?

A obrigatoriedade autoimpingida de extenuar-se, física e psicologicamente, sendo aluno dentro do ambiente familiar, trabalhador dentro do espaço de iniciação esportiva ou super-atleta no trabalho, filho obediente dentro do hospital, sempre da melhor e mais produtiva forma possível, é o que corresponde a uma das especificidades da vida contemporânea.

“A sociedade de controle, por paradoxal que possa parecer, produz desterritorialização contínua e subjetivações serializadas e homogeneizadoras. Cria a necessidade de acompanhamento contínuo das últimas novidades tecnológicas, de busca de imagens de competência, de roupas de *griffe*, do carro da moda, da leitura do livro mais recente..., laminando os sujeitos no campo da falta, da desqualificação e segregação cotidianas. Produz subjetividades solitárias, cada vez mais voltadas para dentro de si, magnetizadas com suas imagens nos espelhos fornecidos pelo capital. Subjetividades, estas, que retiram os homens da história, circunscrevendo seu conhecimento ‘a seu interior’, ‘à busca de si mesmo’ e têm como um dos seus efeitos a produção de distância, paralisia e individualização.” (NEVES, 1997, p. 89-90)

“O controle contínuo substituiu o exame” (DELEUZE, 1992b, p. 221), impondo, por exemplo, à educação – inclusive superior, pela Gratificação de Estímulo à Docência

(GED) – as prerrogativas empresariais de produtividade e lucratividade do salário por mérito.

Os papéis sociais são variados e atualizados de forma independente de onde se está, ou melhor, se é tudo que se precisa ser em todos os lugares que se precisa estar. Não é por acaso que os dramas psíquicos de hoje em dia estejam vinculados à depressão, ao *burnout* e à síndrome do pânico, quadros que esclarecem que o corpo não agüenta mais.

Suspeitamos que, de certo modo, o corpo não agüenta mais porque a afirmação das singularidades, do devir, sofre novas formas de precarização na Sociedade de Controle. Os indícios para uma afirmação como essa podem ser problematizados se considerarmos que, cada vez mais, as linhas, os vetores de aprisionamento capitalístico não estão mais situados apenas em espaços disciplinares. Aos estabelecimentos disciplinares modernos ainda se opunham, fora deles, zonas de produção de subjetividade mais indeterminadas. A contemporânea multiplicação de papéis e confusão entre os ambientes de exercício deles empurram os corpos a protegerem-se, fecharem-se diante da enormidade de estímulos e performances ideais, aderindo às tipificações idealizadas.

A aderência também “a céu aberto” a referenciais idealizados complica o acolhimento do sofrimento mobilizador para a produção de diferenças frente ao inusitado. O envelopamento do corpo, sua desconexão de si mesmo, entra em choque com a potência de resistir própria do corpo, tentada a inviabilização de “ter uma alma-sujeito, não necessariamente a nossa, que age nosso corpo e o submete às suas formas” (LAPOUJADE, 2002, p. 89).

Tendo proposto então, que o corpo tende, contemporaneamente, para além do que lhe é submetido do exterior – adestramento disciplinar – a não agüentar mais também o que lhe submete por dentro – controle – pela individualização da subjetividade por meio do entravamento da sua potência, reinseriremos a discussão sobre a Psicologia do Esporte, afirmando que esta disciplina assume as características de um especialismo técnico-científico.

Como procuramos demonstrar, as formas disciplinares de constituição da subjetividade continuam ativas, apesar de em crise, agora, fluidificando suas práticas e produzindo a hibridação de papéis por todo o meio social.

Neste sentido, considerar a Psicologia do Esporte um especialismo técnico-científico, remete os seus saberes e práticas, em primeiro lugar, a uma discussão sobre a

divisão social do trabalho, já há algum tempo, fenômeno comum à sociedade. A divisão social do trabalho, grosso modo, significa a fragmentação do processo de produção dos bens pela especialização de tarefas, segundo Cecília Coimbra (1990), um método de dominação coroado pelo surgimento das fábricas “que tiraram do operário o que ainda lhe restava: a liberdade de escolher as horas e a intensidade de seu trabalho. Instaura-se um maior controle do processo de produção pelos capitalistas e aos operários fica a ‘escolha’ de trabalhar nas condições que lhes eram apresentadas ou não trabalhar” (p. 10).

Tal processo faz aparecer, pela primeira vez, o corpo técnico, que, conforme André Gorz (1980, p. 15), é

“[...] um pessoal que tecnicamente, a fábrica poderia dispensar, mas cuja função política consiste em perpetuar a dependência dos operários, sua subordinação, sua separação dos meios e do processo de produção. A função da hierarquia na fábrica, em última análise, é subtrair ao controle operário as condições e as modalidades do funcionamento das máquinas, tornando a função de controle uma função separada.”

Isto posto, pensamos que uma analogia dos processos disciplinares fabris, isto é, mais especificamente, da divisão social no campo do trabalho à divisão social no âmbito do esporte, não é difícil de pensar. Treinadores, preparadores físicos, professores de educação física e psicólogos atualizam, por exemplo, a separação entre o trabalho manual – dos atletas – e o trabalho intelectual – dos especialistas que, por sua vez, tomam a “ciência como uma força a serviço do capital” (MARX *apud* COIMBRA, 1990, p. 11).

No plano que nos propusemos a analisar, o da Psicologia do Esporte, a aplicação política dos conhecimentos produzidos pelo corpo técnico dos psicólogos, como veremos a seguir, tenta impedir os atletas de atualizarem os seus próprios saberes sobre a prática que desenvolvem. A decorrência direta disso é a impossibilidade forjada no que se refere a determinação da utilização dos conhecimentos e, contingencialmente, da sua própria atividade.

Usando o futebol como exemplo, cito o “Manual do Atleta” do Clube de Regatas Flamengo (LACERDA, Adriana, 2002), elaborado pelas equipes de Psicologia e Serviço Social do clube, para governar as atividades dos atletas amadores. Ele contém uma série de normatizações que provocam os jovens atletas a se referirem a um quadro ideal de comportamento que atravessa o plano da prática desportiva e reverbera para todo o campo de relações e manifestações sociais que possam se estabelecer. Tal

manual exemplifica uma estratégia voltada para a diminuição da potência política do corpo.

O artigo 6º estabelece a necessidade de conformação do atleta com as normas do clube, respeito a uma hierarquia de comando dura e adoção da postura consonante com a “imagem digna”, “de tantas tradições e conquistas”, que o clube quer vender.

“Artigo 6º: O Flamengo, agremiação esportiva de tantas tradições e conquistas, tem uma imagem digna e assim deverá ser mantida seja a qual custo for, portanto o Atleta deverá sempre acatar, cumprir e respeitar avisos, instruções e orientações que forem determinadas pela Coordenação e ou Comissão Técnica.”

“Parágrafo único: O Atleta responde pelos seus atos dentro e fora do Flamengo, sendo assim, para aumentar as chances de êxito, deverá cumprir as orientações da Comissão Técnica e da Coordenação, com o objetivo de manter sua imagem em concordância com a posição de Atleta do Flamengo.”

Por sua vez, os Artigos 8º e 9º do Manual do Atleta rubro-negro prescrevem que o diálogo entre atletas e com a comissão técnica deve se fundar num estado de homeostase, uma harmonia em suspensão a ser conservada. Parece que as manifestações que questionam essa demanda por uma forma de conduta muito específica, destruindo a ilusão da manutenção de um sistema puro, precisam ser minoradas através de dispositivos que cobram obediência e fortalecem a dominação. Contemporaneamente no Brasil, as relações de convivência no desporto continuam sendo marcadas pela tradição hierárquica imposta pelo exército, onde o diálogo resume-se, quase totalmente, ao cumprimento das ordens. Formas de ser que acenam para a tentativa de aniquilamento das singularidades, do desejo que diverge da norma, inviabilizando o acolhimento à diferença.

“Artigo 8º: O Atleta deverá manter o espírito de equipe e incentivar a confraternização do grupo, estimulando os colegas da equipe durante as competições e treinamentos. O Atleta deverá abster-se de fazer comentários ou ter atitudes que possam vir a provocar a desagregação do grupo, sendo certo que é terminantemente proibido utilizar-se de palavrões, xingamentos, enfim, palavras ou gestos de baixo calão, ao se dirigir a Comissão Técnica, demais atletas e funcionários do Flamengo.”

“Artigo 9º: O Atleta deverá apresentar-se bem trajado e utilizar somente os uniformes ou indumentárias indicadas e fornecidas pelo Flamengo para os treinos, viagens, lazer, participação em atos oficiais e jogos, sendo certo que nos trajetos de ida e volta aos jogos o Atleta deverá estar necessariamente trajando camisa polo, calça jeans, tênis ou sapato. O Atleta deve abster-se de utilizar roupas, brincos, cordões, anéis, chinelos e cortes de cabelo que causem impacto negativo, o que não condiz com as diretrizes de formalidade traçadas para os integrantes do quadro de atletas de futebol do Flamengo.”

Curiosamente, esta forma de atuação do corpo técnico da Psicologia do Esporte, ao invés de estar sendo problematizada e criticada pelos cidadãos que constroem o conjunto de conhecimentos da disciplina, como veremos, hegemonicamente, a alimenta. Citamos como analisador desta afirmação os títulos de todas as palestras do *IX Congresso Brasileiro de Psicologia do Esporte*, realizado em Jundiaí, no 2002. Todas vinculadas ao trabalho com a maximização do rendimento dos atletas. São elas: “*A atuação do laboratório de bioquímica do exercício (LABEX) como um centro multidisciplinar na formação de profissionais do esporte*”, “*Métodos e técnicas de intervenção psicológica em esporte de alto nível*”, “*Desenvolvimento do talento esportivo: uma perspectiva brasileira*”, “*O jornalismo esportivo e o esporte-espetáculo: evidências na sociedade brasileira*”, “*Estados emocionais e interferências externas*” e “*A construção do conhecimento da realidade do esporte de rendimento: uma leitura da psicossociologia institucionalizada*”.

O que dizer? Que os discursos dos especialistas, usando a ciência como anteparo, são despotencializadores, desvitalizantes, subtraem o significado que cada um de nós pode dar a cada uma de nossas vidas. Se nos vinculamos exclusivamente a eles, os fins da prática desportiva se desconectam da vida e respondem aos desígnios do capital.

Os últimos exemplos citados, do *Manual do Atleta* e dos temas das palestras do *IX Congresso Brasileiro de Psicologia do Esporte* insinuam as relações entre saberes e poderes que para além de serem especificados às instituições esportivas, escorrem e ajudam a socializar e conformar, pelo viés de existencialização esportivo, as pessoas que, não necessariamente, estejam envolvidas na prática esportiva orientada para o alto rendimento. Um discurso como o dos jogadores de futebol de hoje em dia, reflete sua adequação à modo de subjetivação da Sociedade de Controle, individualizador, por excelência.

Um dos jogadores da Seleção Brasileira de Futebol pré-olímpica derrotada esse ano, após o último jogo, disse que uma derrota como aquela era ruim porque marcaria a sua carreira – no singular. Do mesmo modo, um jogador do Corinthians referiu-se a possibilidade do time cair para a segunda divisão do Campeonato Paulista como uma mancha na sua vida futebolística – também no singular. “Participar, hoje, não é idealmente outra coisa senão agir sobre si mesmo, não tendo outro representante a não ser si mesmo” (EHRENBERG, 1991, p. 283).

Isto aponta para a perda de sentido do coletivo, também no esporte e para além dele. Como afirma Bracht sobre a era da globalização (1997, p. 113):

“Um desdobramento desta mudança de valores pode ser vista no próprio esporte de alto rendimento ou espetáculo. Recrutar atletas e submetê-los ao processo exaustivo e estressante do treinamento não é possível mais a partir do argumento [moderno] de que é uma honra representar o país numa olimpíada. O interesse que pode mobilizar o atleta no sentido de submeter-se à ‘tortura’ dos treinamentos é de outra ordem; da recompensa financeira pessoal (que por sua vez permite o acesso a outros prazeres). Com a abertura à possibilidade de participar das olimpíadas por outros países que não o do seu nascimento, muitos atletas naturalizam-se e cumprem os estágios: a categoria nação começa a ser substituída pela categoria ‘cifrão’.”

No início do capítulo, nos propusemos a tocar a pergunta “De corpo estamos falando?”, presumindo que por meio dela atacaríamos a problemática atual da produção de subjetividade. Primeiro, buscamos problematizar os grandes quadros históricos que possibilitaram as instituições da Psicologia, do Desporto e, depois, da Psicologia do Esporte em suas relações com o desenvolvimento do fenômeno capitalista. Junto disso, tratamos a Psicologia do Esporte como caso-pensamento para analisar a reinjeção dos valores capitalísticos no convívio coletivo que se dá também através dos especialismos técnico-científicos. Através da Psicologia do Esporte, arriscamos algumas generalizações sobre a forma como o discurso e a prática esportiva permeia a vida cotidiana atual.

Estivemos propondo que a Psicologia do Esporte serve como matéria analítica, linha de problematização de um tipo de discurso que absorve as práticas esportivas orientadas para o rendimento como meio para a construção de corpos sujeitados ordenados a tratar a reprodução capitalista, e não a vida, como valor ético primordial. Na Sociedade de Controle, “... a prática esportiva e a linguagem do esporte penetraram a tal ponto nos poros da sociedade que está em vias de se tornar o lugar de passagem obrigatório dos valores da ação” (EHRENBERG, 1991, p. 172).

Pois bem, estamos falando de um corpo que é, contemporaneamente, agido, encapsulado através das táticas capitalísticas – de disciplina e controle –, e tentado a ser realizado como invólucro de subjetividades individualizadas e programadas que pretendem produzir a cisão dele em relação a algo que lhe é imanente, o pensamento. Se penso o meu corpo a partir de uma matriz de pensamento que não lhe é imanente mesmo que já inculcada, posto que desassociada dos devires que o afetam, da sua

vontade de potência, mas voltada para a reprodução do capital, faço dele, como diria José Gil, a desgraça dos corpos.

Gil (2002, p. 146) afirma que “Quando se tem um corpo próprio, autônomo, localizado no espaço, o corpo empírico da Medicina, do esporte, dos *top-model*, com contornos bem definidos e funções impostas pelo trabalho social – então entramos na desgraça dos corpos.” O que Gil (2002) chama de corpo empírico é apenas uma das facetas de um duplo que lhe tem como rosto paradoxal e precedente, o corpo transcendental ou corpo sem órgãos, aquele que guarda a capacidade virtual, portanto realizável, de resistir. Mas, voltando ao que nos interessa agora, podemos dizer que o corpo empírico com o qual nos acostumamos com o passar do tempo resulta:

“[...] de camadas e camadas de saberes e práticas que moldaram o nosso olhar, de tal maneira que temos a idéia de um corpo ‘normal’, como o corpo empírico ‘são’, ‘natural’, ‘universal’ – um corpo morno, apenas intensificado por meios técnicos (desde as diferentes ginásticas e desportos ao *body-building*). Uma *dóxa* poderosa do corpo.” (GIL, 2002, p. 145)

Perceba que não se trata de denegar o esporte, propor sua proibição ou qualquer ingenuidade do gênero, mas de compreender que a forma como ele é, tendencialmente, utilizado assume a tarefa de inflar o corpo com um tipo de subjetividade que não lhe serve como material para movimentar-se em direção à diferenciação.

O esporte que assume características competitivas, sabemos, desde a iniciação infantil, compromete a abertura do corpo à potência de afetar e ser afetado, portanto, o enclausura perpetuando sua intimização. Os processos de intimização torcem e remetem as multiplicidades desejantes, as forças do corpo, a formas que tornam “a vida privada uma conquista individual à margem da história” (BAPTISTA, 1994, p. 10).

Como mostramos, os ideais neoliberais do capitalismo contemporâneo, pouco a pouco, vêm dilapidando o Estado de Bem-Estar Social, fruto da luta dos trabalhadores e configuração política que assegurava maior segurança na capacidade coletiva de reivindicação e proteção dos direitos sociais.

Conforme os estudos de Pedro Fernando Bendassolli (2000) sobre a obra de Alain Ehrenberg, o homem contemporâneo debate-se entre a necessidade imposta de se tornar um ‘indivíduo conquistador’, “aquele que assume riscos e aventuras em nome de si mesmo, sempre voltado para a performance de suas ações e para o incremento de suas próprias potencialidades pessoais” (p. 207), cujo horizonte se caracteriza pela prioridade

atribuída à iniciativa, e o ‘indivíduo incerto’, “sobrecarregado e vulnerabilizado pelo montante de tarefas que têm de assimilar de modo privado” (p. 207).

Bendassolli (2000) mostra que o que Ehrenberg chama de *culto da performance* produz a injunção de três tipos de discursos diferentes: junto do discurso empresarial e do discurso de elogio ao consumo, está o discurso esportivo.

“[...] o culto da performance emprestou à competição esportiva seu critério de justa concorrência ao fazê-la passar de uma justa concorrência esportiva privada (restrita aos estádios e eventos esportivos) para uma norma na vida pública, aliada à temática da realização pessoal, antes oferecida pelo consumo privado de bens (sobretudo entre as camadas médias da população.” (BENDASSOLLI, 2000, p. 213)

A extenuação e cristalização do corpo a uma especialização determinada o impede de abrir-se para devir o mundo.

A prática esportiva como a percebemos, também por meio do treinamento psicológico, tem configurado um campo de existencialização, ao contrário de dirigido para a preparação da vida para o inusitado, para estar à altura daquilo que ela vai lhe cobrar atividade, vai o equipar para responder de forma chapada apenas aos estímulos que objetivam o seu assujeitamento. Desse modo, mantém-se irresoluto o último paradoxo corporal, aquele que cobra da sua existência a positividade de acolher um sem número de mortes parciais. Como afirma Gil (2002, p. 146), “...ele é feito para desaparecer.” Daí, afirmamos, advém a sua vida.

Durante todo o capítulo nos esforçamos para demarcar as técnicas que a subjetivação capitalística procura atualizar sobre os corpos promovendo a sua submissão, também por meio do esporte. Acontece que chego até aqui influenciado por pesquisadores que não escrevem apenas para diagnosticar. Um trabalho, qualquer que seja, precisa se arriscar a propor linhas de fuga, dar visibilidade a movimentos que subvertem a lógica capitalística e nos presenteiam com a possibilidade de forjar a vida de acordo com valores que a afirmem enquanto potência de resistência e diferenciação.

No nosso entender, desse modo, problematizar a *Democracia Corinthiana*, um movimento coletivo que revolucionou velhas idéias sobre o futebol profissional e, mais ainda, disseminou pelo país os ares autogestivos de uma democracia direta, não representativa, numa época de eleições indiretas para presidente, cumpre o objetivo. É o que empreenderemos a seguir, contrariando a afirmação do Feruccio Antonelli, primeiro presidente da Sociedade Internacional de Psicologia do Esporte, que disse, em 1965,

que via o desenvolvimento da Psicologia do Esporte como uma resposta à necessidade do mercado; ou seja, de nossa civilização (Thomas *apud* RUBIO, 2000).

Respondemos: a Psicologia do Esporte não está fadada a atuar em alinhamento ao mercado, posto que as demandas da civilização, como veremos com a Democracia Corinthiana, não estão resumidas às necessidades do mercado.

V - O ACONTECIMENTO DEMOCRACIA CORINTHIANA

“Mais que profissional era uma relação de amizade. Você precisava ver como era na concentração. Eu mesmo cheguei a ficar com eles lá. Era uma família. Eu gosto muito deles por causa da liberdade que a gente tinha.” (Luiz Ferreira³², em entrevista).

“A militância política revolucionária hoje [...] precisa redescobrir o que sempre foi a sua forma própria: a atividade não representativa mas constituinte. A militância atual é uma atividade positiva, construtiva e inovadora.” (HARDT & NEGRI, 2001, p. 436)

“A Democracia Corinthiana não era uma imposição ao elenco. Era uma conquista daquele grupo.” (SÓCRATES & GOZZI, 2002, p. 136)

Se até agora nos esforçamos para delinear uma cartografia que exponha a tomada dos corpos, sua subjugação pela lógica de funcionamento da subjetivação capitalística no ambiente da prática esportiva, passaremos a minar o mesmo quadro, substituindo a pergunta “*De que corpo estamos falando?*”.

A opção por bombardear a cartografia disponibilizada no capítulo antecedente expõe a dimensão de inseparabilidade entre a captura capitalística e os movimentos vitais de resistência que a subvertem e transnificam. Se as análises sobre a forma como os corpos resistem à modelização do pensamento vêm agora, num capítulo separado e subsequente, não é por outro motivo que não o de favorecer a compreensão das idéias que estamos discutindo. Na prática, resistência e captura estão entrelaçadas, são vetores em embate num campo de forças em exercício contínuo e constantes transformações.

A pergunta “*De que corpo estamos falando?*” contém sempre, ao menos virtualmente, outra pergunta: “*De que corpo queremos falar?*”. Enquanto a primeira nos permitiu pensar a vida contemporânea a partir de um viés crítico, nos facilitou o reconhecimento das maneiras pelas quais os corpos vêm sendo tipificados pelas técnicas de subjetivação capitalísticas, a segunda pergunta é revestida de uma potência clínica, enseja a luta para viabilizar territórios de existencialização para as intensidades que desautorizam os desígnios que querem fazer a construção da subjetividade passar necessariamente pela mediação do capital.

³² Luiz Ferreira ainda é funcionário do Corinthians. Na época da Democracia Corinthiana ele dirigia o ônibus que conduzia a comissão técnica e os jogadores do futebol profissional do clube para os locais dos jogos.

Impor a questão “*De que corpo queremos falar?*” à discussão visa distender aberturas, criar vacúolos espaço-temporais que viabilizem a realização das virtualidades vitalizantes. É assim que apresentaremos a Democracia Corinthiana, como um *acontecimento* que se apropriou das forças capitalísticas e as carcomeu desde dentro para forjar modos de ser que privilegiam a vida em seu movimento de expansão e diferenciação, a partir do plano das práticas esportivas. Modos de existência que questionaram as maneiras marcadas pela infantilização e pela tutela, pelas quais os jogadores de futebol e os cidadãos em geral costumam ser tratados por aqueles que julgam poder porque ocupam um ‘lugar de poder’.

Pensar a Democracia Corinthiana como um acontecimento nos impele a ressaltar que o acontecimento não se dá dentro do sujeito: “[...] ele é aquilo pelo qual o sujeito torna-se diferente do que é. [...] É sempre a renúncia a si e não a identificação a si que ocorre. O acontecimento nunca se dá a nosso espírito ou a nosso senso comum, mas a nosso devir outro.” (RAJCHMAN, John, 1996, p. 193)

Resistir, de fato, implicou sustar noções paternalistas, escravistas, de controle, tanto no que se refere às relações de trabalho no futebol, mas mais adiante, disponibilizou através da constante problematização das questões que se colocavam, uma ética de relacionamento fundada na multiplicidade, no encontro coletivo. Algo que serviu para pensarmos e interferirmos nas nossas vidas e na vida do país. Não é à toa que alguns dos entrevistados usam “o poder que emana do povo” como definição para as relações àquela época.

Se quisemos mostrar que as estratégias de assujeitamento e dominação são investidas sobre o corpo e a vida, as forças de resistência, paradoxalmente, brotam do mesmo corpo e da mesma vida, buscando a afirmação das virtualidades engendradas pelo desejo. Consoante Hardt e Negri (2001, p. 379), entendemos por virtualidades “o conjunto de poderes para agir (ser, amar, transformar, criar) que reside na multidão.” Sendo imanentes à multidão, os movimentos de resistência assumem caráter universal, já que o acontecimento libera fagulhas de subjetividade que fazem o possível ser realizado como ação e criação coletiva.

Dissemos que os movimentos de resistência se apropriam das forças capitalísticas e as transignificam porque, com o advento da Sociedade de Controle, é impossível pensar em recuar para um campo exterior imune à biopolítica. Vivemos o fim das exterioridades, a impossibilidade de ocupar o espaço delimitado como o da ‘grande recusa’. Pelbart, em um dos seminários que proferiu em Porto Alegre, trouxe

uma bela imagem que nos auxilia a entender o que é resistir hoje em dia. Para demonstrar que estamos obrigados a lutar dentro do próprio campo que o poder foca, ele sugere que pensemos em dois inimigos brigando na lama, sujos de uma forma que perde-se a noção clara dos contornos, de quem é quem, de que braço é de quem, ou seja, há uma confusão que impede o rápido discernimento da origem dos golpes e contragolpes.

Defendemos que a Democracia Corinthiana não deve ser pensada de outro modo, haja visto o agregado de potências e discursos tão diversos, inclusive empresariais³³, que dela fazem parte. Destacamos isso de imediato para que as idealizações de que tal evento tenha se desdobrado disjunto da lógica de funcionamento do capital possam ser quebradas. Quebrá-las não minora a importância do acontecimento, ao contrário, expõe uma das condições estratégicas da possibilidade de resistência que ele produziu. Não tratou-se de purismo militante inatacável, mas de ação sobre ação, de sagacidade e inventividade.

A dificuldade em traçar um quadro detalhado que assinale a emergência da Democracia Corinthiana, como veremos a seguir, é grande. Optaremos, durante este capítulo, por seguir a idéia de que são os próprios analisadores que produzem a análise, quer dizer, a matéria analítica deve ser privilegiada em detrimento do sistema de análise, das interpretações. Desse modo, a esta altura, soltaremos um pouco os nós e abusaremos das falas dos nossos entrevistados.

Disponibilizaremos as exposições dos entrevistados com o intuito de descrever, especialmente, a eclosão, algumas das estratégias de resistência, a desagregação das forças que compuseram o movimento e as vibrações revolucionárias da Democracia Corinthiana que ainda vêm a ressoar e fazer parte da composição de novos acontecimentos.

Tais estratégias desenrolam-se, como veremos adiante, agindo sobre o plano da política, o produzindo de imediato, em exercício, ou seja, a política não deve ser pensada de fora para dentro, mas a partir da realização ontológica do possível.

A história da Democracia Corinthiana é riquíssima, repleta de atores e eventos e, geralmente, começa a ser descrita a partir da eleição de Waldemar Pires para a presidência do clube, em 1981, numa eleição entre os conselheiros³⁴.

³³ Luís Tolosa Santos (1990), por exemplo, produziu a dissertação intitulada Futebol empresa e a 'Democracia Corinthiana': uma administração que deu dribling na crise.

³⁴ Naquela época, os presidentes do clube eram eleitos de dois em dois anos, intercalando, de mandato em mandato, uma eleição decidida somente entre os conselheiros e outra, aberta a todos os sócios.

Como o até então presidente, Vicente Matheus, já tinha cumprido dois mandatos seguidos e não poderia concorrer outra vez à presidência devido ao impedimento legal imposto pelo estatuto do clube, convidou Waldemar Pires para concorrer ao cargo e representar o seu bloco de apoio naquela eleição. Vicente Matheus saiu como candidato a vice-presidente na chapa, esperando que continuasse a ditar todas as regras e encaminhar todas as decisões referentes às políticas do clube. Sobre a época que antecedeu a sua administração, Waldemar Pires afirma: *“O Corinthians ficou até aquela data, durante mais ou menos trinta anos, na mão de três presidentes. Vicente Matheus, Wadih Helu e Alfredo Ignácio Trindade. Somando os três deve dar quase quarenta anos de administração. Os três presidentes eram meio ditatoriais, assumiam tudo, não delegavam nada e o Corinthians viveu uma fase negativa nessa época. Não se expandiu, não construiu seu estádio, enfim, as vitórias foram poucas. O regime era ditatorial, ou seja, se você precisava comprar um quilo de carne para os atletas que se hospedavam, o [Vicente] Matheus tinha que autorizar. Quando eu assumi em 1981, achei que aquilo tinha que ser mudado e começamos a administrar. Aí os próprios atletas começaram a fazer parte da nossa administração porque a gente precisava deles. Na minha diretoria, tinha o Adilson [Monteiro Alves] que era o vice de esportes, ele se dava muito neste sentido com os atletas, eles participavam, a gente saía junto. Ali começou-se a chamar o movimento de democracia. Como o clube vivia numa ditadura e o país na época também, então a democracia foi um alerta para toda a população e para todo o clube. Ela surgiu ali, a democracia foi a união dos atletas, da diretoria, de todo mundo participando da administração.”*

Sérgio Scarpelli, vice-presidente de finanças nos dois mandatos de Waldemar Pires, ressaltou a crise com a qual os corinthianos tiveram que lidar quando da ruptura com as administrações anteriores. Ele disse: *“... no primeiro momento que o Waldemar ganhou, a gente já sabia que era o [Vicente] Matheus que ia ditar as regras. Mas ele não se limitava a ditar as regras, ele humilhava o presidente, dizendo: ‘O Waldemar aqui não manda nada, quem manda sou eu.’ E a imprensa começa a metralhar, começa a chamar de presidente laranja. Essa situação amolando todo mundo. A diretoria fazia reunião, quem sentava no lugar do presidente não era o Waldemar, era o Matheus. O Waldemar se viu obrigado a tomar essa posição. Então o Waldemar se viu sozinho no poder, o que ele faz? É um homem de mercado, de tomar decisões rápidas, de cobrar por relatórios, então ele começou a soltar as vice-presidências. Um menino para você*

mandar comprar um sanduíche de dois reais, o Matheus tinha que assinar um vale. A forma mais retrógrada de alguém administrar.”

Como Waldemar Pires requisitou o controle que lhe era de direito no clube, Vicente Matheus, insatisfeito, abandonou a gestão e começou a usar a força política do grupo que carregava para fazer oposição à administração da época. Isto instaurou uma situação de incerteza, abriu-se um vácuo que cobrou por novas formas de governar o clube, já que as antigas, a partir de então, passaram a rivalizar com a nova administração. Sócrates, jogador do Corinthians durante a fase democrática, nos disse: *“Na verdade, ele [Waldemar Pires] também teve uma ruptura com o sistema. Casou exatamente com o início do nosso movimento. Para ele foi importante também se fortalecer na política interna do clube. A base era essa: tudo que for coletivo todos vão participar.”*

No intuito de estabilizar novos modos de gerir o clube, Waldemar Pires fez aliados, entre eles, Adilson Monteiro Alves³⁵, um jovem sociólogo, indicado por seu pai, Orlando Monteiro Alves, e aceito por Waldemar Pires para o cargo de vice-presidente de futebol. Segundo as palavras do jornalista Juca Kfourri, *“...o Adilson nunca tinha tido função nessa área do futebol, era apenas um corinthiano cujo pai era cardeal do Corinthians e que diante de uma situação de absoluta desgraça³⁶ resolveram se juntar e fazer uma experiência nova, mais libertária.”*

Como Adilson Monteiro Alves não tinha nenhuma experiência com a gerência de uma equipe de futebol profissional e, ao mesmo tempo, na qualidade de sociólogo, possuía um discurso afinado com as lutas que a esquerda empreendia naquela época, explicou que o diálogo seria a base do seu trabalho. A essa altura, a chance pela qual alguns jogadores estavam lutando, a chance de poder criticar, discutir e transformar a realidade do futebol no Corinthians fora cavada. Veremos adiante que os desdobramentos dessas discussões internas ao clube atingiram, não somente o futebol profissional em geral, mas a situação sócio-política que o Brasil enfrentava à época.

³⁵ Infelizmente, Adilson Monteiro Alves foi o único personagem da Democracia Corinthiana, entre os convidados para as entrevistas, que se negou a falar sobre o assunto. Ele é acusado por muitos de seus colegas da época de não respeitar um trato de que não usariam a Democracia Corinthiana para conseguir benefícios particulares, entre eles, concorrer a cargos políticos. Além de ter sido eleito deputado estadual, também foi Secretário de Esportes de SP, no governo Fleury. Hoje ele é dono de bingo na cidade de São Paulo.

³⁶ A situação de absoluta desgraça a que Juca Kfourri se refere faz referência ao fraco desempenho da equipe de futebol profissional tanto no Campeonato Paulista como a queda do clube para a Taça de Prata, disputa que hoje se equivaleria a Segunda Divisão do Campeonato Brasileiro. Ambas as competições ocorridas no ano de 1981.

Sobre o início do trabalho com o Adilson Monteiro Alves, Sócrates apontou: “[...] *houve uma mudança completa na direção do clube e entrou um cara que tinha o pensamento aberto, não tinha muita experiência com o futebol, tinha uma teoria muito legal da questão sociológica e abriu a possibilidade. Então nós dissemos que tínhamos o modelo pronto, não pronto, mas tínhamos essa possibilidade de fazer o que eu acho que ia dar muito melhor resultado. Vamos abrir para todo mundo participar.*”

Ainda sobre a proposta de trabalho que condicionou a atuação de Adilson Monteiro Alves como vice-presidente de futebol do Corinthians, Wladimir, também jogador da equipe de futebol profissional durante a fase democrática, explicou: “*Eu costumo dizer que a grande virtude do Adilson foi assumir o Corinthians sem ter conhecimento nenhum de futebol. Quem é que ele chamou para estar conversando e estar se esclarecendo sobre as coisas do futebol? Os atletas. Ninguém mais que os atletas. Além dele ser muito inteligente e dele ter essa disposição, chamou as pessoas certas para discutir a respeito. A gente juntou a fome com a vontade de comer. A disposição nossa de estar participando ativamente na vida política do clube e a disposição de alguém da diretoria com essa abertura de estar ouvindo e indo de encontro aos nossos anseios.*”

Com a diretoria estabelecida, em outubro de 1981, o técnico convidado para trabalhar o time no lugar de Julinho, que não vinha conseguindo bons resultados nos jogos, foi Mario Travaglini. Sobre a passagem dele pelo clube do Parque São Jorge, o jornalista Ricardo Gozzi nos disse: “... *ele era uma pessoa fácil de se trabalhar. Óbvio, ele tem a opinião dele, as táticas dele, mas ele é aberto ao que o grupo de jogadores pensa, ele é aberto ao que a diretoria pensa e ele procurava soluções intermediárias, que agradassem a ele, aos jogadores e que trouxessem resultados. O futebol sem resultado não é futebol, o cara não resiste. Ele veio para o Corinthians no fim de 1981 e assumiu o time no fim do campeonato paulista. O time estava numa posição ruim. No ano seguinte jogou a Taça de Prata, subiu para Taça de Ouro e ele passou quase trinta jogos invicto, de outubro de 1981 a abril de 1982.*”

O próprio Mario Travaglini, perguntado sobre a realização da Democracia Corinthiana, nos informou: *Eu sempre fui um pouco liberal, um homem que valoriza muito o ser humano. Claro que dentro do contexto do futebol, na época em que eu surgi, os padrões eram muito mais rígidos. Então eu comecei a entender que para ter autoridade você não precisa de ser autoritário, bastava você emitir os conceitos com respeito mútuo. A liberdade com a responsabilidade. Eu quero deixar bem claro que o*

conceito de democracia é você exercer a liberdade e valorizar a liberdade. Eu lido com jogadores de futebol, pessoas que criam, que tem que ter uma liberdade de pensamento. Eu caí num ambiente que talvez tivesse faltando eu, porque eu era o comandante. Quando eu anunciei esses conceitos eu me identifiquei não só com os jogadores, mas também com os dirigentes, médicos, preparadores físicos. A própria situação também foi propícia porque o país passava por um momento difícil, com ditadura. Ela estava num processo bem mais fraco, desgastado, mas ainda em atividade.”

Mario Travaglini, nos primeiros meses de 1982, foi quem lançou Casagrande na equipe principal do Corinthians. Casagrande havia começado sua carreira de jogador de futebol nos times de base do clube, mas fora emprestado à Caldense para a disputa do Campeonato Mineiro de 1981. Logo que voltou, o jogador tornou-se um dos maiores atacantes do Brasil, e um dos defensores da Democracia Corinthiana.

Ele nos contou sobre o seu empréstimo à Caldense e sobre a sua volta ao Timão: *“Eu saí do Corinthians no início de 1981. Saí por causa também do tratamento paternalista, de você ser um escravo do futebol. Eu discuti com o Osvaldo Brandão e com o Vicente Matheus e pedi para ser emprestado. Eu era garoto, tinha dezessete anos, já tinha jogado duas Taça São Paulo, já treinava no profissional. Saí e fui para a Caldense. Quando eu voltei, cheguei para o Adilson e disse que não queria ficar. ‘Eu sei como é o Corinthians e não gosto desse tipo de tratamento, eu nasci aqui, eu sei como é.’ [Adilson Monteiro Alves] ‘Não Casagrande, nós mudamos, nós estamos com um novo projeto, estamos querendo fazer um trabalho mais democrático.’ Eu disse: ‘Eu não acredito, eu quero ir embora, eu quero ir embora.’ [Adilson Monteiro Alves] ‘Casão um acordo seu comigo, faz um contrato de três meses, você vai ver como vai ser isso aqui. Se você não gostar eu te libero, mas você não pode ir embora sem saber quais sejam os meus planos’. Fiquei três meses, renovei o contrato, o trabalho foi do caralho, vi que aquilo era o negócio que eu queria, era o meu sonho, jogar futebol e ter liberdade para participação política, social, para eu poder pensar e agir do jeito que eu queria, não sendo como o jogador de futebol que tem que fazer o que os outros querem que você faça.”*

A despeito desse encadeamento que tenta perceber como a Democracia Corinthiana ocorreu, partindo da eleição de Waldemar Pires para a presidência e passando pela organização da diretoria e da comissão técnica da equipe de futebol profissional do Corinthians, já existiam condições propícias que ajudaram a possibilitar a criação de um movimento como aquele. Havia questões latentes entre os atletas e

socialmente que permitiram a organização daquele movimento. Imaginamos, realmente, que a Democracia Corinthiana só pôde ter surgido e acontecido como aconteceu a partir da conexão de elementos específicos. Por que no Corinthians? E por que naquele momento?

O próprio Casagrande nos alertou para algo importante: *“O que você tem que tomar cuidado é que o tempo passou e tem muita gente querendo ser o pai da criança.”* Pois bem, não será o caso, então, de tratarmos a eclosão da Democracia Corinthiana em alinhamento direto à eleição de uma ou outra figura como o grande aglutinador de idéias e de pessoas. Seguiremos a indicação do Casagrande e nos desviaremos da tentativa de descrever o evento em termos de paternidade, algo que confinaria a potência de afetação e atravessamento social do acontecimento em identidades fechadas e voluntaristas. Tratar a Democracia Corinthiana como fato gerado a partir de individualidades separadas em interação, do ponto de vista de como quisemos construir o trabalho, até agora, seria um equívoco.

Mais apropriado que designar o pai da Democracia Corinthiana será pensar o acontecimento em termos de “camaradagem”, camaradagem em torno de um acontecimento que convoca o encontro e cobra a atividade. “Camaradagem”, segundo Deleuze (1997), é a grande palavra de Whitman para designar a mais elevada relação do homem para com o homem. Pensar a ativação da Democracia Corinthiana utilizando caracteres como o de sua espontaneidade e de sua conjunção fragmentária nos leva a trilhar um caminho mais pertinente.

Assim, a encararemos como o tecido de “uma coleção de relações variáveis que não se confundem com um todo, mas produzem o único todo que o homem é capaz de conquistar em tal ou qual situação” (DELEUZE, 1997, p. 71). A Democracia Corinthiana é menos algo fundido pela intenção de cada homem que participou dela, que pelo corpo-a-corpo, pelas forças que passaram entre eles e os afetaram. A feição de fragmento espontâneo é o que inscreve a Democracia Corinthiana entre os eventos que dão passagem às grandes visões e audições da Natureza e da História.

Casagrande explica a ausência de intencionalidade intrínseca ao acontecimento: *“Ser no Corinthians foi coincidência, eu acho que o básico, o principal, o mais legal que aconteceu no movimento o de muita coisa ser coincidência, nada ser programado. Coincidiu de, naquela época, no Corinthians, ter quatro ou cinco jogadores, mais o diretor de futebol, que tinham uma certa preocupação social, política, com o país. Coincidiu do Sócrates estar ali, do Wladimir estar ali. Então foi uma coisa de mais*

coincidência. Só poderia ser naquela época porque aquela época era um momento em que o Brasil estava atravessando, já chegando na Abertura, um momento de transição entre o fim da Ditadura e uma possível Democracia.”

Wladimir também ressaltou o componente de acaso que fez parte do acontecimento: *“Nós tivemos um momento único no Corinthians. Sem nenhuma pretensão formou-se um grupo no Corinthians interessado na vida de seu país, interessado na vida do clube, interessado na realidade do atleta profissional de futebol e, por consequência disso, que tinha a disposição de estar participando de vários movimentos, pelas Diretas, no Sindicato. Eu era presidente do sindicato dos atletas, enfim, a gente tinha uma preocupação com a nossa situação, com a situação da categoria, com a situação dos movimentos e com a situação em geral do Brasil. E por conta disso, nós tivemos a sorte de recém assumir um diretor do Corinthians que não entendia nada de futebol.”*

Alarguemos um pouco o plano de análise e, rapidamente, descrevamos o que acontecia na América Latina no início dos anos oitenta. Sabemos que a maioria dos países latino-americanos, desde o meio do séc. XX, viveu regimes de exceção, ditaduras que recorreram à censura, ao patrulhamento e a perseguição política, à tortura, a assassinatos em massa, referendados ideologicamente, financeiramente e tecnicamente pelos Estados Unidos da América. A cena começou a transformar-se a partir de dois eventos específicos que envolveram o mesmo país no fim dos anos setenta, a saber: a derrota estadunidense na Guerra do Vietnã e a renúncia do presidente Richard Nixon por ocasião do escândalo Watergate. Na esteira dessas crises, o novo presidente, Jimmy Carter, viu-se obrigado a desenvolver novas políticas internacionais, marcadas, segundo se quis mostrar, pelo respeito aos ideais democráticos e aos valores humanos.

No Brasil, no fim de 1982, vivemos a primeira eleição direta para governadores de estados desde o Golpe de 1964. O movimento de abertura política ia se processando, convulsivamente, sob as rédeas de João Figueiredo, o último presidente militar do Brasil.

Sócrates analisou a organização do país no início da década de oitenta: *“Vivíamos ainda em um regime de exceção. Os movimentos populares já estavam absolutamente estabelecidos, já existia um movimento de redemocratização no país, mas ainda não tinha poder suficiente para convocar a mudança. Mas, por exemplo, já tínhamos tido a anistia em 79 e, desde 74, alguma coisa já estava se modificando, mas faltava o choque. Quer dizer, ainda existia, principalmente entre a classe que dominava*

e ainda domina o país, restrições às mudanças, claro. Nós sabíamos que isso ia colocar uma bela de uma discussão já que estávamos em uma estrutura absolutamente popular. Se aquilo acontece em uma outra estrutura que não o futebol e outro clube que não o Corinthians, a repercussão ia ser muito menor. E aí abriu a brecha, nós começamos a exercitar, sem saber exatamente qual seria a cara daquilo lá, mas vamos todo mundo participar.”

Perguntado pela Revista Placar (1980, n. 524, p. 56) sobre a abertura política, Wladimir respondeu: *“Olha, ela não foi dádiva do governo, não. É uma conquista do povo através de muita luta.”*

A essa altura, o movimento democrático no Corinthians já tinha tido início. Antes de discorrer sobre o seu funcionamento, convém especular dois dos fatos que expressam as lutas que antecederam a eleição de Waldemar Pires e conjugam-se como processos que também realizaram a Democracia Corinthiana. Tratam-se de embates diferentes, dos jogadores Sócrates e Wladimir, com a diretoria anterior do clube.

No livro que escreveu junto com o jornalista Ricardo Gozzi, *Democracia Corinthiana: utopia em jogo*³⁷, Sócrates (2002, p. 26) conta a briga que empreendeu junto ao clube por causa da renovação de seu contrato.

“É que fui para o Corinthians ganhando a mesma coisa que ganhava no Botafogo [de Ribeirão Preto]. Quis apostar nessa transferência e me arrisquei. [...] Mais da metade do meu salário ia para o pagamento do aluguel. Eu havia assinado por dois anos. Então propus ao [Vicente] Matheus a antecipação da renovação do contrato. [...] Mas ele não quis. Dizia que não poderia criar uma exceção. [...] Passei então a não receber a premiação que era paga a cada jogo. [...] Nisso, eu comecei a não receber para diminuir o valor do meu passe. Dessa forma, eu poderia negociar melhor no final. Ele depositava em juízo e eu devolvia, também em juízo. [...] Estava exercendo meus direitos. Meu poder de barganha era maior. Fiquei nessa situação quase um ano. Meu passe ficou barato para o que eu havia conquistado em valorização e o Matheus ficou pressionado no momento de renegociar. Passei quase dois meses negociando, fora de contrato, sem jogar. Porém consegui renegociar meu contrato por um valor dez vezes superior ao que eu pleiteava um ano antes. Se eu não conseguisse renegociar, compraria minha liberdade e, se alguém quisesse me contratar, teria de passar por mim, necessariamente. Meus direitos podiam não ser muitos, mas eu os exercia plenamente.”

Em entrevista, Sócrates também nos contou: *“O tempo todo a gente estava brigando isoladamente com o sistema. Era uma forma d’eu me manifestar, incutir na cabeça de todo mundo que existiam direitos que nós tínhamos que saber usar.*

³⁷ Sócrates e Ricardo Gozzi, *Democracia Corinthiana: utopia em jogo*. São Paulo: Boitempo, 2002.

Basicamente, foi isso que eu fiz. Mesmo com todas dificuldades econômicas que eu poderia ter tido, eu estava brigando por um direito meu. Isso cria, de alguma forma, um sentimento coletivo. As pessoas pensam que tem alguém querendo brigar contra isso.”

Já, o caso de Wladimir é diferente. Ele trouxe à baila a discussão sobre o preconceito racial na entrevista que deu ao jornal Democracia Corinthiana. Ele revela a situação que mais o incomodou durante a sua vida dentro do Corinthians.

“Das poucas tristezas, a mais sentida foi a seguinte: ter sido barrado no Parque São Jorge pelo então administrador do clube, coronel Nilo Floriano Peixoto, por preconceito racial, alegando que eu não havia levado a carteira do clube quando já era quase profissional. (JORNAL DEMOCRACIA CORINTHIANA, s/d, número 5, p. 5)”

Sobre a sua relação com o presidente Vicente Matheus, nos oito anos que eles conviveram juntos, Wladimir disse a Revista Placar (1983, número 667, p. 20):

“[...] passamos brigando todos os seus oito anos de mandato. A partir do momento em que passei a enfrentá-lo, tive um crescimento interior muito grande e me conscientizei melhor das relações patrão-empregado: eu não tinha de ser submisso nem capacho de ninguém, como ele tentou fazer comigo. Eu me rebelei contra esse estado de coisas, depois de ter feito péssimos contratos e ser praticamente humilhado.”

Na entrevista que nos concedeu, Wladimir, que diz que a sua vida se divide entre o antes da Democracia Corinthiana e o depois, avaliou as interferências que o evento produziu: *“Na minha vida, me propiciou a oportunidade de estar interferindo diretamente na vida política do clube. Isso dava uma satisfação muito grande para mim e para quem estava envolvido. No país, é evidente que a gente tentou passar para as pessoas a importância que era participar da sua micro-sociedade. Só assim você vai exercer plenamente a sua cidadania, a sua disposição de estar influenciando em tudo. É lógico que a gente ainda vive longe daquela condição ideal do povo ativamente no poder.”*

Os embates iniciais de Sócrates e Wladimir contra a exploração do trabalho, um problema mundializado, que se conjugaram às outras forças imantadas pelo acontecimento e compuseram a Democracia Corinthiana, nos permitem definir o “poder virtual do trabalho como um poder de autovalorização que excede a si próprio, derrama-se sobre o outro e por meio desse investimento, constitui uma comunalidade expansiva. As ações comuns de trabalho, inteligência, paixão e afeto configuram um ‘poder constituinte’” (HARDT & NEGRI, 2001, 380).

Sócrates e Wladimir, como vimos, insurgiam-se contra a forma com que os atletas profissionais do futebol costumavam ser tratados. Porque seus corpos eram corpos que já não agüentavam mais, mas, ao mesmo tempo, faziam frente ao que tentava subjugar-los, ao que atentava contra a dignidade deles. Mas como eles ainda resistiam, ao contrário de sucumbirem?

A pergunta “De que corpo queremos falar?” ou a pergunta “Que pode o corpo?” como a enuncia Lapoujade (2002, p. 81), nos dá algumas pistas na direção de que as possibilidades do corpo precisam ser pensadas em acordo com a potência que dele é própria e, não mais, invocando o ato que exprimirá essa potência, a atividade do corpo. De acordo com Lapoujade (2002), é desde sempre que o corpo não agüenta mais e é desde sempre que nós ainda não pensamos. O que passa a estar em análise é o próprio estatuto do pensamento, movimento que escolhe atravessar o que se apresenta como impensável, elegendo e atacando isso que é o que não se agüenta mais.

No capítulo precedente pontuamos que, atualmente, além do corpo ser agido de fora pelas táticas disciplinares, ele também passa a ser submetido por dentro, individualizado, interiorizado, a medida que substitui a afirmação do desejo pela adoção de referenciais de comportamento naturalizados. Se o corpo não tem como exercer sua potência para fora de si próprio e diferenciar-se em meio aos encontros com outros corpos, ele fica subordinado à alma que lhe deram, individual e programada. Sobre essa forma de moralização do corpo, de atribuição de um sistema de juízo que visa o orientar, Deleuze e Guattari (1996, p. 21-22) apontam:

“O juízo de Deus, o sistema do juízo de Deus, o sistema teológico, é precisamente a operação Daquele que faz um organismo, uma organização de órgãos que se chama organismo [...]. Você será organizado, você será um organismo, articulará seu corpo – senão você será um depravado [...]. Você será sujeito e, como tal, fixado, sujeito de enunciação rebatido sobre um sujeito de enunciado – senão você será apenas um vagabundo.”

Desse modo, se entendemos a capacidade de resistência do corpo referenciada pela sua própria potência, portanto, sendo anterior ao que lhe age e mumifica, explicamos as medidas tomadas por Sócrates e Wladimir nas ocasiões supra-determinadas. Elas respondem as perguntas “De que corpo queremos falar?” e “Que pode o corpo?” porque expressam o acolhimento de um certo sofrimento, a sensibilidade de se expor ao que não se agüenta mais. Ao contrário de solapar as aberturas do corpo às sutis feridas que o atravessam, ao contrário de negá-las, de

abandoná-las porque há coisas mais importantes para se fazer na vida, precisamos estar à altura do acontecimento. Para Lapoujade (2002, p. 88-89):

“Ser forte consiste primeiro em estar à altura da sua fraqueza. [...] Se fechar para se abrir é o paradoxo da prudência, enunciado por Nietzsche e Deleuze. Mas este paradoxo é primeiramente o paradoxo da relação entre nossa receptividade e a nossa espontaneidade que, juntas e inseparavelmente, testemunham aquilo que pode o corpo.”

O que coordenou a inflexão de forças em direção à mudança na forma como as relações de trabalho no futebol profissional corinthiano passaram a ser vividas foi a possibilidade de conseguir se sensibilizar, se afetar com o sofrimento que cobrava a potência daqueles corpos. Se a subjetividade é processada socialmente, só será possível resistir coletivamente, através da desindividualização das feridas, por meio dos encontros.

Se consideramos a multidão como portadora de um poder constituinte, por excelência transformador, diremos que as táticas empreendidas pela Sociedade de Controle são reguladoras. A Sociedade de Controle age a partir de investimentos “negativos, dispostos mediante procedimentos destinados a ordenar, coercitivamente, as ações e os eventos que correm o risco de degenerar em desordem” (HARDT & NEGRI, 2001, p. 382).

Sócrates esclarece a maneira como os jogadores já se relacionavam, mesmo antes da eleição de Waldemar Pires: *“Existia um sentimento muito semelhante em algumas pessoas. No meu caso, por exemplo, sempre fui um combatente em relação ao status quo do esporte, que eu acho é uma coisa muito opressora e pouco inteligente. Você trabalha com arte ali. Não dá para você tentar limitar as pessoas se você está querendo resultados positivos em relação à uma atividade artística. Você tem que jogar com liberdade, eu vivo atrás disso, uma coisa que, particularmente, é fundamental para eu poder viver. Tentaram me cercar essa tal de liberdade. Tudo na minha vida é direcionado para isso [liberdade] e ali eu encontrei pessoas que pensavam de forma semelhante. Não exatamente igual até porque são formações distintas, expectativas de vida distintas. Existia já um sentimento e, nesse aspecto, o Wla [Wladimir] era fundamental. Tínhamos ali três anos de convivência, cinquenta por cento das pessoas já se conhecia muito bem. Já existia um certo ambiente coletivo de pensamento, não materializado para a maioria, mas esse sentimento existia. Nós tínhamos isso.”*

Juca Kfourri nos deu a sua opinião sobre a espontaneidade do movimento no Corinthians: *“Houve um momento desses mágicos que, às vezes, acontece na vida de*

um país ou na vida de uma instituição. O Brasil estava vivendo o processo de extensão lenta e gradual, já começando a campanha das Diretas e, por circunstâncias, se reuniram no Corinthians algumas cabeças, desde o diretor de futebol que era o Adilson Monteiro Alves, até atletas como o Sócrates, o Wladimir e o Casagrande, inquietos com a estrutura reacionária do nosso futebol. E a soma dessas experiências, ou dessas in experiências deu no que deu. Não só o Corinthians se transformou ali num clube nacional, foi até objeto de novela da Globo, como veio na esteira da campanha das Diretas e a coisa ainda deu certo, o time foi bicampeão paulista. Então, dessas coisas assim, que você não sabe muito bem porque acontecem, mas aconteceram e foi lá no Corinthians.”

E como era o funcionamento da cotidiana Democracia Corinthiana?

Sérgio Scarpelli explica que: “Toda a decisão era discutida democraticamente e deliberada conforme o voto da maioria. Isso em todos os níveis, todos os departamentos, todas as vice-presidências e veio repercutir muito no futebol, onde você tinha atletas, verdadeiros prisioneiros. Nós tínhamos, fazendo parte do elenco, gente de uma envergadura e de uma inteligência rara como o Sócrates e os não menos inteligentes, mas com menos nome talvez, como o Wladimir, o Casagrande, o Zenon, que participavam das decisões do departamento profissional. Você não vota num conselho, você vota numa eleição direta. Sem dúvida nenhuma. O poder que emana do povo. Uma democracia dentro de um regime totalitário.”

Juca Kfourri também exemplifica a abrangência do funcionamento da Democracia Corinthiana: *“Eles votavam tudo. Eles votavam a contratação de um jogador, eles votavam se o ônibus pára para comer, não pára para comer na volta do interior, pára para ir ao banheiro, não pára para ir ao banheiro. Por exemplo, naquela época tinha uma lei do Conselho Nacional de Desportos que obrigava toda delegação esportiva do Brasil a sair com um jornalista. Normalmente, a direção do clube convidava um jornalista que, regra, acabava não cumprindo as suas funções porque a idéia era que esse jornalista fiscalizasse as delegações esportivas brasileiras no exterior. Lá em Placar, nós sempre tivemos essa postura de não aceitar convite. Quando a gente achava que devia ir para algum lugar a revista pagava, não ia por convite. E os jogadores iam jogar no Japão e se reuniram, resolveram decidir o jornalista que ia com eles. Eu fui o escolhido e me neguei a ir. Foi uma discussão longa e eles não se conformavam: ‘É a primeira vez que a gente consegue um troço desse e*

você não vai'. Eu disse: 'Não vou mesmo, por esse princípio, o jornalista não tem que receber convite de ninguém para fazer as coisas'.

Sócrates destacou a importância da democracia plena amparada nas votações: *“Era uma coisa de pleno exercício [da democracia], até que em muito pouco tempo começamos a exercer o voto. O voto caracterizou bem toda a questão. O voto era unitário, então todos nós tínhamos o mesmo peso, inclusive o representante do clube. Fundamentalmente foi isso, um sentimento que já existia com uma oportunidade e com pessoas que tinham a mesma cabeça e habilidade.”*

Observemos que, durante alguns anos, dentro da realidade do sistema corinthiano, os sujeitos ultrapassaram o embate por eleições diretas representativas para a presidência da República que polarizava as discussões no país. Dentro da Democracia Corinthiana não havia espaço para a representação, mas para a apresentação, um por um dos seus pontos de vista, e para a decisão coletiva onde todos os membros tinham o direito a um voto. Esta disposição nos implica a apontar que o desejo acontecimentalizado faz vigorar um plano de produtividades, “a realidade da cooperação humana na construção da história” (HARDT & NEGRI, 2001, p. 410).

Wladimir também deu a sua opinião sobre o regime democrático: *“A gente votava sobre tudo. A gente votava sobre concentração, a gente votou sobre que dia viajar para o RJ contra o Fluminense, nós votamos para treinador. A essência da Democracia Corinthiana era a consagração pelo voto da maioria. Era uma democracia direta, cada voto era um voto importantíssimo. Motorista, roupeiro, todos que faziam parte do grupo. Isso nos dava um prazer enorme e nos possibilitava uma consciência maior e uma responsabilidade maior daquilo que a gente queria.”*

Casagrande esclareceu que os ares democráticos no Corinthians permitiam até que se discutisse sobre como praticar o futebol: *“Havia discussão sobre o esquema tático a ser utilizado, ‘Como nós vamos jogar contra o Palmeiras?’ ‘Nós vamos jogar assim.’ ‘Mas assim não é melhor?’ Não discutíamos quem jogava, a gente discutia o modo de jogo.”*

Sobre o acoplamento do fenômeno corinthiano às outras lutas que procuravam afastar a ditadura do cenário do país, Sócrates afirmou: *“Talvez não tivéssemos medido bem - ainda bem, talvez - o quanto isso representaria, não na história do futebol brasileiro, mas na história do país. Acho que foi difícil quantificar isso, mas foi uma das poucas experiências em que nós utilizamos um meio tão popular para convocar a discussão acerca de um fato da história do país. Através do futebol nós fizemos muita*

gente pensar sobre o sistema político do país, sobre a realidade do país. E chegou um momento em que servimos como foco da resistência, quer dizer, de um lado a reação contra uma coisa nova e do outro lado tudo que queria o novo, a mudança do país estava do nosso lado. Nós estávamos dentro dos movimentos pelas Diretas. Estávamos lá nos palanques.”

Tendo posto a dimensão arquitetônica da criação e do funcionamento da Democracia Corinthiana, nos esforçaremos, a partir de agora, para descrever algumas das estratégias que os membros do grupo empreenderam para dar conta de situações que se chocavam à sua proposta. São estratégias que explicitam a manutenção da tensão entre os contextos micropolítico e macropolítico, ações que aclaram a saúde da Democracia Corinthiana, sua potência clínica.

Como propõe Rolnik (2003), resistir implica manter conectados dois modos de apreensão do mundo enquanto matéria, um como desenho de uma forma e outro como campo de forças. A primeira forma de vivenciar o mundo depende dos órgãos do sentido e funciona dando uma existência formal à subjetividade, sua representação, as formas pelas quais ela se reconhece e se orienta em sua atualidade. Já, a segunda maneira, diz respeito a estar em contato com a matéria-força que convoca a sensação, produzida no encontro do corpo com as forças do mundo que o afetam. Se a percepção engendra a representação, a sensação traz a presença viva do outro.

As estratégias de resistência criadas pelos membros da Democracia Corinthiana instauraram-se entre esse “paradoxo irresolúvel: de um lado, os novos diagramas de sensações que pulsam na subjetividade; de outro, as formas através das quais esta se reconhece e se orienta em sua atualidade” (ROLNIK, 2003, p.1).

Questões como a discussão sobre a manutenção ou a abolição da concentração antes dos jogos, a eleição de um dos jogadores como técnico do time de futebol profissional, a eleição de jogadores e membros das torcidas organizadas para os cargos de conselheiros do clube, a utilização do espaço para a propaganda nos uniformes para convocar a população a votar para governador em 1982, a apresentação da faixa “Ganhar ou Perder, mas sempre com Democracia” na final do Campeonato Paulista de 1983, a participação de membros da equipe na Campanha pelas Diretas Já, as promessas do Sócrates de deixar o clube se Waldemar Pires não fosse reeleito e de deixar o país se a emenda Dante de Oliveira não passasse no Congresso Nacional, o jeito de lidar com as críticas da imprensa reacionária, todas essas atitudes, expunham a vida como potência

de criação e resistência às políticas de subjetivação capitalísticas. Como demonstra Rolnik (2003, p. 1-2):

“[...] o desconforto força a criar uma nova configuração da existência, uma nova configuração de si, do mundo e das relações entre ambos, de modo a permitir a expansão da vida, a luta por sua resistência. São estas múltiplas transformações moleculares que, acumuladas, precipitam novas formas de sociedade, uma obra aberta cuja criação é portanto necessariamente coletiva.”

Exploremos, caso a caso, algumas das táticas de resistência experimentadas pela Democracia Corinthiana para experimentar as maneiras pelas quais a multidão pode vir a tornar-se sujeito político dentro da Sociedade de Controle.

Os jogadores ficarem “presos” um, dois dias nos hotéis reservados como “concentração”, não é novidade. Nesses ambientes diz-se que o atleta fica preservado da imprensa, pode descansar e se preparar para os jogos. O que não se costuma dizer é que essa é uma política de infantilização que visa, entre outras coisas, impedir que o atleta amadureça enquanto cidadão. Nunca este analisador, que pode ser desdobrado para entendermos como é o tratamento comum dos dirigentes em relação aos seus empregados, foi tão discutido. Entrevistado pela Revista Caros Amigos (2000, ano 4, num.45, p. 36), perguntado sobre a necessidade da concentração, Sócrates respondeu:

“Só se for para se masturbar. (risos) [...] na verdade isso só serve para prender o cara. Eu penso sempre o contrário: onde você come melhor, na tua casa ou num hotel? E, quando você está preso, você sonha com quê? Com a liberdade. Se você está preso para jogar, você sonha com o fim do jogo, não com o jogo. Quando não está preso, o tesão é o jogo. Você está preso ali por 24, às vezes, 48 horas, está com o saco cheio, não quer nem saber de jogo, quer que acabe logo para poder ir embora. Grande parte do comportamento de futebol tem a ver com essa premissa. Fica preso o tempo todo, quando sai faz todas as besteiras do mundo em meia hora. (risos) Quer comer todas as mulheres, quer beber tudo a que tem direito, tudo em meia hora. Então, concentração não serve para nada, só para que as pessoas continuem criancinhas, pequenininhas, continuem não pensando.”

Ricardo Gozzi, sorrindo, nos perguntou: *“Como os jogadores podem determinar onde vão se hospedar? Como os jogadores decidem se vão se concentrar ou não? Como os jogadores podem decidir os seus próprios destinos?”*

Sócrates explica que a tomada do controle sobre as ações, isto é, o rompimento com todo esse paternalismo a que os atletas estavam e estão submetidos, caminha junto com a busca e aceitação pela responsabilidade, pelo crescimento intelectual e político. Ele diz: *“Essa [concentração] nós passamos no mínimo uns oito meses, era um processo político interno. Fiquei oito meses para conseguir maioria. A maioria dos*

jogadores era a favor da concentração, ela é muito boa para o atleta, é uma instituição que preserva o atleta da opinião pública. Mas preserva o mau profissional. Era o que eu colocava para eles. O mau profissional tem liberdade absoluta de fazer o que ele quer, até hoje é assim, menos às vésperas das partidas. O que eu queria colocar é que nós temos que ter responsabilidade todo dia, toda hora, todo segundo. Não importa o que você faz, importa que seja responsável por aquilo que você faz, não só na véspera das partidas. Tinha um que passava cinco dias acordado e os dois, dentro da concentração, dormindo. Nós queríamos era quebrar esse vício que não serve para porra nenhuma, na verdade. Só para preservar em relação a opinião pública. Você pode levar namorada e por no hotel, pode levar whisky na sua bolsa se quiser, quem vai ficar olhando mala de jogador.

Wladimir explica o acerto final dos membros da equipe de futebol do Corinthians em relação à concentração, uma decisão que demonstrou a necessidade de desempenhar um certo ‘cuidado de si’, como talvez dissesse Foucault, no encontro com o outro: *“Quando a gente votou pela não concentração, para abolir a concentração, a gente votou e acabou chegando num consenso que a concentração era facultativa. O Biro Biro tinha criança pequena em casa e não conseguia descansar. Se fosse uma regra ele não podia concentrar e ia atrapalhar o cara.”*

O técnico Mario Travaglini nos deu um exemplo de como a preparação para os jogos era realizada durante a sua época, mostrando que a existência de regras é algo normal e que a importância está para refletir sobre elas antes de as acionar. Isto é propriamente o exercício da ética, atitude do grupo que buscou a transformação daqueles valores que se perderam em um tempo que já não era mais o deles. Ele disse: *“Eu não vejo a concentração com um sentido punitivo e nem você castra o jogador. Uma vez eu estava sentado num sofá num salão de um hotel onde o Corinthians estava concentrado e o Sócrates, duas da tarde, desceu, me viu, cumprimentou e falou: ‘Seu Mário, vamos até a Rua Augusta? Eu preciso comprar umas coisas.’ Vamos. Qual é o problema? Fui com ele, ele visitou umas casas, ficou todo feliz e voltamos. ‘Não, não vai. Você não pode ir, você está concentrado e vai se desgastar.’ Não é isso. Há uma maleabilidade e uma liberdade. A concentração era mais para você concentrar, não o aspecto físico, mas para você estar voltado para o jogo, para você concentrar no objetivo. Nós dividimos os solteiros e os casados. ‘Por quê? Você está discriminando?’ Não. É que o casado, ele tem uma família, ele tem a esposa, ele está sendo melhor*

tratado dentro da casa dele. O jantar, o almoço, o café da manhã, saem na hora, ao passo que o solteiro geralmente vem de outro lugar.”

“Como em todo processo inovador, o modo de produção que surge vai de encontro às condições das quais ele precisa ser libertado. O modo de produção da multidão vai de encontro à exploração em nome do trabalho, da propriedade em nome da cooperação, e da corrupção em nome da liberdade. Ele autovaloriza corpos em trabalho, reapropria-se da inteligência produtiva mediante a cooperação, e transforma a existência em liberdade.” (HARDT & NEGRI, 2001, p. 432)

Outra vitória dos jogadores teve relação com a eleição do companheiro de profissão e de clube, Zé Maria, que encerrava a carreira como jogador de futebol, para o cargo de técnico. Como Zé Maria já conhecia bem o elenco, teve o seu nome indicado e aprovado pelo grupo de jogadores, pela comissão técnica e pela diretoria.

Sobre o assunto, o jornalista Marco Antônio Rodrigues apud Sócrates e Gozzi (2002, p. 124) escreveu: “A Democracia Corinthiana atinge seu ápice: os jogadores chegaram ao poder. Um momento raro no futebol brasileiro: os jogadores tiveram o direito de escolher o novo técnico; tiveram nas mãos toda a força de decisão sobre o comando do time.”

O período de autogestão durou dois meses, de março até maio de 1983, porque os resultados da equipe foram instáveis. Casagrande nos informou sobre a importância da chegada de Zé Maria ao cargo de técnico, levado pelas mãos dos jogadores. Também deixou em suspenso o sentimento de que sem resultados positivos no campo, o processo democrático sofreria abalos. Ele disse: *“Esse foi um momento importante que não se concretizou com mais importância porque não deu certo. O time perdeu, foi eliminado do Brasileiro. Se o Zé Maria tivesse entrado dando certo, talvez tivesse sido um dos pontos de maior importância da Democracia Corinthiana. Foi uma escada. Nessa época em que o Zé Maria subiu para o time, nós pulamos uns oito degraus.”*

Sócrates, perguntado se a escolha de Zé Maria como técnico representava o ápice da Democracia Corinthiana, nos esclareceu: *“Não. No simbolismo talvez, mas para gente era normal. Nós escolhíamos o treinador. Quando resolvemos modificar essa estrutura veio outra lista tríplice de treinadores, escolhemos o Jorge [Vieira]. Era assim que funcionava.”*

Outra novidade inventada na época da Democracia Corinthiana foi a indicação, para o Conselho Deliberativo do clube, de jogadores e representantes das torcidas organizadas. Em março de 1983, numa eleição para a presidência do clube, das abertas

entre todos os associados, Waldemar Pires tentava reeleger-se para o cargo que ocupava havia dois anos. Seu adversário não poderia ser outro além de Vicente Matheus.

Waldemar nos explicou a escolha de jogadores para membros do Conselho Deliberativo do Corinthians: *“Eles além de participarem do futebol, participavam também da vida política do clube. Porque eles participavam dessa administração como conselheiros. Uma coisa importante desse movimento é que, além dessa união de jogadores, nós trouxemos também a torcida para dentro do clube. Quando constituímos a chapa do conselho, além da gente pôr quatro atletas profissionais, a gente convidou dois elementos de cada torcida organizada que existia para fazer parte do conselho. Todas as torcidas participavam das reuniões do conselho e das decisões.”*

Esta decisão surgia como contraponto à candidatura de Vicente Matheus para presidente do Corinthians no mandato de 1983 e 1984. Wladimir, por exemplo, aceitou o convite para se candidatar a uma das 150 vagas do Conselho Deliberativo do Corinthians ao saber que o Vicente Matheus seria oposição. Ele, em entrevista à Revista Placar (1983, número 667, p. 21), opinou: *“É preciso também acabar com o preconceito de que o jogador só deve preocupar-se com o futebol. Temos o direito de fazer valer as nossas idéias, não só em nossas casas, mas em todos os acontecimentos do país que nos envolvam e nos digam respeito. E o Corinthians me diz respeito demais.”*

Frente à possibilidade de Vicente Matheus voltar à presidência do Corinthians, os jogadores da Democracia Corinthiana resolveram que era questão de honra defender o sistema que eles implantaram. Sócrates não acompanhou Wladimir e Zé Maria, que lançaram seus nomes para compor a chapa de Waldemar Pires. Sócrates (2002, p. 120) escreveu: *“Já, naquele momento, tinha assumido a luta por eleições livres e diretas que levaria milhões às ruas do país um ano depois. Mas fiz de tudo na campanha! Além de fazer a campanha, [...] anunciei que abandonaria o Corinthians caso o Matheus vencesse. [...] Essa era a minha forma de barganhar.”*

Wladimir, por sua vez, defendeu sua participação na eleição, mesmo ela sendo ainda indireta:

“Respeito a decisão do Sócrates em não concorrer, sob a alegação de que as eleições presidenciais são indiretas. Eu também sou favorável a que os associados elejam o presidente, mas creio que o Conselho é o lugar indicado para se lutar por reformas desse tipo, tanto que pretendo propor eleições diretas quando estiver lá dentro. (REVISTA PLACAR, 1983, número 667, p.21)”

Sócrates nos informou: *“Naquele dia a gente ia ter um jogo no Rio, no dia da eleição, no domingo, e nós queríamos fazer boca de urna. O grupo mais politizado, e aí colocamos: ‘Vamos viajar no domingo onze horas da manhã, chegar na hora do jogo lá.’ Perdemos por um voto. A gente queria ficar no domingo de manhã no clube para fazer a boca de urna e depois ir para o jogo. Aí o pessoal resolveu ir no dia anterior. Toda semana tinha alguma questão que alguém levantava e era votada.”*

Como o prestígio dos atletas era grande, a Democracia Corinthiana colocou peso em suas imagens na busca pela reeleição de Waldemar Pires. O jornalista Aroldo Chiorino apud Sócrates e Gozzi (2002, p. 122) escreveu no dia seguinte a confirmação de Waldemar Pires como presidente do Corinthians, numa eleição em que a Democracia Corinthiana conseguiu 5138 votos contra os 2336 de Vicente Matheus:

“A presença de associados superou em números as eleições anteriores, o que quer dizer que a de ontem despertou interesse, inclusive movimentando muita gente importante, algumas vindas do Rio de Janeiro e do Mato Grosso do Sul. Numa definição ideológica, ficou bem claro que não foi uma vitória de Waldemar Pires sobre Vicente Matheus, mas sim da proposta democrática sobre a proposta autoritária, como vinham defendendo os jogadores Sócrates, Zé Maria, Wladimir e Casagrande.”

Outra das ações do grupo do Corinthians mais comentadas foi a utilização das camisas de jogo como convite à participação pública nas eleições de 1982. Uma medida inteligente que, como as outras, adquiriu extensão enorme, já que o futebol, no Brasil, é um dos meios mais acompanhados pela opinião pública. Como bem observou Sócrates: *“Era um foco de atenção das posições políticas, não era nem o futebol que estava em jogo, era, em geral, a questão política.”*

O publicitário Washington Olivetto também fez parte da Democracia Corinthiana, foi quem, inclusive, percebeu o termo, depois de Juca Kfoury utilizá-lo. Adilson Monteiro Alves se interessou por Olivetto porque o uso das camisas como veículo de comunicação havia sido liberado. No início da década de oitenta já se podia fazer propaganda esportiva através dos uniformes.

Como a proposta era democrática e o espaço precisava despertar o interesse dos anunciantes, estamparam na camisa “Democracia Corinthiana” e “Dia 15 Vote”. A última frase, fazendo referência às eleições diretas para governador que se aproximavam, em 1982, expressa a relação do movimento no Corinthians com a situação de abertura política pela qual muitos brigavam e que precisava ser consagrada.

A apropriação do potencial comunicativo de um meio como o futebol pela multidão ofende a lógica do controle a partir de um campo que, contemporaneamente, é chave para o desenvolvimento do capitalismo. Hardt e Negri (2001, p. 428) afirmam: “Se a comunicação se torna cada vez mais o tecido da produção, e se a cooperação lingüística se torna cada vez mais a estrutura da corporalidade produtiva, então o controle do sentido e do significado lingüísticos e das redes de comunicação constituem uma questão cada vez mais central para a luta política.”

Sérgio Scarpelli nos informou sobre os desdobramentos do convite feito para que as pessoas fossem às urnas: “*Aí nós fomos chamados no Conselho Nacional de Desportos pelo General Jerônimo Bastos. Ele, muito sutilmente, obrigou a gente a não fazer mais manifestações políticas na camisa. Era um regime totalitário, você é obrigado a obedecer.*”

Washington Olivetto é dono de uma frase que merece ser analisada. Ele disse que a Democracia Corinthiana era como um avião que ia sendo consertado ao mesmo tempo que voava. Se o movimento estava conectado, como propusemos anteriormente, a duas formas de perceber o mundo enquanto matéria, uma formalizada e a outra ligada às sensações, a frase de Olivetto nos permitirá problematizar outra característica do acontecimento.

Manter o ritmo de acolhimento ao que sucede e, junto disso, conseguir agir sobre o que se apresenta, dá a dimensão de que o Acontecimento Democracia Corinthiana não se prendeu a um projeto organizado para um dia ser completamente realizado, numa ‘crença em relação à ação’ e não à ação efetiva. O frescor e o vigor que o movimento corinthiano desempenhava estava em engendrar as possibilidades de resistência aos padrões modelares e individualizadores do futebol através de ações inventivas.

Juca Kfourri nos deu um exemplo dessa irreverência que os jogadores usavam coletivamente para fazer a crítica das críticas que recebiam: “*Havia crítica até às roupas que os jogadores usavam. Um belo dia eles resolveram que iam todos de paletó e gravata. Foram treinar todos de paletó e gravata. Os dirigentes são muito rigorosos, menos com a vida pessoal deles. Um belo dia o time do Corinthians foi treinar de paletó e gravata. Imagina a cena dantesca. Todos apareceram no treino, era de chorar de rir. Eram as coisas mais desconjuntadas do mundo. Imediatamente, a imprensa conservadora se deu conta que era melhor que eles fossem de bermuda do que daquele jeito.*”

Com a Democracia Corinthiana, passamos a entender o acontecimento político como uma nova distribuição de afetos, uma nova circunscrição do intolerável que se faz presente e convoca as pessoas a inventarem formas de atualização das novas possibilidades de vida, ao invés de deixá-las sufocar no velho agenciamento.

François Zourabichvili (2000) é um dos autores que propõe a inversão do conceito de possibilidade. Não mais como um resultado futuro a ser alcançado, mas como resultado imediato da ação resistente. “Efetuar o possível como tal é afirmar a nova sensibilidade, permitir-lhe que se afirme. Eis por que uma sociedade exposta ao acontecimento deve ser capaz de criar os agenciamentos correspondentes, de tal maneira que ela queira a mutação” (ZOURABICHVILI, 2000, p. 346).

No segundo jogo da final do Campeonato Paulista de 1983, novamente, os membros da Democracia Corinthiana foram convocados à ação e confirmaram à disposição em afirmar a democracia para quem quisesse ver. Antes do início do jogo, os jogadores entraram em campo com uma faixa onde se lia: “Ganhar ou perder, mas sempre com democracia”. Ali, estava exposta a seriedade que o grupo dispensava ao que eles próprios haviam conquistado dentro do Corinthians, mas também ao desejo de uma parcela grande do povo brasileiro, o fim da ditadura. Pela primeira vez no futebol brasileiro, cogitava-se até abrir mão da vitória, mas não da proposta de viver e trabalhar democraticamente. Juca Kfoury nos falou como aquela atitude o tocou: “*O momento que a mim mais cala e que deixa a opinião pública perplexa, ‘Pô esses caras não tão para brincadeira.’, é quando o Corinthians entra em campo para um jogo decisivo com a faixa ‘Ganhar ou perder, mas com democracia’. O time estava dizendo: ‘A gente está ganhando sim, nós podemos até perder, não importa. O que importa é o método’. ‘Não fica me cobrando pelo resultado em campo, mas tem uma idéia mais importante, subjacente à nossa atitude.’ Eles tão ganhando e tão dizendo que não é o ganhar, o importante é a democracia.*”

Solicitado pela Revista Caros Amigos (2000, ano 4, número 45, p. 37) a comentar sobre o fato da Democracia Corinthiana culminar com a abertura democrática e campanha das Diretas, Sócrates disse:

“Exatamente, a coisa se tornou gigantesca por causa do momento que o país vivia. Mas era coisa simples e, para nós, uma delícia. Porque, mesmo perdendo na votação, você já se sentia cúmplice. A responsabilidade aumentava, porque a gente estava vendendo essa idéia: ‘Estamos decidindo tudo.’ [...] E foi uma delícia porque daí começamos a discutir todo o resto.”

Como acompanhamos, Adilson Monteiro Alves, Sócrates, Wladimir, Casagrande, entre outros, estiveram nos palanques das manifestações que requeriam o direito da população votar para presidente do país.

Todas as estratégias descritas explicitam que: “Os processos de constituição ontológica desdobram-se mediante os movimentos coletivos de cooperação, através dos novos tecidos produzidos pela produção de subjetividade. É neste lugar de constituição ontológica que o novo proletariado aparece como um poder constituinte” (HARDT & NEGRI, 2001, p. 426).

Casagrande elege um desses momentos como o ápice da Democracia Corinthiana. Ele nos contou: “*O ápice da Democracia Corinthiana foi a gente estar no palanque das Diretas, discutindo com um milhão de pessoas, na Praça da Sé, sobre a Democracia do país. Brigando por uma eleição direta para presidente da República. Éramos quatro jogadores de futebol no palanque, do mesmo time e do mesmo processo, a Democracia Corinthiana. Aquele foi o ponto que o pessoal olhava e falava assim: ‘Eles conseguiram o intuito deles, os caras estão lá no palanque discutindo a eleição de presidente da república, com um milhão de pessoas.’ Seria maior se tivesse passado a emenda Dante de Oliveira. Foi o ponto áureo e o início do fim.*”

Sócrates também nos respondeu sobre a forma como a Democracia Corinthiana foi se aproximando de outros movimentos populares: “*Conseguimos juntar o movimento dos metalúrgicos do ABC e foi aumentando. A primeira campanha do Lula, em 82, o primeiro grande evento da campanha, nós fizemos no Parque São Jorge. Jogamos sábado à noite em Ouro Preto. Chegamos em São Paulo às 6 horas da manhã e, as 9 horas da mesma manhã, estávamos fazendo uma pelada no Parque São Jorge com a cúpula do partido e músicos. Estava todo mundo lá, o Toquinho, o Gonzaguinha. Fizemos uma pelada, depois um churrasco, e, de noite, um show para levantar grana para campanha do Lula para governador.*”

Na segunda-feira, 16 de abril de 1984, mais de um milhão de pessoas foram às ruas para uma manifestação a favor das Diretas. Junto com eles, estavam alguns membros da Democracia Corinthiana. Entre todos, Sócrates, que fez mais uma aposta. Ele prometeu: “Se o Congresso Nacional não aprovar a emenda das diretas, eu saio do país.” (SÓCRATES & GOZZI, 2002, p. 138).

Nove dias depois, em 26 de abril, a emenda Dante de Oliveira fora derrotada. O Brasil, que não vivia eleições diretas para presidente desde a década de sessenta, só tornaria a poder decidir livremente quem ocuparia o cargo de presidente em 1989.

Sócrates cumpriu a promessa e deixou o país, passando a jogar na Fiorentina, da Itália. Sua saída do Corinthians foi um grande baque, tanto junto à torcida como em relação aos seus companheiros da Democracia Corinthiana.

Mais ou menos ao mesmo tempo que a luta pelas eleições diretas para a presidência do país foi atravancada nos últimos suspiros da ditadura no Brasil, a conjunção de forças e idéias que dava à Democracia Corinthiana a feição de um movimento coletivo com responsabilidades coletivas, começava a ser desfeita. Um pouco porque a derrota da emenda Dante de Oliveira era também uma derrota da Democracia Corinthiana, uma derrota que reanimou os discursos e práticas reacionárias que a atacavam, e porque, dentro do movimento, também começaram a acontecer fatos que ofendiam algumas das combinações anteriores do grupo. O trabalho começou a ser reorientado a partir de alguns dos antigos clichês futebolísticos.

Disponibilizaremos alguns dos momentos em que a metaestabilidade da Democracia Corinthiana foi descaracterizada. É importante destacar que os feitos, que as lutas perpetuadas pelo movimento não se encerraram com o fim de sua formalização. Nesses vinte anos, apesar do fim molar do acontecimento, as sensações e as conquistas daquela gente continuaram reverberando e se aliando a outras sensações e a outras conquistas história adentro.

A título de descrição, o fim da Democracia Corinthiana é apontado com a derrota de Adilson Monteiro Alves, apoiado por Waldemar Pires, para Roberto Pasqua, na eleição de conselho para a presidência do Corinthians. Em abril de 1985, por 162 a 130 votos. Waldemar Pires recorda a época:

“Meu mandato havia terminado. Em respeito ao estatuto indiquei o Adilson e o Scarpelli. Se eu concorresse a um terceiro mandato consecutivo, estaria passando por cima dos estatutos. O Alberto Dualib, por exemplo, deveria ter saído na segunda metade da década de noventa, mas começou a fazer reformas estatutárias e se perpetuou no poder. O Trindade fez isso, o Helu fez isso, o Matheus fez isso. Mas o certo mesmo, respeitando o que está escrito, é mandato de dois anos, podendo se reeleger por mais dois. Se quiser voltar mais tarde, em outra eleição, é outra história. Mas esse era o certo. Houve especulações de que eu inverteria a chapa, como fez o Matheus em 81. Nós havíamos conseguido acabar com aquele vício. Logicamente, não seríamos nós quem o manteríamos.” (SÓCRATES & GOZZI, 2002, p. 160)

A oposição tomou a decisão de tentar esvaziar a proposta da chapa encabeçada por Adilson Monteiro Alves de dar seguimento ao projeto democrático dentro do Corinthians, denominando, a chapa de Roberto Pasqua, de Aliança Democrática

Corinthiana. Pasqua, inclusive, querendo mostrar que não haveria diferença na forma de administrar o clube caso ele vencesse a eleição, prometeu que a Democracia Corinthiana continuaria vigorando.

Sérgio Scarpelli revelou outra medida que a oposição tomou para vencer a eleição:

“O Roberto Pasqua era presidente do Conselho Deliberativo naquela época. A maior parte do conselho havia sido eleita pelo Waldemar. Supunha-se então que a maioria do conselho ficaria com ele. Porém, o estatuto do clube determinava que, se um conselheiro faltasse a três reuniões seguidas ou cinco alternadas sem justificativa, estaria eliminado. Na semana que antecedeu as eleições, o Pasqua eliminou os conselheiros leais ao Waldemar que tinham faltado às reuniões. Ele deve ter eliminado uns trinta ou quarenta nomes e colocou o mesmo número de votos de cabresto. A chapa do Pasqua ganhou por uma diferença relativamente pequena e a gestão democrática acabou no Corinthians” (SÓCRATES & GOZZI, 2002, p. 161).

Waldemar Pires nos informou que quando sua primeira gestão iniciou o clube devia um milhão de dólares da gestão anterior e, quando saíram, depois da segunda gestão, a diretoria deixou três milhões de dólares aplicados em OTNs cambiais.

Flávio Gikovate, psiquiatra, contratado a partir de 1982 para cuidar do aspecto psicológico da equipe corinthiana, nos falou sobre a transformação paulatina das relações entre os membros do movimento: *“Logo depois do fim do paulista [bicampeonato de 1983] houve essas futricas. Eu fui meio posto de escanteio porque o Wladimir deu uma entrevista para a Revista Placar e me elogiou. Aí, imediatamente, o Adilson deu uma gelada em mim. É por essas e outras que ele vai sendo descaracterizado. Depois que eu estava fora fizeram um monte de coisas que estava combinado que não iam fazer, como a contratação de um goleiro que hoje é um treinador importante com quem o Sócrates não se bicava. A Democracia Corinthiana só existiu até 82, até o Leão. Em 83 ela já não existia mais. O Sócrates já tinha se indisposto com o Adilson, o Leão fazia sub grupo dentro do grupo. Em 83, quando o time já estava se fudendo no brasileiro o Adilson me chamou de novo. No começo de 84, o Sócrates foi embora.*

Gikovate voltou ao clube em março de 1983, quando a equipe ia mal no Campeonato Brasileiro. Segundo ele, a diretoria do Corinthians “fez todas as coisas que estavam combinadas de não fazer” (SÓCRATES E GOZZI, 2002, p. 167) no tempo em que ele ficou fora. Entre elas, não desorganizar o grupo e não contratar jogadores que fossem desagregadores.

Algumas das principais peças da equipe não jogavam bem. Gikovate disse que Sócrates não estava vivendo um bom momento na vida pessoal, começou a receber propostas para jogar no exterior e estava instável em campo. Casagrande, por sua vez, também ficara baqueado por causa das torcidas adversárias o chamarem de ‘maconheiro’ devido a um incidente com a polícia envolvendo drogas.

Gikovate ainda informou: “Foi quando o Leão foi contratado e começaram a ocorrer tensões no grupo e o time começou uma seqüência de maus resultados no Campeonato Brasileiro.” (SÓCRATES & GOZZI, 2002, p. 167)

Nem todos exercitavam o direito ao voto, como foi o caso do goleiro Leão, contratado pelo clube em 1983. Parece que, daquela vez, o processo de consulta coletiva para a contratação de um atleta foi traído. O nome foi indicado por Adilson Monteiro Alves e avalizado, apenas, pelos profissionais que já tinham trabalhado com ele: o técnico Travaglini, o preparador físico Hélio Maffia, e os jogadores Sócrates, Wladimir e Zé Maria.

Leão já tinha uma carreira destacável, era um dos melhores goleiros do país, mas recebia críticas pelo seu individualismo. O goleiro diz que a Democracia Corinthiana não existiu e se nega a dar entrevistas sobre o assunto.

Um dos casos que expõem a sua dissonância em relação ao movimento refere-se à sua discordância em relação à uma decisão do grupo. Os jogadores haviam deliberado que ao invés de bicho por vitória, optariam pela participação na renda de cada partida, mas, segundo Wladimir, Leão não queria saber de todos serem iguais, de dividir bicho igual. Para ele, a estrela tinha um papel e o reserva outro. Wladimir diz que o Leão “[...] botava banca e começou a dizer para os ‘cabecinhas’: ‘Eles ganham bem, eles têm salário, por isso que eles não discutem bicho’. Aí os caras bandearam para ele, foi quando rachou o grupo.”

As opiniões de Sócrates sobre Leão correm no mesmo caminho: “*Ele tem uma visão de mundo muito diferente, não que seja culpa dele. E o sistema, da forma como estava estabelecido, incomodava ele sobremaneira. Porque ele sempre foi um cara de utilizar os poderes que ele conseguia em benefício próprio. Quando você tem mais poder você pode gerar mais poder ainda. É a forma como ele gosta de trabalhar, gosta de viver. Lá, nós tiramos isso, isso aí é um poder de todo mundo, do grupo. Então, isso incomodava ele, tanto que eu não me lembro de ele ter participado de nenhuma votação. Ele nunca votou, sempre em branco, nenhuma manifestação. Ele não queria, mas o problema era dele. Um símbolo interessante, se você pega a população*

brasileira. Ela pouco participa das decisões políticas. Ela não se sente confortável participando. Ele é um símbolo disso.”

Casagrande também traçou o panorama do enfraquecimento interno que a Democracia Corinthiana começou a sofrer, mostrando que a individualização dos interesses parecia sobrepujar as combinações coletivas: *“Eu acho que não tinha mais o que conquistar. Aí que surgiu, talvez, o interesse individual do Adilson ser candidato, do Sócrates ir para a Fiorentina. Eu fui expulso do Corinthians. Eu fui proibido de entrar no clube por 40 dias porque o Sócrates foi para a Fiorentina e eu declarei que o Jorge Vieira não era o treinador ideal para o Corinthians. Ele era um cara contrário a tudo que a gente estava fazendo. Surgiu o São Paulo Futebol Clube e fui para o São Paulo. O Magrão foi para a Fiorentina. Sobrou quem? Wladimir e Adilson. É forte, mas é menos forte do que estar, eu, Sócrates, Adilson e Wladimir. O combate, a luta fica muito mais difícil. O segundo semestre de 84 foi um ano morno. Existia ainda [a Democracia Corinthiana], mas morno, nada aconteceu.”*

Sobre o fim formal da Democracia Corinthiana e a postura do Adilson Monteiro Alves, Juca Kfourri problematizou: *“Você vê que, de certa forma, ela se dilui numa grande derrota da democracia brasileira que é a votação das eleições diretas no congresso que não passa e o Sócrates cumpre a promessa de ir embora. O Adilson se perde, infelizmente, não é. Ele se perdeu, virou diretor de árbitros do Farah [Ex-presidente da Federação Paulista de Futebol]. Ele, depois, foi para a vida política de um lado que não era o melhor lado. Com o Quercia, e se perdeu. Hoje é dono de bingo. Teve um papel essencial na Democracia Corinthiana, mas se perdeu. O Sócrates brigou com ele também.”*

Wladimir define, a sua maneira, o fim molar da Democracia Corinthiana: *“O Adilson Monteiro Alves perdeu em 85 e não houve manutenção do projeto. Perdeu também porque, se num primeiro momento ele chamava o grupo para pedir opinião, depois ele já se achou o ‘bam bam bam’. Então, começou a contratar à revelia do grupo. Veio o Dunga, veio o De Leon, pessoas altamente segregadoras, muito mais preocupadas consigo mesmo do que com o grupo. Aí já não tinha o Sócrates, o Casagrande também tinha saído.”*

Casagrande também deu a sua opinião sobre Adilson Monteiro Alves: *“De 84 para 85 ele se perdeu. Ele mudou de lado. Nós tínhamos um acordo de não candidaturas, mas ele se candidatou. Com o decorrer do tempo ele foi seguindo outros caminhos.”*

Tanto no âmbito mais geral da derrota da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, como no domínio mais específico do grupo corinthiano através de práticas como as de Leão e as, num segundo momento, de Adilson Monteiro Alves, está de novo, posta a forma de funcionamento ordinária da Sociedade de Controle. Se dissemos que a multidão tem um potencial gerativo, agenciador e realizador do desejo, a Sociedade de Controle reage, veiculando, socialmente, modos de ação marcados pela corrupção. Hardt e Negri (2001) opõem ao desejo, um motor ontológico, à corrupção, a ausência de fundação ontológica das práticas. A corrupção surge como prerrogativa individual que rivaliza com a comunidade e a solidariedade, as violando. A corrupção pode ser entendida como o exercício do comando desconectado da vida. A corrupção é o que ata o desejo da vida por mais vida, ou ainda, é o que tenta desestabilizar a crise, a novidade produzida pelo acontecimento.

Que a Democracia Corinthiana tenha sofrido revezes das linhas de captura capitalísticas e se desagregado no nível macropolítico, pois bem. Mas a pergunta correta a ser colocada diz respeito à problematização sobre a atualidade das disputas empreendidas pelo movimento. O que resiste apesar do fim molar da Democracia Corinthiana? Quais as continuidades que subsistem no âmbito do futebol e no plano geral da vida do país? A que as antigas sensações daquela época se ligam, atualmente? O que elas mobilizam?

No prefácio que Juca Kfourri escreveu para o livro de Sócrates e Gozzi (2002, p. 13), ele afirmou:

“O primeiro resultado das Diretas Já foi o *impeachment* de Collor, porque o povo voltou às ruas para destituí-lo. E a Democracia Corinthiana, vinte anos depois, vive tão pujante que a opinião pública sabe quem é quem na imprensa esportiva (os que eram contra a Democracia hoje têm papel subalterno e vergonhoso), que o passe acabou, que as CPIs revelaram a podridão da cartolagem e que até campeão do Mundo o Corinthians foi ainda no século em que ela vigorou, o século XX.”

A questão do passe, isto é, a forma como os contratos entre os clubes e os jogadores eram realizados, sempre foi um tema discutido e criticado pelos membros da Democracia Corinthiana. Scarpelli, solicitado a responder sobre a forma como o passe vigorava à época, apontou: “*Você não conheceu esse sistema, ficava preso o passe. Se ele [o jogador] não desse certo, morria com aquele passe preso e não tinha mais chance nenhuma na vida. Quando ele ia ver, ele estava com 28 anos, não tinha estudado, não*

tinha jogado, não tinha sido nada, não tinha currículo. E para começar uma vida com essa idade não é fácil, sem formação nenhuma. Então esse jeito democrático de administrar repercutiu em todos os setores, principalmente no futebol.”

Wladimir ressaltou as limitações referentes às condições de trabalho que os jogadores viviam na década de oitenta: *“Eu sempre fui a favor da extinção do passe. Naquela época a gente já discutia muito isso. O Sócrates se preocupava muito com os menos favorecidos, os jogadores que não tinham nome, não tinham sustentação. Nada é mais soberano do que a liberdade de ir e vir. Nada. Nós éramos os únicos trabalhadores que não tínhamos liberdade de ir e vir. Eu estava insatisfeito no clube, os caras me encostavam. Um clube me querendo, outro clube me querendo. Existia um passe, um vínculo, um grilhão que só se quebrava mediante a boa vontade do dirigente. Na nossa época, para você ficar livre tinha que ter 10 anos de clube e 32 de idade.”*

Se o movimento no Corinthians é esteio para as mudanças que temos visto em relação ao fim do passe no futebol, Scarpelli pontuou: *“Eu vivi os dois lados, sei como é que é. Total [sobre a responsabilidade da Democracia Corinthiana nas discussões atuais sobre o fim do passe], até chegar nessa lei, o Estatuto do Torcedor. Essa abolição do passe. Acabou o contrato, acabou o vínculo, não tem passe mais, acabou. Você é um funcionário contratado. Acabou o contrato, você pode fazer o que quiser. Hoje não tem mais passe, são ativos financeiros que podem pertencer a qualquer organização, não mais a clubes.”*

Sócrates avaliou a importância da possibilidade de discussão coletiva sobre os direitos dos jogadores aberta pela Democracia Corinthiana: *“Várias cabeças diferentes provocam discussões várias. Isso gerou uma consciência muito maior dos atletas em relação aos seus direitos. Hoje se você pensar bem, os atletas têm muito mais conhecimento da legislação do que os de antes. Os dirigentes não mudaram nada, mas os atletas evoluíram nesse aspecto. Nós temos direitos, por que não exercê-los?”*

No final do ano 2000, em entrevista à Revista Caros Amigos (2000, ano 4, número 45), Sócrates achava que a CPI ia abrir espaços para o trabalho de gente competente através do afastamento da bandagem. Em novembro de 2003 ele ratificou o comentário: *“Continuo achando, mas demora, é claro.”* Perguntamos a ele se a CPI já tinha terminado e se o Ricardo Teixeira continuava como presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Ele disse: *“Acabou [a CPI do Futebol]. Continua [o Ricardo Teixeira], mas esse é um processo, uma atuação da sociedade brasileira.*

Porque uma hora isso vai acontecer. A sociedade pode ser permissiva durante um período muito maior do que nós gostaríamos, mas vai mudar.”

Juca Kfourri também foi convidado a tecer comentários sobre o momento atual do futebol no Brasil. Ele referendou a importância da CPI, dizendo: *“Os ganhos houve. A legislação é fruto da CPI, o Estatuto do Torcedor, a lei da moralização. Tem aí os inquéritos, a justiça é lenta no Brasil. Mas eu acho que a CPI teve o condão de informar a opinião pública sobre os bastidores do futebol. Tem uma coisa pública, eu acho. Isso é um ganho inestimável e essa cartolagem está desmoralizada do ponto de vista da legitimidade da opinião pública. Essa vai ser a última coisa a mudar nessa superestrutura do futebol porque você tem 1400 “euriquistas” [correligionários de Eurico Miranda] que ainda votam nele. Esses presidentes de federação que ainda dão sustentação ao presidente da CBF. Então, aparentemente, nada mudou, mas acho que mudou. A CBF agora tem que estabelecer critérios técnicos para fazer seus campeonatos, não pode se limitar a convidar, como fazia para a Copa do Brasil. Os árbitros estão sendo escolhidos por sorteio. Enfim, eles estão, pelo menos, mais acudados do que estavam antes. Tentaram fazer aquele nocaute e paralisar o campeonato e não conseguiram. Acho que encaminhou-se.”*

Tanto Juca Kfourri, como Waldemar Pires e Sócrates, nos informaram que nunca, nesses vinte anos, o tema Democracia Corinthiana esteve tão em voga. Eles tem sido procurados, constantemente, para falar sobre o assunto. Os movimentos pela moralização do futebol brasileiro, atualmente representados pela legitimação do Estatuto do Torcedor e pelos inquéritos instaurados, municiados pela CPI do Futebol, podem dar conta de um novo acontecimento. Um acontecimento que se acopla, também, às forças que se mantiveram disponíveis e em embate desde a Democracia Corinthiana: Sobre a CPI do Futebol e sobre o Estatuto do Torcedor, Waldemar Pires, confirmou: *“A CPI foi muito importante. O Estatuto [Estatuto do Torcedor] é bom. Essas mudanças vão trazer muitos benefícios. Por exemplo, vai haver uma eleição para a presidência do Santos. Eles fizeram uma reforma estatutária e essa reforma estatutária ampliou o direito do presidente atual disputar mais uma eleição. Os torcedores já entraram na justiça com uma liminar que é pelo novo Código Civil. Toda reforma estatutária tem que ouvir também os associados. Tentaram que esse processo [a Democracia Corinthiana] fosse esquecido³⁸, mas acho que isso reverteu-se de uma maneira positiva*

³⁸ Eu tive a oportunidade de visitar a biblioteca do Corinthians e descobrir que não há nela registros específicos sobre a Democracia Corinthiana.

porque o processo nunca foi esquecido e cada vez mais ele está sendo divulgado. Porque nunca se falou tanto em Democracia Corinthiana como agora.”

Casagrande também nos concedeu a sua opinião sobre a CPI do Futebol: *“Eu não sei se melhorou, mas deixou muito aberto as coisas que podem acontecer. Ninguém ficou mais tranquilo, esses caras que são sacanas. Essas mudanças vão demorar para acontecer, mas o esclarecimento já foi um grande passo. Todo mundo sabe quem é quem.”*

Juca Kfoury fez uma análise que deu a dimensão da fluidez das ondas revolucionárias que estão sempre, mesmo que virtualmente, disponíveis para efetivação: *“Eu te diria que estão estabelecidas as condições para num determinado momento em que novas circunstâncias aquilo possa ser retomado outra vez. Não é verdade dizer-se que estamos hoje na mesma situação de vinte anos atrás. Por exemplo, o grillão do passe desapareceu. ‘Em que medida a Democracia Corinthiana contribuiu para isso?’ Precisamos ter em vista que vinte anos é muito pouco quando a gente pensa o processo histórico. Além do fato de que estabeleceu-se ali um discussão que de, alguma maneira, está subjacente às discussões que a gente está tendo hoje. Então, eu não tenho essa visão catastrofista do fim da história, não. Não parou.”*

O cotejo entre as estratégias de resistência produzidas pela Democracia Corinthiana e as lutas que emergem, em uma perspectiva cronológica, mais contemporaneamente, mesmo que impossibilitadas de serem analisadas com rigor, fazem referência ao poder constituinte da multidão. Um poder que, justamente, precisa ser pensado a despeito do tempo cronológico, porque condensa, engendra e dissemina, através do acontecimento, novas virtualidades que são as condições de possibilidade, as fissuras que desencadearão novos processos de transformação.

*“Em todo acontecimento existe realmente o momento presente da efetuação, aquele em que o acontecimento se encarna em um estado de coisas, um indivíduo, uma pessoa, aquele que designamos dizendo: eis aí, o momento chegou; e o futuro e o passado do acontecimento não se julgam senão em função deste presente definitivo, do ponto de vista daquele que o encarna. Mas há, de outro lado, o futuro e o passado do acontecimento tomado em si mesmo, que esquiva todo presente porque ele é livre das limitações de um estado de coisas, sendo impessoal e pré-individual, neutro, nem geral, nem particular, *eventum tantum...*; ou melhor, que não há outro presente além daquele do instante móvel, que o representa, sempre desdobrado em passado-futuro, formando o que é preciso chamar a contra-efetuação.”*
(DELEUZE, 1998b, p. 154)

Como apontam Hardt e Negri (2001, p. 434): “Corpos estão nas linhas de frente nesta batalha, corpos que consolidam de forma irreversível os resultados de lutas passadas e incorporam um poder que foi adquirido ontologicamente.”

Como tentamos mostrar, a potência de resistência do corpo é mesmo anterior as linhas de captura capitalísticas, acionadas na Sociedade de Controle, que o agem e o tentam subordinar. São as táticas de controle que agem em função das novidades movimentadas pelo desejo e realizadas e não o contrário. As figuras corporais utilitaristas, funcionais, são construções sobre o corpo pleno, são compressões produzidas por múltiplos saberes e práticas.

Compreender a prioridade da resistência em relação aos movimentos de captura é importante porque, qualquer que seja a forma que o corpo tenha tomado, ele é, antes da forma empírica que calçou, a sua potencial subjugação. Não mais um fenômeno, um concreto, um visível, mas:

“[...] um corpo metafenômeno, visível e virtual ao mesmo tempo, feixe de forças e transformador de espaço e de tempo, [...] Um corpo habitado por, e habitando outros corpos e outros espíritos, e existindo ao mesmo tempo na abertura permanente através do silêncio e da não-inscrição. Um corpo que se abre e se fecha, se conecta sem cessar com outros corpos e outros elementos, um corpo que pode ser desertado, esvaziado, roubado da sua alma e pode ser atravessado pelos fluxos mais exuberantes da vida. Um corpo humano porque pode devir animal, mineral, vegetal, devir atmosfera, buraco, oceano, devir puro movimento. Em suma, um corpo paradoxal.” (GIL, 2002, p. 140)

Se o problema com Aquiles, seu flanco frágil, estava para o calcanhar, como não problematizar o do Sócrates, celebrizado pela capacidade de estranhar os jogadores adversários através de passes que comprimiam o tempo e alargavam o espaço.

Ele próprio diz que usava a criatividade para jogar futebol porque seu corpo – o orgânico – era a figura do anti-atleta. Muito alto, leve, pés pequenos e pouca sustentação muscular. Se o corpo orgânico impunha limitações, o corpo vibrátil, metafenomenal, produzia momentos desses em que a potência de criação pede passagem e explode em ondas de impensado. Qual será a graciosidade do futebol, senão a estética, essa de surpreender o adversário e o público, a de trair o esquema defensivo que se reorganiza sempre em represália às barbaridades atualizadas pelos dribles?

Vivenciar o espaço e o tempo novos distendidos pelo calcanhar do Sócrates é realizar um espaço virtual que confunde as coordenadas da consciência vígil e as forçam a serem invadidas pela consciência do corpo, porque, como expressa Gil (2002), “os movimentos do corpo vão demasiado depressa para que todas as imagens se enlacem a

significações, ou para que um buraco de consciência [...] se preencha com um conteúdo dotado de sentido.”

Essa era uma de nossas perguntas, se jogar futebol artisticamente já é um movimento de resistência. Pois sim, é e na medida que jogar futebol artisticamente é viver artisticamente, encarar a vida como uma obra de arte sempre por se fazer. Como aponta Deleuze (1998b, p. 164):

“[...] tal como o ator verdadeiro ou o dançarino, é dar a verdade do acontecimento a chance única de não se confundir com sua inevitável efetuação, à fissura a chance de sobrevoar seu campo de superfície incorporal sem se deter na quebradura de cada corpo e a nós de irmos mais longe do que teríamos acreditado poder.”

Finalizamos com duas idéias lançadas pelo Sócrates: “*A expressão futebolística é a expressão de vida das pessoas, é arte. Generalizar é muito complicado, mas se você pegar um artista, um cantor, um compositor, um artista plástico, não tem nenhum certinho, tem que ser louco, senão como o cara vai criar?. De alguma forma ele tem que ter liberdade em tudo e não dá para ser diferente em situações diferentes. Um artista não pode ser limitado.*” “Quando os movimentos grupais começarem a adquirir cada vez mais força, as pessoas vão começar a sacar que é outro caminho. [...] é melhor ser todo mundo jogador, o dia em que todo mundo for jogador nesse time, não precisa de torcida, a gente já enche o campo.” (REVISTA CAROS AMIGOS, 2000, ano 4, número 45, p. 41)

Isto foi o que também a Democracia Corinthiana fez acontecer, rompendo a noção de que o plano esportivo é um domínio delimitado e esvaziado das potências estética e política de resistência e invenção de vida coletiva.

VI – ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Durante a dissertação, procuramos expressar o caráter paradoxal, imanente tanto aos saberes e práticas criados e utilizados no plano da Psicologia como aos criados e utilizados no plano do Esporte.

No primeiro bloco do trabalho, referente aos “Lances de Acesso”, à “Análise das Implicações” e à “Discussão sobre as Estratégias de Produção do Conhecimento”, fomos azeitando os conceitos, experimentando a sua operacionalidade para, de certa forma, limpar o terreno e prepará-lo para a arrumação da questão de pesquisa, a saber, como viabilizar os movimentos de resistência que pedem passagem, virtualmente, à lógica de subjetivação capitalística, através do plano das práticas esportivas.

Em seguida, no bloco dois, investigamos em que medida a Psicologia e o Esporte, desde a suas constituições históricas até a contemporaneidade, possuem pontos de atração entre si e com o capitalismo, selados na constituição da Psicologia do Esporte como disciplina de intervenção. Utilizamos alguns analisadores desdobrados da Psicologia do Esporte, como a perspectiva filosófica que a embasa, a forma com que se disponibiliza a sua história e alguns dos seus dispositivos de intervenção, para problematizar a vinculação dessa disciplina à forja de corpos individualizados, clivados da possibilidade da afirmação do desejo nos movimentos de expansão da vida.

Desnaturalizar os regimes de práticas da Psicologia do Esporte, suas programações de conduta, seus efeitos de prescrição e codificação, passar a entendê-la não como uma verdade, mas como expressão das condições de possibilidade de seu próprio tempo, foi o que quisemos fazer.

Expressar os embates de forças múltiplos que constituem o campo da Psicologia do Esporte faz emergir o seu caráter paradoxal e, conseqüentemente, as implicações de quem nele trabalha, quer queira, quer não, com o projeto de construção de um tipo de homem, de vida e de mundo.

Em relação ao terceiro bloco, quisemos descrever a possibilidade real de reversão dos movimentos de captura capitalísticos, problematizando o acontecimento Democracia Corinthiana. Não no sentido de propor a solução, de solicitar que se faça o que eles fizeram àquela altura, mas de apontar que é possível fazer, de que é necessário resistir, colocando em cena a coletividade das sensações que brotam dos corpos e pedem passagem, efetuação.

Desse modo, com relação ao fazer acadêmico Psi, é urgente que abandonemos junto com os ternos e ferraduras conceituais, a idéia de que trabalhamos com a logia da psiquê, com o conhecimento sobre a alma, perspectiva transcendental, identitária, e que separa o corpo da mente. É urgente que passemos a considerar a psicologia um ofício de intervenção e transformação social, portanto alinhada, não a estabilização de corpos identitários, mas trabalhando para que eles possam transformar-se e compor, coletivamente, com a realidade à medida que o desejo fizer força pela mudança.

Para tanto, macacões e caixa de ferramentas conceituais. Um movimento de construção de psicólogos-paradoxadores, nisso que a palavra paradoxo denota, o rompimento com o senso comum, a desnaturalização do instituído. Nossa tarefa passa a ser usinar paradoxos num, como diria Foucault, hiper e pessimista ativismo contra as práticas de dominação. Hiper porque a impotência não transforma nada e pessimista porque o exercício crítico nos conduziria a tentativas constantes de transformação, porém sem ideais, ou seja, não houve um passado perfeito e não haverá um futuro perfeito. Nesse sentido, o ativismo precisaria ser constante, questionador das formas dadas mas não em nome de um suposto ideal e sim como um exercício contínuo de transformações não finalistas. Um movimento, por excelência, crítico e clínico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, A. N. A psicologia nietzschiana no confronto com a metafísica. Em: MACHADO, L., LAVRADOR, M. & BARROS, M. (orgs.). *Texturas da psicologia - subjetividade e política no contemporâneo*. São Paulo: Ed. Casa do Psicólogo, 2001.
- APA – American Psychological Association. *How can a psychologist become a sport psychologist?* <<http://www.psyc.unt.edu/apadiv47>>, 1999.
- BAPTISTA, L. A solidão e a inércia dos discursos psi. *Revista do departamento de psicologia – UFF*. Vol. 6, números 1 e 2, 1994.
- BARROS, M. & LIMA, R. Estruturalismos e regimes de signos. Em: MACHADO, L., LAVRADOR, M. & BARROS, M. (orgs.). *Texturas da psicologia - subjetividade e política no contemporâneo*. São Paulo: Ed. Casa do Psicólogo, 2001.
- BARROS, R. de e PASSOS, E. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. Em: *Revista Teoria e Pesquisa*, vol.16. n.1 pp.071-079. Brasília: 2000.
- BECKER Jr., B. *Manual de psicologia do esporte & exercício*. Porto Alegre: Nova Prova, 2000.
- BENDASSOLI, P. F. Público, privado e o indivíduo no novo capitalismo. Em: *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, 12 (2): 203-236. São Paulo, 2000.
- BENJAMIN, W. *Parigi capitale del XIX secolo*. Torino: Einaudi, 1986.
- BLANCHÉ, R. *Axiomatics*. Nova York: Free Press of Glancoe, 1962.
- BOURDIEU, P. Gostos de classe e estilos de vida. Em: ORTIZ, R. (org.). *Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.
- BRACHT, V. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. Vitória: UFES, Centro de Educação Física e Desportos, 1997.
- BRIGGS, J. & PEAT, F. D. *Looking glass universe: the emerging science of wholeness*. Londres: Fontana, 1985, p. 22.
- BURITI, M. A. História da Psicologia do Esporte. Em: BURITI, M. A. (org.). *Psicologia do Esporte*. Campinas: Alínea, 1997.
- CALLADO, A. *Quarup*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- COHEN, R. *Work in progress na cena contemporânea: criação, encenação e recepção*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

- COIMBRA, C. A divisão social do trabalho e os especialismos técnico-científicos. Em: *Revista do departamento de psicologia da Universidade Federal Fluminense*. Vol. 2, p. 9-16. Niterói: 1990.
- Congresso Brasileiro de Psicologia do Esporte. Anais. Jundiaí: Fontoura, 2002.
- DAMO, A. *Para o que der e vier: o pertencimento clubístico no futebol brasileiro a partir do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e seus torcedores*. Porto Alegre: UFRGS/IFICH, 1998. (Dissertação de Mestrado).
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Lisboa: Afrodite, 1972.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assirio & Alvim, 1995a.
- _____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995b.
- _____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995c.
- _____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.
- DELEUZE, G. *Crítica e Clínica*. São Paulo: Ed. 34, 1997 (1993).
- _____. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988 (1968).
- _____. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992a (1991).
- _____. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992b (1990).
- _____. *Foucault*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998a (1986).
- _____. *Lógica do Sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1998b (1969)
- Democracia Corinthiana: o jornal oficial do sport club corinthians paulista. Número 5. São Paulo: s/d.
- DUNNING, E. As ligações sociais e a violência no desporto. Em: ELIAS, N. & DUNNING E. (orgs.). *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.
- EHRENBERG, A. *Le culte de la performance*. Paris: Calmann-Lévy, 1991.
- ESCOBAR, C. H. *O dossier: últimas entrevistas*. Rio de Janeiro: Taurus, 1984.
- FIGUEIREDO, L. C. M. *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FOUCAULT, M. *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard, 1994, Vol. IV, pp. 679-688.

- _____. *Microfísica do poder*. MACHADO, R. (org.). Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- _____. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- _____. *Doença mental e psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2002.
- FUGANTI, L. A. Saúde, desejo e pensamento. Em: LANCETTI, A. (org.). *Saúde e loucura*. Vol. 2. São Paulo: Hucitec, 1990.
- GIACOMEL, A. et al. Conhecimento e cartografia: tempestade de possíveis. Em: FONSECA, T. & KIRST, P. (orgs.). *Cartografias e devires: a construção do presente*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.
- GIL, J. O corpo paradoxal. Em: LINS, D. & GADELHA, S. (orgs.). *Nietzsche e Deleuze: que pode o corpo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- GORZ, A. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- GUATTARI, F. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1987 (1977).
- GUATTARI, F. As esquizoanálises. Em: *Cadernos de subjetividade*. Vol. 4, números 1 e 2. São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade/Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica/PUC-SP, 1996.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1999 (1986).
- HARDT, M. A sociedade mundial de controle. Em: Alliez, É. (org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- HARDT, M. & NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HEISENBERG, W. *A imagem da natureza na física moderna*. Lisboa: Livros do Brasil, 1980.
- _____. *Physics and beyond*. Londres: Allen and Unwin, 1971.
- HOBSBAWN, E. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997a.
- HOBSBAWN, E. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997b.
- JONES, R. *Physics as metaphor*. Nova Iorque: New American Library, 1982, p. 158.
- LACERDA, A. (et al.). *Manual do Atleta Amador do Flamengo*. Rio de Janeiro, 2002.
- KAVÁFIS, K. *Poemas*. Seleção, estudo crítico, notas e tradução do grego por José Paulo Paes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

- LADRIÈRE, J. Les limites de la formalization. Em: PIAGET, J. (org.). *Logique et connaissance scientifique*. Paris: Gallimard, 1967, pp. 312 e ss.
- LAPOUJADE, D. O corpo que não agüenta mais. Em: LINS, D. & GADELHA, S. (orgs.). *Nietzsche e Deleuze: que pode o corpo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- LAVRADOR, M. C. Interfaces do saber psi. Em: BARROS, M. E. B. (org.). *Psicologia: Questões Contemporâneas*. Vitória: Edufes, 1999.
- MACHADO, L. D. Ética. Em: BARROS, M. E. B. (org.). *Psicologia: Questões Contemporâneas*. Vitória: Edufes, 1999.
- MACHADO, R. Introdução. Em: MACHADO, R. (org.). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- MORIN, E. Epistemologia da Complexidade. Em: SCHNITMAN, D. F. (org.). *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas. pp. 274-289, 1996.
- NEVES, C. Sociedade de controle, o neoliberalismo e os efeitos de subjetivação. Em: *Revista saúde & loucura: subjetividade, questões contemporâneas*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- NEVES, C. & JOSEPHSON, S. A crítica como clínica. Em: MACHADO, L., LAVRADOR, M. & BARROS, M. (orgs.). *Texturas da psicologia: subjetividade e política no contemporâneo*. São Paulo: Ed. Casa do Psicólogo, 2001.
- NIETZSCHE, F. *La volonté de puissance*. Paris: Gallimard, 1962.
- ORTIZ, R. Walter Benjamin e Paris: individualidade e trabalho intelectual. Em: *Tempo Social*. São Paulo: Rev. Sociol. USP, 12 (1): 11-28, 2000.
- PARAIN-VIAL, J. *Philosophie des sciences de la nature: tendances nouvelles*. Paris: Klincksieck, 1983, pp. 52 e ss.
- PELBART, P. *Da clausura do fora ao fora da clausura: loucura e desrazão*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PESSOA, F. *Ficções do interlúdio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- PRIGOGINE, I. & STENGERS, I. *La nouvelle alliance: metamorphose de la science*. Paris: Gallimard, 1979.
- PRIGOGINE, I. *From being to becoming*. S. Francisco: Freeman, 1980.
- _____. Time, irreversibility and randomness. Em: JANTSCH, E. (org.). *The evolutionary vision*. Boulder: Westview Press, 1981, pp. 73 e ss.
- _____. *O nascimento do tempo*. Lisboa: Edições 70, 1988.

- RAJCHMAN, J. Lógica do sentido, ética do acontecimento. Em: *Cadernos de Subjetividade*. Número Especial, pp. 189-193. São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade/Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica/Pontifícia Universidade Católica, 1996.
- REGIS, V., SANTOS, C. & PINTO, S. Novas possibilidades para a psicologia do esporte. Em: JACÓ-VILELA, A., CEREZZO, A. & RODRIGUES, H. (org). *Clio-Psyché paradigmas: historiografia, psicologia, subjetividades*. Rio de Janeiro: *Relume Dumará: FAPERJ*, 2003.
- REICH, R. *The work of nations: preparing ourselves for 21st – century capitalism*. Nova York: Knopf, 1991.
- REVISTA CAROS AMIGOS. número 45, ano 4, 2000.
- REVISTA PLACAR. número 524 (16-05-1980).
- REVISTA PLACAR. número 667 (04-03-1983).
- ROLNIK, S. *Para além do princípio da identidade: a vacina antropofágica*. Mimeo.
- ROLNIK, S. *Cartografia sentimental: transformação contemporânea do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- ROLNIK, S. *O ocaso da vítima: para além da cafetinagem da criação e de sua separação da resistência*. Mimeo, 2003.
- RUBIO, K. O trajeto da psicologia do esporte e a formação de um campo profissional. Em: RUBIO, K. (org.). *Psicologia do esporte: interfaces, pesquisa e intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- RUBIO, K. *O atleta e o mito do herói: o imaginário esportivo contemporâneo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- RUBIO, K. Análise social do fenômeno esportivo e o papel do psicólogo. Em: RUBIO, K. (org.). *Psicologia do esporte aplicada*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1997.
- SANTOS, L. T. *Futebol empresa e a 'Democracia Corinthiana': uma administração que deu dribling na crise*. UNICAMP/IFICH, 1990. (Dissertação de Mestrado).
- SCHERÉR, R. Homo tantum - o impessoal: uma política. Em: Alliez, E. (org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- SILVA, R. A. N. da. *Cartografias do social: estratégias de produção do conhecimento*. Porto Alegre: UFRGS/FACED, 2001. (Tese de Doutorado).
- SÓCRATES & GOZZI, R. *Democracia Corinthiana: utopia em jogo*. São Paulo: Boitempo, 2002.

- STIGGER, M.C. *Desporto, lazer e estilos de vida: uma análise cultural a partir de práticas desportivas realizadas nos espaços públicos da cidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto/Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, 2000. (Tese de Doutorado).
- THOM, R. *Parábolas e catástrofes*. Lisboa: D. Quixote, 1985, p. 36.
- VEYNE, P. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora UNB, 1998.
- WEINBERG, R.S. & GOULD, D. *Foundations of sport and exercise psychology*. Champaign: Human Kinetics, 1995.
- WHITMAN, W. *Song of myself: canção de mim mesmo*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- WILLIAMS, J. M. & STRAUB, W. F. Nueva psicología del deporte: pasado, presente, futuro. Em: WILLIAMS, J. M. (org.). *Psicología aplicada al deporte*. Madrid: Biblioteca, 1991.
- ZOURABICHVILI, F. Deleuze e o possível: sobre o involuntarismo na política. Em: ALLIEZ, É. (org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Ed. 34, 2000.